

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS**

ADRIANA CLAUDIA JUNQUEIRA RIBEIRO DE ALVARENGA

**EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS: UMA ANÁLISE DE AÇÕES,
PRINCÍPIOS, DESAFIOS E RESULTADOS**

**São Paulo
2024**

ADRIANA CLAUDIA JUNQUEIRA RIBEIRO DE ALVARENGA

**EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS: UMA ANÁLISE DE AÇÕES,
PRINCÍPIOS, DESAFIOS E RESULTADOS**

**EXPERIENCES OF EDUCATING CITIES: ANALYSIS OF ACTIONS,
PRINCIPLES, CHALLENGES AND OUTCOMES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho — UNINOVE, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

Orientador: Professor Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

São Paulo

2024

Alvarenga, Adriana Claudia Junqueira Ribeiro de.

Experiências de cidades educadoras: uma análise de ações, princípios, desafios e resultados. / Adriana Claudia Junqueira Ribeiro de Alvarenga. 2024.

125 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2024.

Orientador (a): Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

1. Cidades educadoras. 2. Urbanismo. 3. Educação integral. 4. Planejamento urbano.

I. Quaresma, Cristiano Capellani.

II. Título.

CDU 711.4

**EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS: UMA ANÁLISE DE AÇÕES,
PRINCÍPIOS, DESAFIOS E RESULTADOS**

POR

ADRIANA CLAUDIA JUNQUEIRA RIBEIRO E ALVARENGA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho — UNINOVE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, apresentada à Banca Examinadora formada por:

Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Profa. Dra. Sueli Pereira Donato – Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Prof. Dr. Wilson Levy Braga da Silva Neto – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 17 de dezembro de 2024

A todas as crianças e adolescentes, que têm sede de aprender a toda hora, em todo lugar, e para quem cada minuto importa. A todos os educadores que vivem dentro de nós e que, de um salto, também aprendem. A todos aqueles que acreditam em uma cidade melhor para todos, e não medem esforços para transformá-la.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Cristiano Quaresma, uma das pessoas mais pacientes e um dos educadores mais comprometidos com quem tive a sorte de compartilhar minha jornada de aprendiz.

Aos meus pais José Eduardo (*in memoriam*) e Lilia, e à minha tia Marina Alvarenga, que me ensinaram desde pequena o valor da educação.

Ao meu marido Luís Henrique e à minha filha Ana Luísa, por me incentivarem e compreenderem minhas ausências.

A todos os colegas com quem tenho a felicidade de compartilhar o trabalho pelos direitos humanos, em especial pelos direitos das crianças, e com quem aprendo todos os dias.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar ações, princípios, desafios e resultados obtidos por cidades educadoras, um modelo que considera os espaços urbanos como sistemas complexos, responsáveis não apenas por suas funções tradicionais, como a economia, a política e a prestação de serviços, mas especialmente por assegurar que a educação aconteça ao longo da vida, para além dos muros da escola. Nesse modelo, a cidade integra diversos espaços de aprendizagem formal, não formal e informal. O estudo tem caráter exploratório, descritivo e quali-quantitativo, baseado em revisão sistemática de literatura sobre casos práticos registrados em diferentes países e em análise documental de 48 experiências de cidades educadoras destacadas pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), amparada por análise de conteúdo. Os resultados indicam um importante conjunto de conquistas, como o engajamento de governos, sociedade civil, empresas e cidadãos em um projeto comum de cidade educadora, além de uma melhor integração entre equipamentos de educação, cultura, esportes e assistência social. Ao mesmo tempo, destacam desafios como a limitação de recursos financeiros, humanos e espaciais para a implementação das atividades de forma eficaz. Espera-se que os achados desta dissertação possam inspirar o aperfeiçoamento e a expansão do modelo para outras cidades, bem como o fortalecimento mútuo entre elas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Cidades educadoras, Urbanismo, Educação Integral, Planejamento Urbano.

ABSTRACT

This research aims to identify actions, principles, challenges, and outcomes achieved by educational cities, a model that considers urban spaces as complex systems responsible not only for their traditional roles, such as economy, politics, and service provision, but especially for ensuring that lifelong learning takes place beyond the walls of schools. In this model, the city integrates various spaces of formal, non-formal, and informal learning. The study is exploratory, descriptive, and uses a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), based on a systematic literature review of practical cases documented in different countries and a documental analysis of 48 educational city experiences highlighted by the International Association of Educating Cities (IAEC), supported by content analysis. The results indicate a significant set of achievements, such as the engagement of governments, civil society, businesses, and citizens in a shared educational city project, as well as better integration among educational, cultural, sports, and social assistance facilities. At the same time, they highlight challenges such as limited financial, human, and spatial resources for the effective implementation of activities. It is expected that the findings of this research may inspire the improvement and expansion of the model to other cities, as well as mutual strengthening among them, contributing to the improvement of urban quality of life and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Educating Cities, Urbanism, Integral Education, Urban Planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de elegibilidade e de exclusão.....	29
Quadro 2 – Categorias principais e secundárias adotadas.....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição do corpus documental da <i>Web of Science</i> (pesquisas incluídas e excluídas).....	30
Figura 2 - Composição do corpus documental da <i>Scopus</i> (pesquisas incluídas e excluídas).....	31
Figura 3 - Localidade dos casos estudados.....	35
Figura 4 - Tipo e percentual dos parceiros/colaboradores atuantes nas experiências.....	48
Figura 5 - Representação gráfica das ações realizadas.....	56
Figura 6 - Distribuição da frequência dos princípios da carta das cidades educadoras nas experiências analisadas.....	57
Figura 7 - Representação gráfica dos resultados e impactos alcançados.....	61
Figura 8 - Representação gráfica dos desafios e lições aprendidas.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

STEAM – Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática

STEM – Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.3	QUESTÃO DE PESQUISA.....	16
1.4	OBJETIVOS.....	16
1.4.1	Objetivo geral.....	16
1.4.2	Objetivos específicos.....	16
1.5	JUSTIFICATIVA.....	17
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	CIDADES EDUCADORAS.....	19
2.2	URBANISMO E CIDADES EDUCADORAS.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	28
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1	ANÁLISE COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS.....	34
4.1.1	Experiências brasileiras de cidades educadoras.....	35
4.1.1.1	Análise crítica e síntese das experiências brasileiras.....	38
4.1.2	Experiências europeias de cidades educadoras.....	40
4.1.2.1	Análise crítica e síntese das experiências europeias.....	45
4.2	ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DESTACADAS PELA AICE.....	46

4.2.1	Diversidade de atores e abrangência geográfica das experiências analisadas.....	47
4.2.2	Resumo das experiências destacadas.....	49
4.2.3	Síntese das principais ações realizadas nas experiências analisadas.....	53
4.2.4	Síntese dos principais princípios adotados pelas experiências em estudo.....	56
4.2.5	Síntese dos principais resultados e impactos das experiências analisadas.....	58
4.2.6	Síntese dos principais desafios e lições aprendidas das experiências em estudo.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	ANEXO 1.....	75
	ANEXO 2.....	123

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento acelerado das áreas urbanas, um dos grandes desafios globais da atualidade, exige novas formas de pensar e planejar as cidades. Estima-se que, até 2050, 68% da população mundial viverá em zonas urbanas, o que representa um aumento de 2,2 bilhões de habitantes em relação a 2021 (ONU HABITAT, 2022, p.17). Esse processo, especialmente acentuado em regiões como a África e a Ásia, pode aprofundar as desigualdades sociais e comprometer a sustentabilidade urbana. Sem planejamento adequado, a urbanização acelerada tende a agravar vulnerabilidades socioambientais, resultando em espaços marcados pela segregação, pobreza e infraestrutura precária (KUESTRA, 2023, p.18; MARICATO, 2015; OLIVEIRA; QUARESMA, 2022).

Diante desse cenário, torna-se crucial buscar soluções que garantam o bem-estar e a qualidade de vida nas cidades. O movimento das cidades educadoras emerge como uma alternativa promissora nessa direção, contribuindo para a construção de espaços urbanos mais sustentáveis. Essa abordagem propõe a educação como ferramenta estratégica para enfrentar os desafios urbanos. Ao transformar as cidades em espaços de aprendizado contínuo, o conceito pode ser aplicado de maneira eficaz em diferentes realidades socioeconômicas e culturais, contribuindo para a superação das desigualdades existentes.

O conceito de cidades educadoras, originado no relatório "Aprender a Ser" (UNESCO, 2013) e consolidado na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), defende a integração da educação formal, não formal e informal em todas as faixas etárias. Escolas, organizações sociais, cidadãos e governos locais assumem o papel de agentes educativos, mobilizando-se para garantir o direito à educação ao longo da vida. Essa perspectiva, que se estende para além dos muros das escolas, promove o processo de aprendizagem em espaços públicos, centros comunitários, praças, parques, entre outros (AICE, 2020). A implementação de políticas públicas que promovam essa educação integral em espaços urbanos é fundamental para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

A articulação entre o ODS 4, que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e o ODS 11, que busca promover cidades e comunidades sustentáveis

(PNUD, 2024), reforça a importância das cidades educadoras na construção de um futuro mais promissor. Ao incentivar práticas educativas que promovam a conscientização ambiental, o desenvolvimento de habilidades para a gestão urbana e a participação democrática, as cidades educadoras buscam engajar os cidadãos na transformação de seu entorno. A avaliação do impacto dessas iniciativas na promoção da inclusão social, da sustentabilidade e da qualidade de vida da população é essencial para o aprimoramento das políticas públicas.

Atualmente, a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) é reconhecida como a principal autoridade no assunto, reunindo cerca de 500 afiliados em 35 países. A Carta das Cidades Educadoras, que estabelece os princípios fundamentais sobre o tema, foi revisada em 1994, 2004 e 2020 para responder a novos desafios e demandas sociais (AICE, 2020). Segundo a AICE (2020), uma cidade educadora é definida como “aquele território que aposta na educação como ferramenta de transformação social, mobilizando e articulando o maior número possível de agentes educativos existentes no território. Falamos de uma educação ao longo de toda a vida, que atravessa as diferentes esferas da sociedade” (AICE, 2021).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A urbanização acelerada e desprovida de planejamento adequado, especialmente em países em desenvolvimento, aprofunda as desigualdades socioespaciais e intensifica problemas como a segregação, pobreza e precariedade de infraestrutura. Estudos do UNICEF (2023, p.4) evidenciam a profunda relação entre pobreza e educação, demonstrando como a falta de acesso à educação afeta todas as dimensões da vida, como saúde, segurança e oportunidades de trabalho. Nesse contexto, a educação emerge como um instrumento fundamental para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

A proposta de cidades educadoras, que busca transformar os territórios urbanos em espaços de aprendizagem contínua e inclusiva, apresenta-se como uma alternativa para promover a justiça social e a sustentabilidade urbana, à medida que busca garantir o acesso universal à educação de qualidade e incentivar a participação cidadã na construção das cidades.

Nesse cenário, a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) destaca-se como uma importante referência na promoção e implementação do

conceito de cidades educadoras em escala global. Com vasta experiência em projetos e pesquisas, a AICE dispõe de um rico conjunto de informações sobre as diferentes formas de transformar os espaços urbanos em ambientes de aprendizagem. Entretanto, apesar dos avanços, persistem lacunas significativas na compreensão de como as ações de cidades educadoras têm sido implementadas e quais são os seus impactos concretos, especialmente no que diz respeito à documentação de práticas específicas e aos desafios para garantir a equidade no acesso às oportunidades educativas.

Diante disso, torna-se fundamental realizar uma análise crítica das experiências de cidades educadoras sistematizadas, visando aprofundar o entendimento sobre os princípios, as ações e os resultados dessas iniciativas, bem como identificar as limitações e os desafios enfrentados. Essa reflexão é fundamental para inspirar e orientar a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

1.3 QUESTÃO DE PESQUISA

Que ações, princípios, desafios e resultados podem ser extraídos de experiências de cidades educadoras, servindo de exemplo para o fortalecimento e desenvolvimento de novas iniciativas?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral analisar ações, princípios, desafios e resultados de iniciativas de cidades educadoras, com o propósito de identificar boas práticas e lacunas para o fortalecimento de futuras iniciativas.

1.4.2 Objetivos específicos

- Analisar, a partir da literatura, experiências de implementação do conceito de cidades educadoras nos contextos nacional e europeu;
- Selecionar experiências de cidades educadoras que receberam destaque pela

AICE;

- Descrever as iniciativas de cidades educadoras destacadas pela AICE;
- Analisar ações, princípios, desafios e resultados das iniciativas de cidades educadoras destacadas pela AICE.

1.5 JUSTIFICATIVA

A crescente urbanização mundial coloca as cidades como protagonistas na busca por soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios contemporâneos. As cidades educadoras, com sua proposta de integrar diferentes modalidades de educação em um projeto social abrangente, despontam como uma abordagem promissora para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca analisar experiências de cidades educadoras que têm se destacado pelas iniciativas inovadoras e pelos impactos sociais positivos gerados. O estudo concentra-se na identificação de ações, princípios, desafios e resultados que possam inspirar e orientar outras cidades na formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Ao aprofundar a compreensão sobre o papel da educação na transformação urbana, esta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão social, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

A pesquisa se fundamenta em autores clássicos do urbanismo, como Jane Jacobs (2014 [1961]), Henri Lefebvre (2011 [2001]) e David Harvey (1993 [1973]), que defendem um planejamento urbano centrado nas pessoas e na justiça social. A perspectiva de Jacobs sobre a diversidade e a vitalidade dos espaços urbanos, o conceito de direito à cidade de Lefebvre e a crítica de Harvey às desigualdades socioespaciais reforçam a importância da educação como ferramenta de transformação social.

Além disso, o estudo se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial aos ODS 4 e 11, que tratam da educação de qualidade e da promoção de cidades e comunidades sustentáveis. Ao investigar como as cidades educadoras contribuem para o alcance desses objetivos, a pesquisa busca orientar políticas públicas e práticas educativas em diferentes contextos socioeconômicos e culturais, fortalecendo o papel das cidades como agentes de

transformação social.

Por fim, destaca-se a originalidade da pesquisa, tendo em vista que não há trabalhos que tenham analisado de forma sistemática um amplo conjunto de iniciativas de cidades educadoras, realizando uma análise crítica de seus achados. Desse modo, o estudo contribui para a construção de um panorama global e atualizado sobre o tema, oferecendo uma visão abrangente e fundamentada das práticas e desafios enfrentados por essas cidades.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, que se articulam para alcançar os objetivos propostos. O primeiro capítulo contextualiza o tema das cidades educadoras, apresenta o problema de pesquisa, a questão norteadora, os objetivos da investigação e a justificativa para a realização da pesquisa.

O segundo capítulo está dividido em duas partes: a primeira explora o conceito de cidades educadoras e suas bases teóricas; a segunda analisa o tema sob a ótica das teorias do urbanismo, fornecendo um referencial para a análise das iniciativas.

O terceiro capítulo detalha os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Nele, são apresentados a caracterização da pesquisa, os critérios de seleção dos casos, as técnicas de coleta de dados e os métodos de análise, justificando as escolhas realizadas.

O quarto capítulo traz os resultados da pesquisa, com foco nas experiências de cidades educadoras no Brasil, em países europeus e nos casos reconhecidos pela Associação Internacional de Cidades Educadoras. A análise é realizada à luz da literatura revisada, buscando interpretar os achados e discutir suas implicações teóricas e práticas.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais, recapitulando os principais resultados e respondendo ao problema e à questão de pesquisa. Esta seção também aponta limitações do estudo, sugere temas para futuras investigações e discute contribuições para o aperfeiçoamento das experiências de cidades educadoras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIDADES EDUCADORAS

O conceito de cidades educadoras teve seus fundamentos lançados em 1972, com a publicação do relatório “Aprender a Ser”, organizado por Edgar Faure, ex-ministro de educação e ex-primeiro-ministro da França, no âmbito dos trabalhos da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, a pedido da Unesco. Naquela época, Faure já argumentava que a crescente complexidade do mundo demandava um novo modelo de educação, reconhecendo que, se a aprendizagem permeia toda a vida do indivíduo e da sociedade, faz-se necessário avançar para um estágio de “sociedade de aprendizagem” (UNESCO, 2013, p.35).

Contudo, não se trata de desconsiderar a relevância das escolas. Faure, ao contrário, reconhece sua centralidade e defende a colaboração de outros profissionais com os professores. A estes caberia, entre outras tarefas primordiais, a mudança de mentalidade e a qualificação profissional, em constante transformação. Dessa forma, a mera transmissão de informações seria insuficiente (UNESCO, 2013, p.232). Para Faure, a concepção de educação restrita ao período escolar e a um espaço físico delimitado precisa ser superada, como elucida o excerto a seguir:

A educação escolar deve ser considerada não como um fim, mas como uma componente fundamental da atividade educativa total, que inclui tanto a educação institucionalizada como a educação extra-escolar. Uma parte da atividade educativa deve ser desformalizada e substituída por modelos flexíveis e diversificados. (...) Brevemente, a educação deve ser concebida como um *continuum* existencial ao longo da vida. (UNESCO; 2013, p.233; tradução da autora).

O mundo passou por profundas transformações desde aquela época, com a aceleração da globalização, a ampliação das desigualdades e a crescente utilização de tecnologias. Em 2013, a Unesco republicou o relatório de Faure, reiterando a pertinência da educação ao longo da vida, sob a responsabilidade de múltiplos atores. A essa argumentação, acrescentou-se o fato de a sociedade ser mais jovem e almejar educação de qualidade e trabalho decente (UNESCO, 2013).

Atualmente, a principal referência no tema é a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), organização que congrega cerca de 500 membros de 35

países. A AICE originou-se de um movimento iniciado em 1990, durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona, Espanha. Naquela ocasião, elaborou-se a primeira versão da Carta das Cidades Educadoras, com princípios atualizados em 1994, 2004 e 2020 para a adaptá-la aos novos desafios e necessidades sociais (AICE, 2020, p.3). A Carta define cidade educadora como:

(...) aquele território que aposta na educação como ferramenta de transformação social, mobilizando e articulando o maior número possível de agentes educativos existentes no território. Falamos de uma educação ao longo de toda a vida que atravessa as diferentes esferas da sociedade. (AICE, 2021, p.9).

As cidades educadoras reconhecem o impacto de suas iniciativas nas atitudes, interações e valores das pessoas. A aprendizagem se dá por meio de experiências em instituições educacionais formais, como escolas, em contextos não formais, planejados com fins educativos por outras organizações, e informais, que ocorrem de maneira não intencional. Essas cidades atuam colaborativamente, fortalecendo a identidade regional e promovendo o desenvolvimento sustentável nos âmbitos político e econômico, em consonância com os princípios de justiça social e às diretrizes da ONU (SOARES e DE ALMEIDA, 2022, p.44).

A AICE parte do pressuposto que as cidades devem exercer sua “função educadora em paralelo com as tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), com o objetivo de formar, promover e desenvolver pessoas de todas as idades, atendendo às suas necessidades formativas de maneira permanente e em todos os aspectos da vida” (AICE, 2020, p.5). Essa compreensão do papel das cidades baseia-se em quatro desafios identificados pela AICE para o século XXI: investir na educação de cada indivíduo, para que este seja capaz de refletir, expressar-se, afirmar-se e desenvolver-se; promover a igualdade entre todas as pessoas; mobilizar todos os recursos para a construção de uma sociedade do conhecimento; e desenvolver as competências necessárias para a vida em comunidade, com acesso à igualdade e à justiça (AICE, 2020, p.5). Por isso, cidades educadoras são definidas como um modelo em que “a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade num espaço de respeito pela vida e pela diversidade” (AICE; 2023; p.4).

A aplicação eficaz e sustentável do conceito, com base no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pela AICE, requer a implementação de políticas e ações transversais. É fundamental que haja um alto nível de coordenação entre as diversas instâncias administrativas e que se apele para a responsabilidade e o envolvimento da classe política (ARAMENDI et al., 2022, p.231).

Segundo a AICE, a abordagem em rede facilita a definição conjunta de metas e ações, fomentando a criação de parcerias e a corresponsabilidade por meio do estabelecimento de projetos consensuais e de interesse mútuo. Ademais, essa atuação colaborativa possui um valor educativo intrínseco, pois as pessoas aprendem a escutar, respeitar opiniões diversas, colaborar e desempenhar um papel ativo na transformação de sua cidade. Para tanto, é essencial saber ouvir, construir confiança e lidar com as tensões que possam surgir ao longo do processo (AICE, 2021, p.16).

Em cidades educadoras, o processo de escuta e promoção do direito à participação ativa na educação inicia-se na infância. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) destaca que a participação desde os primeiros anos de vida promove o exercício da cidadania, elemento crucial para a construção do projeto coletivo de cidade. Esse processo se desenvolve individualmente mas sobretudo coletivamente, com crianças e adolescentes atuando como corresponsáveis pela construção de seu entorno (UNICEF, 2022, p. 5). Para isso, é fundamental que governos e organizações responsáveis pela educação adotem estratégias abrangentes e bem coordenadas, com a criação de espaços e plataformas de diálogo horizontais desde o planejamento, além de garantir recursos financeiros e humanos (CÂMARA et al., 2023, p.115).

Essa construção coletiva da cidade, por meio da educação colaborativa e ao longo da vida, certamente não é um processo simples, embora seja promissor. A própria AICE reconhece os desafios do trabalho conjunto, como a gestão de objetivos, interesses e tempos distintos, e a necessidade de “garantir um adequado uso do tempo para reduzir o desgaste e a insatisfação entre pessoas e entidades colaboradoras” (AICE, 2021, p.17).

Para além desses desafios, um estudo conduzido por Alvarenga et al. (2023), revelou que a inexistência de recursos financeiros, a deterioração das instituições educacionais, a falta de coordenação entre os serviços e a escassa participação cidadã podem comprometer a efetividade do modelo. Com base nos princípios da

Carta da AICE, os pesquisadores salientaram a responsabilidade das cidades em assegurar o bem-estar de todos os moradores, garantindo-lhes direitos fundamentais, como acesso a um ambiente saudável, moradia, emprego e transporte público (ALVARENGA et al., 2023).

Nesse contexto, é essencial que as cidades adotem uma abordagem abrangente e integradora para fomentar a educação em todas as suas dimensões, reconhecendo que a aprendizagem ocorre em diversos espaços, como praças, parques, bibliotecas, museus e centros comunitários. A colaboração entre instituições escolares, organizações da sociedade civil, empresas e autoridades locais é crucial para esse processo. Além disso, a promoção da igualdade de oportunidades, independentemente de raça, etnia, gênero, condição socioeconômica ou circunstâncias individuais, e a construção de ambientes inclusivos e seguros são imprescindíveis (ALVARENGA et al., 2023).

A Carta das Cidades Educadoras, elaborada pela AICE, fundamenta-se em um conjunto de referências globais, como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995); a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005); a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); o Acordo de Paris sobre o Clima (2015); e a Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015).

O documento está estruturado em três grandes blocos de princípios norteadores. De acordo com a AICE, “a devida aplicação de todos estes princípios deverá contribuir para que cada pessoa sinta a cidade, o seu meio envolvente e o planeta como seus” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2020, p.18).

O primeiro bloco de princípios, intitulado “Direito à Cidade Educadora”, aborda questões como a educação inclusiva ao longo da vida, em seus múltiplos aspectos, considerando as necessidades específicas de todos os grupos populacionais. Prevê também a adoção de uma política educativa abrangente, transversal e inovadora, por meio da educação formal, não formal e informal, em interação com as diversas manifestações culturais e fontes de informação que permitam a descoberta de cada

bairro. Além disso, enfatiza a importância de combater todas as formas de discriminação, promover “a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade”, e auxiliar na correção de “desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, gênero, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra”. Ao mesmo tempo, valoriza os direitos ao acesso à cultura e à participação de todos, especialmente os mais vulneráveis, e a cooperação e o diálogo entre habitantes de diferentes faixas etárias (AICE, 2020, p.11).

O segundo princípio, “Compromisso com a Cidade”, destaca a importância do conhecimento do território e de seus habitantes para a formulação de soluções mais adequadas; o acesso à informação, combatendo a exclusão digital e garantindo o respeito à privacidade, intimidade e autonomia; e o direito à participação dos cidadãos nos processos decisórios, incluindo crianças, adolescentes e jovens. O princípio do “Compromisso com a Cidade” também se preocupa com o acompanhamento e a melhoria contínua das políticas públicas; com a identificação, preservação e apresentação da identidade da cidade; e com a promoção, entre seus habitantes, do “sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada”. Ademais, trata da manutenção de um espaço público habitável, considerando as necessidades dos diferentes grupos de cidadãos em relação à “acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, jogo, esparecimento e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional”, priorizando a “harmonia entre as novas necessidades, a sustentabilidade e a perpetuação de edifícios e símbolos alusivos ao seu passado e existência”, bem como o equilíbrio entre o espaço público edificado e o natural. Por fim, esclarece que o governo local deve “criar e zelar pela manutenção de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento e bem-estar pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes”, além de comprometer-se com os princípios de sustentabilidade que possibilitem uma vida digna - alimentação, água, habitação, saneamento, energia, mobilidade, ambiente seguro e saudável” (AICE, 2020, p.11-15).

O terceiro conjunto de princípios da AICE, “Serviço Integral das Pessoas”, trata da promoção da saúde física, emocional e mental; da formação de agentes educativos, de modo que não apenas os profissionais, mas também as famílias, estejam preparados para acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, “garantindo

o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia na descoberta da cidade, num espírito de respeito e confiança”; e da importância da cidade proporcionar orientação pessoal e profissional para a empregabilidade e o empreendedorismo. As cidades educadoras devem, ainda, responsabilizar-se pela prevenção de todas as formas de violação de direitos, violências, discriminação e marginalização. Na luta contra as desigualdades, precisam promover a “cooperação entre as administrações e a sociedade civil organizada, ONGs, organizações sem fins lucrativos, comunidade empresarial e outras iniciativas privadas”, e estimular o associativismo e o voluntariado. Por fim, as cidades educadoras são orientadas a oferecer a todos os cidadãos “formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum”, além de “conscientizá-los sobre a interdependência da dimensão local e global que os desafios globais representam, facilitando a formação de uma cidadania global” (AICE, 2020, p.16-18).

2.2 URBANISMO E CIDADES EDUCADORAS

A relação entre o urbanismo – entendido como a organização social e espacial da cidade e uso dos seus espaços pelos habitantes (JACOBS, 2014 [1961]) – e a educação tem ganhado destaque nas últimas décadas. O conceito de cidades educadoras, que emergiu no final do século XX, propõe que o espaço urbano transcenda as funções de habitação ou trabalho, tornando-se um ambiente de aprendizado contínuo, cidadania ativa e desenvolvimento social. Essa perspectiva ecoa a visão de David Harvey sobre o urbanismo como uma prática política e social, onde a cidade é uma arena em que as lutas para redefinir o que é democrático acontecem (HARVEY, 1993 [1973]). Ela também se alinha com teorias urbanísticas fundamentais que defendem a centralidade do espaço público, da diversidade e da inclusão na construção de cidades mais justas e equitativas.

Na década de 1960, a escritora e ativista política canadense Jane Jacobs (2014 [1961]) destacou a importância de espaços urbanos diversificados e ativos para a promoção da convivência e do aprendizado informal, como se lê a seguir:

(...) é só com os adultos das calçadas que as crianças aprendem – se é que chegam a aprender – o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham

relações com elas. Trata-se de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem. Aprende-se a partir da experiência de outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você, que assumem um pouquinho da responsabilidade pública por você (JACOBS, 2014, p.64).

Por seu lado, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, em sua obra “O Direito à Cidade”, argumentava que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, P. 158). Isso implica que todos os cidadãos têm o direito de participar ativamente na construção da cidade, o que requer uma reapropriação do espaço público. Segundo Lefebvre, “o espaço urbano deve ser concebido como um lugar de encontro, de desejo e de interação, um lugar de encontros, e não simplesmente um lugar de circulação e consumo” (LEFEBVRE, 1968, P. 144). Esses ideais encontram eco nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, elaborada pela AICE, que propõe que a cidade seja “um espaço de convivência, diálogo e solidariedade, no qual todas as pessoas têm o direito de participar ativamente na definição de suas condições de vida” (AICE, 1990).

A partir dessa perspectiva, vale destacar o conceito de urbanismo educador, entendido como o ponto de convergência entre planejamento urbano, planejamento educacional e pedagogia com o objetivo de promover a educação como ferramenta para melhorar tanto as cidades quanto seus habitantes (BANERJEE, 2010, P.10). A proposta é baseada na ideia de que a educação deve estar vinculada a um modelo urbano que seja inclusivo e sustentável, permitindo o desenvolvimento pessoal dos cidadãos e a sua participação ativa na transformação das cidades (MORALES, 2018). A perspectiva de Lefebvre (2011 [2001]) reforça a necessidade de se superar a fragmentação do espaço urbano, construindo territórios onde as interações sociais possam prosperar, promovendo uma cidadania plena e ativa.

Essa perspectiva é complementada pela crítica do geógrafo britânico David Harvey ao planejamento urbano neoliberal, que muitas vezes ignora as necessidades educativas e culturais das comunidades em busca de lucro, reforçando as desigualdades socioespaciais. Harvey afirma que o urbanismo deve ter como objetivo “criar cidades que sejam não só funcionais, mas também justas, inclusivas e capazes de promover os tipos de interações sociais necessárias para o desenvolvimento de uma vida cívica vibrante” (Harvey, 2012, p. 90).

Nesse sentido, ao se preocupar com a justiça social e a inclusão, o pensamento de Harvey alinha-se aos objetivos das cidades educadoras, que buscam criar ambientes urbanos que promovam o aprendizado e a cidadania ativa, além de apoiar os esforços pela redução das desigualdades, como reforçado no trecho a seguir:

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é um direito de nos transformarmos ao transformar a cidade. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso individual ou coletivo aos recursos da cidade; é um direito de recriar a nós mesmos e nossas cidades sob uma nova perspectiva, mais justa, equitativa e sustentável (HARVEY, 2012, p. 4).

Mais recentemente, Francesco Tonucci, em sua proposta "A Cidade das Crianças," exemplifica como o urbanismo pode ser reconfigurado para servir à educação. Ao defender que as cidades sejam projetadas a partir da perspectiva das crianças, incluindo-as nos processos de planejamento, o autor revela que uma cidade pensada para os mais vulneráveis é, inevitavelmente, uma cidade melhor para todos. Ele observa que:

Uma cidade que é pensada, organizada e desenvolvida para um varão, adulto e trabalhador, é muito incômoda, até hostil, para quem não é varão, para quem não é adulto e para quem não é trabalhador. Que são a grande maioria na cidade, porque estamos falando de crianças, mulheres, idosos, deficientes, pobres e estrangeiros. E provavelmente, os privilegiados, os homens adultos e trabalhadores, também não serão felizes, se seus filhos, suas esposas e seus pais sofrerem (TONUCCI, 2023).

O próprio pedagogo refere-se à sua proposta como algo difícil de ser alcançado, "uma perspectiva, uma utopia" (TONUCCI, 2023). As propostas de Tonucci deram início à Rede Mundial de Cidades das Crianças, lançada em 1991, na Itália, e que hoje está presente em mais de 200 cidades. Ao defender que as cidades sejam construídas e transformadas do ponto de vista das crianças, abrem-se infinitas oportunidades de aprendizagem contínua, garantindo seus direitos fundamentais e formando as bases para cidadãos adultos que também continuarão aprendendo.

Tonucci é frequentemente questionado sobre a viabilidade da proposta em cidades grandes. Em resposta, ele sugere que a solução está em lembrar que a cidade está formada por um conjunto de bairros, e que os problemas devem ser vistos a partir das partes para transformar o todo:

Como deveria ser uma cidade com 15 milhões de habitantes eu não sei, mas como deve ser um bairro, eu sei. Como devem ser criados os relacionamentos, a mobilidade sustentável em um bairro, posso dizer essas coisas. Em um bairro se deve andar a pé, não se deve andar de automóvel. E no bairro está a escola, está o correio, a igreja, tem negócios; as pessoas podem viver dentro do seu bairro, e em um modo de relacionamento direto, e é compreensível por parte das crianças. Trabalhamos com essa dimensão e depois multiplicamos essa dimensão, como módulos em toda a cidade” (TONUCCI, 2022)

O foco na infância é corroborado pelo UNICEF, que lembra que crianças têm os mesmos direitos humanos que os adultos, mas necessitam frequentemente de cuidados e proteção especiais que diferem deles, por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. “Se os ambientes urbanos forem planejados de forma a dar resposta às necessidades das crianças, elas não só apoiarão o desenvolvimento das crianças mas também prosperarão como lares para as gerações futuras” (UNICEF, 2018, P.21).

As cidades educadoras, portanto, representam uma síntese das teorias urbanísticas críticas que advogam por uma cidade mais inclusiva, participativa e democrática. A intersecção entre urbanismo e educação permite que a cidade seja vista como um agente formador, capaz de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente dissertação caracteriza-se como um estudo exploratório, tendo em vista que visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e permitindo constituir hipóteses. Apresenta também caráter descritivo, uma vez que busca descrever características de determinado fenômeno, a saber, as iniciativas de cidades educadoras selecionadas conforme metodologia apresentada em item posterior (GIL e VERGARA, 2015; SEVERINO, 2017; LAKATOS e MARCONI, 2011; TRIVIÑOS, 2008). Em relação à sua abordagem, o estudo se classifica como qualitativo (CRESWELL, 2007). Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se baseou em revisão de literatura, respaldada por análise bibliométrica e revisão sistemática de literatura, bem como em análise documental, com suporte de análise de conteúdo.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa foi desenvolvida em três partes. Para alcançar o primeiro objetivo específico, a saber, “Analisar, a partir da literatura, experiências de implementação do conceito de cidades educadoras no contexto nacional e europeu”, foram realizadas análise bibliométrica e revisão sistemática de literatura, com foco nos estudos especializados no tema cidades educadoras.

A análise bibliométrica, enquanto procedimento metodológico que permite a análise de grandes volumes de dados científicos, possibilita “revelar nuances evolutivas de um campo em específico, ao mesmo tempo em que evidencia áreas emergentes relacionadas a essa mesma área de observação” (DONTHU *et al.*, 2021, p.286, tradução da autora).

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL), essencial para a seleção dos estudos incorporados na análise global e interpretação dos resultados teóricos, consiste em uma investigação científica observacional retrospectiva. Aplicada a estudos experimentais, visa à recuperação e análise crítica da literatura, testando hipóteses e objetivando “levantar, reunir, avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários”. Para tanto, utiliza

“métodos sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes” (FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS - UNESP, 2015, p.2).

As plataformas *Web of Science* e *Scopus* foram adotadas como fontes de acesso aos estudos para a RSL. Na *Web of Science*, os critérios de busca foram definidos com base no campo de pesquisa "*topic*", que direciona a consulta por palavras-chave, resumos, palavras-chave adicionais e títulos das publicações. Na *Scopus*, utilizou-se o campo "*article title, abstract, key words*". Em ambas as plataformas, empregou-se a seguinte combinação de termos: "*Educating city*" OR "*Educating cities*", OR "*Cidade educadora*" OR "*Cidades educadoras*" OR "*Ciudad educadora*" OR "*Ciudades educadoras*". A busca foi realizada entre os dias 8 e 11 de janeiro de 2024. O *Quadro 1* apresenta os critérios de elegibilidade e exclusão adotados.

Quadro 1 - Critérios de elegibilidade e de exclusão

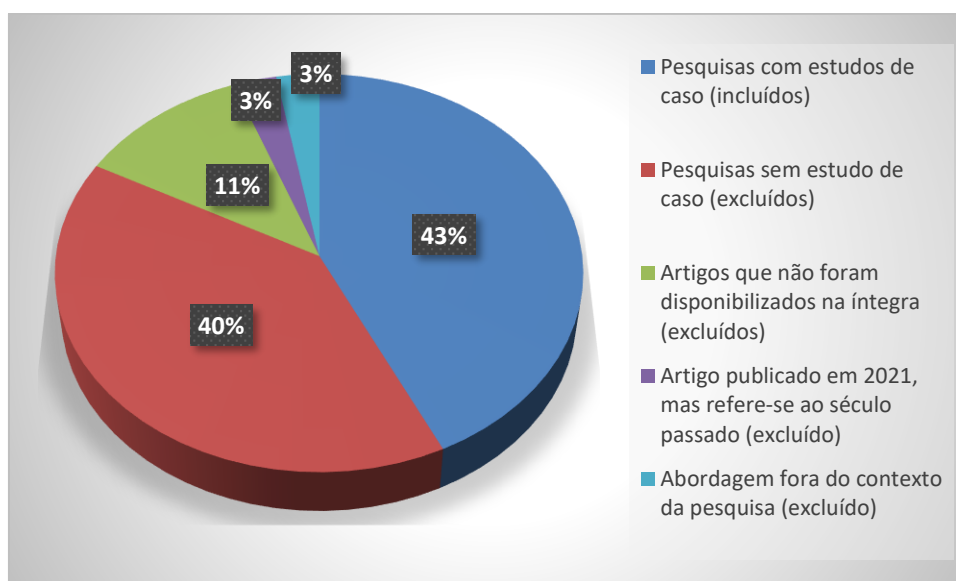
Critérios	Designação
Elegibilidade 1	Artigos com no máximo 05 anos de publicação (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023).
Elegibilidade 2	Apenas pesquisas encontradas nas bases de dados <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> .
Elegibilidade 3	<i>Strings: Educating city, Educating cities, Cidade educadora, Cidades educadoras, Ciudad educadora, Ciudades educadoras.</i>
Elegibilidade 4	Campos de busca: <i>topic</i> (título, resumo, palavras-chave do autor e palavras-chave adicionais) da <i>Web of Science</i> e <i>article title, abstract, key words</i> da <i>Scopus</i> .
Elegibilidade 5	Somente artigos em inglês, espanhol e português.
Exclusão A	Artigos que se repetissem entre as bases de dados da <i>Web of Science</i> e a <i>Scopus</i> .

Exclusão B	Artigos que se repetissem nas bases apenas por estarem publicados em diferentes idiomas
Exclusão B	Documentos que, embora tenham sido encontrados na busca por artigos, fossem registros e papers de conferências.
Exclusão C	Pesquisas que não utilizaram o estudo de caso como metodologia.
Exclusão D	Artigos não disponibilizados na íntegra.
Exclusão E	Artigo relativo a caso antigo (1898-1938)

Fonte: a autora, 2024

A busca nas bases científicas resultou na pré-seleção de 35 trabalhos na *Web of Science* e 20 na *Scopus*. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, conforme delineado no Quadro 1, 15 dos 35 artigos identificados na *Web of Science* e 4 dos 20 recuperados na *Scopus* compuseram o núcleo principal da análise. Esses trabalhos representam 43% do total inicialmente selecionado, como evidenciado na Figura 1.

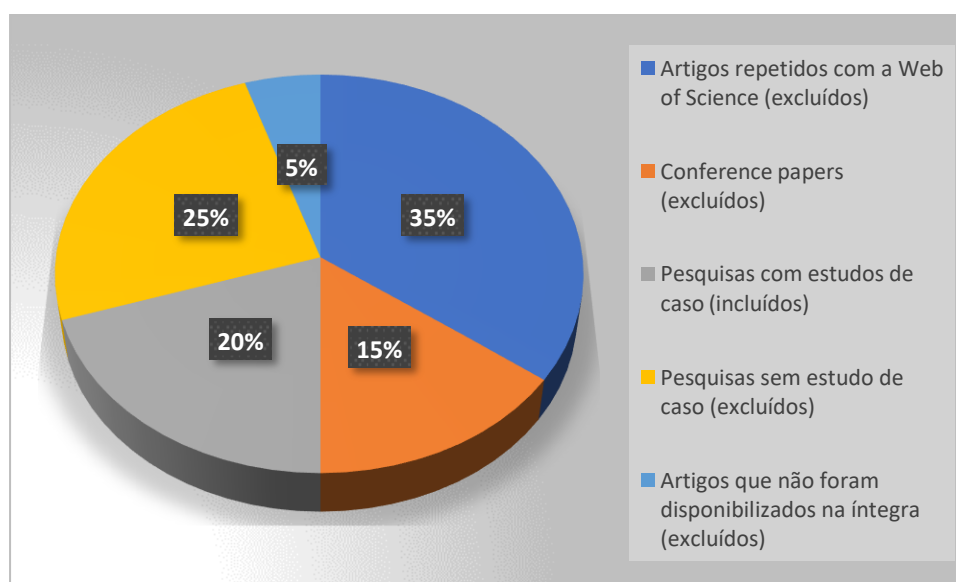
Figura 1 - Composição do corpus documental da *Web of Science* (pesquisas incluídas e excluídas).



Fonte: a autora (2024)

A *Figura 1* ilustra os critérios que justificaram a exclusão de parte dos artigos identificados na *Web of Science*. Observa-se que a maioria dos estudos excluídos (40%) se refere a artigos que não apresentaram estudos de caso, não contribuindo, portanto, para os objetivos da pesquisa. Dos demais trabalhos excluídos, 11% não dispunham de textos completos, 3% apresentavam estudos de caso antigos e 3%, embora classificados pela plataforma *Web of Science* como relacionados a cidades educadoras, apenas mencionavam o termo sem aprofundar a análise, o que inviabilizou sua inclusão. O mesmo procedimento foi adotado para os artigos identificados na plataforma *Scopus*, com a exclusão dos trabalhos repetidos em relação à *Web of Science*, conforme explicitado na *Figura 2*.

Figura 2 - Composição do corpus documental da *Scopus* (pesquisas incluídas e excluídas).



Fonte: a autora (2024)

A *Figura 2* demonstra a distribuição dos artigos obtidos na *Scopus* em relação aos critérios de exclusão e inclusão adotados. A maior parte das exclusões (35%) justifica-se pela repetição de artigos em relação à *Web of Science*. Dos demais trabalhos excluídos, 25% não apresentaram estudos de caso, 15% eram *conference papers* e 5% não tinham o estudo disponível na íntegra. Portanto, 20% dos artigos foram contemplados na análise.

Dessa forma, somando-se os artigos selecionados a partir das duas bases, 19 foram lidos e analisados na íntegra, sendo o resultado da RSL apresentado no item

“4.1 Análise Comparativa das Experiências de Cidades Educadoras a partir da Literatura”, da presente dissertação. É importante destacar que o alcance do primeiro objetivo específico e a construção dos resultados apresentados no referido item 4.1 também contaram com análise documental, especificamente do conteúdo da Carta das Cidades Educadoras.

Para responder o segundo objetivo específico, de “Selecionar experiências de cidades educadoras que receberam destaque pela AICE”, foi consultado o banco de iniciativas destacadas pela organização em seu website (www.edcities.org). Nele, a organização destacou 48 experiências que foram disponibilizadas de modo sistemático, apontando temas como participação e cidadania, lazer, formação ao longo da vida, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, relações intergeracionais, entre outras.

Adotando-se o estudo de casos múltiplos (YIN, 2015), com análises documental e de conteúdo (BARDIN, 2011), o material coletado foi organizado para constituir o *corpus* da pesquisa. Esse procedimento partiu de uma leitura flutuante, visando à obtenção de impressões gerais e orientações iniciais. Todos os 48 relatos disponíveis no site oficial da AICE foram incorporados, seguindo os princípios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Adicionalmente, a AICE foi consultada por e-mail para esclarecer os critérios de inclusão desses casos em seu banco de experiências, uma vez que esta informação não estava clara no site. Segundo a organização, os casos foram destacados por seu potencial de inspirar outras cidades, pela diversidade geográfica, pela implementação das atividades com diferentes faixas etárias, pela inovação, transferibilidade, consolidação e resultados positivos. Ainda de acordo com a AICE, as iniciativas deveriam ter sido desenvolvidas por governos locais, com a participação da sociedade civil.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Visando alcançar o terceiro e o quarto objetivos específicos do estudo, a saber, “Selecionar iniciativas de projetos de cidades educadoras destacadas pela AICE” e “Analisar ações, princípios, desafios e resultados das iniciativas de cidades educadoras selecionadas”, passou-se à exploração do material.

Na etapa de codificação, os dados brutos dos textos foram processados e

transformados em unidades de registro, derivadas dos temas identificados nos documentos. Essas unidades de registro foram encontradas em partes específicas dos textos, representadas como unidades de contexto. Na fase de categorização, foram criadas as categorias analíticas principais e secundárias, respeitando-se o objetivo da dissertação, conforme seguem no Quadro 02:

Quadro 2 – Categorias principais e secundárias adotadas.

CATEGORIAS PRINCIPAIS	CATEGORIAS SECUNDÁRIAS
Ações (Planejamento e Implementação)	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos / propósito • Protagonistas • Colaboração/parcerias • Metodologia/Etapas
Ações (Envolvimento dos públicos prioritários)	<ul style="list-style-type: none"> • Participação / Engajamento
Resultados e Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto/ resultados • Aprendizado • Inovação / Impacto social
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades / lições aprendidas

Fonte: A autora, 2024.

Na fase final da análise de conteúdo, procedeu-se ao tratamento dos resultados e à sua interpretação, com base na análise crítica de ações, princípios, desafios e resultados identificados nas experiências de iniciativas de cidades educadoras destacadas pela AICE.

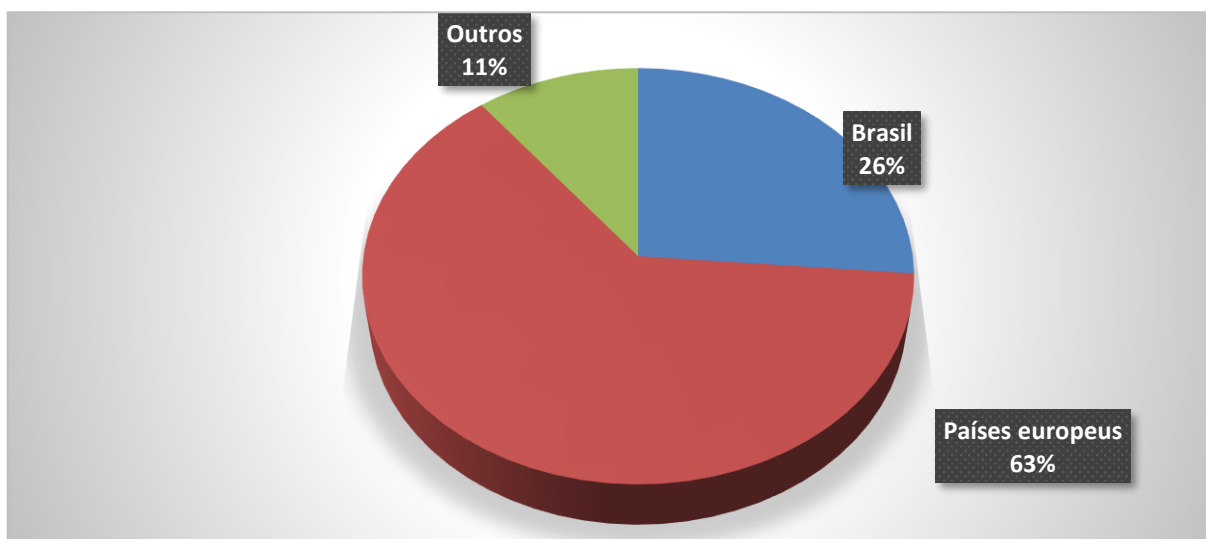
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS A PARTIR DA LITERATURA

Para responder à pergunta da pesquisa que indaga sobre as ações, princípios, desafios e resultados extraídos de experiências de cidades educadoras e que possam servir para o fortalecimento e desenvolvimento de novas iniciativas, compreendeu-se a importância de analisar como o conceito de cidade educadora é definido nos estudos analisados. A análise dos 19 artigos revelou que a maioria (16) utiliza como base a definição da AICE (2021), que enfatiza o papel da educação como ferramenta de transformação social e a mobilização de diversos agentes educativos no território.

Nessa perspectiva, a cidade educadora é vista como um projeto que coloca a educação no centro das políticas públicas, promovendo valores como inclusão, justiça social e participação cidadã. Contudo, um dos artigos analisados (Lúcio, 2019) adota a definição de Bernet (1990), que se concentra na cidade como um ambiente de aprendizagem, onde se aprende na cidade, da cidade e a cidade. Apesar da diferença de autores, ambas as definições convergem ao destacar a importância da participação e da interação entre os cidadãos e o espaço urbano na construção de uma cidade educadora. A partir dessas diferentes perspectivas, a análise dos artigos buscou identificar as ações, os princípios, os desafios e os resultados das experiências de cidades educadoras, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento de novas iniciativas.

A RSL também permitiu analisar o estado da arte das pesquisas científicas sobre cidades educadoras. Foram analisados 19 artigos, sendo 15 coletados na *Web of Science* e 4 na *Scopus*. A Figura 3 mostra a divisão dos artigos pela localização geográfica das experiências relatadas.

Figura 3 – Localidade dos casos estudados

Fonte: a autora (2024)

Conforme se observa na figura, 26% dos artigos abordam casos brasileiros, enquanto 63% tratam de casos europeus, sendo estes últimos predominantemente relatos sobre experiências espanholas. Essa predominância pode ser explicada pelo fato de o conceito de cidades educadoras ter sido aperfeiçoado e disseminado a partir de Barcelona, na Espanha. Experiências de outros países foram abordadas em 11% dos artigos.

4.1.1 Experiências brasileiras de cidades educadoras

Esta seção apresenta os resultados da revisão sistemática de literatura sobre cidades educadoras no contexto brasileiro. A análise revela avanços na implementação desse conceito, mas também aponta para a necessidade de aprofundar o debate e ampliar as pesquisas nessa área. Os estudos identificados abordam diferentes aspectos das cidades educadoras, como a articulação entre educação formal e não formal, a participação cidadã, a inclusão social e a sustentabilidade. No entanto, observa-se que a maioria dos estudos se concentra em experiências específicas, como os CEUs e as políticas para imigrantes, sem abordar o conceito de forma mais abrangente, como se vê a seguir:

Uberlândia e Sorocaba: De Lima (2019) realizou um estudo abrangente sobre a trajetória de Uberlândia (MG) e Sorocaba (SP) como cidades educadoras entre 1990

e 2019. O autor analisou como o conceito foi internalizado por essas cidades, com base em documentos e princípios da AICE, como a articulação entre educação formal, informal e não formal. De Lima (2019, p. 2) destaca que essa perspectiva implica em "destronar o Estado educador, a educação centralizada, a normalização burocratizada e a política educacional que centra na educação formal a objetivação, seletividade e criteriosidade quanto aos valores e condutas que os sujeitos devem aprender na escola". Essa visão se aproxima do "direito à cidade" proposto por Lefebvre (2011 [2001]), que defende o uso dos espaços urbanos como locais de aprendizado e participação ativa.

Em Uberlândia, De Lima (2019) destaca iniciativas como a parceria entre o governo, editoras e escritores para doação de livros e o Projeto Leitura no Ponto, que visa a estimular o acesso à leitura no transporte público. Essas ações dialogam com as ideias de Jane Jacobs (2014 [1961]) sobre a importância da ocupação dos espaços urbanos para fortalecer a vida comunitária e a segurança. Em Sorocaba, o autor identificou diversas medidas alinhadas ao movimento das cidades educadoras, como a criação de um plano cicloviário, Casas do Cidadão, Oficinas do Saber e o programa "Este Livro é Meu".

Apesar da riqueza de informações, o estudo de De Lima (2019) não aprofunda a conexão entre as iniciativas e as instituições locais em Uberlândia, como escolas e serviços municipais, aspecto fundamental para a AICE. Em Sorocaba, apesar da participação na AICE e da troca de experiências com outras cidades, o autor constata que a falta de recursos levou ao sucateamento das escolas e a índices educacionais "desanimadores" (De Lima, 2019).

Centros Educacionais Unificados em São Paulo: Braga, De Souza Neto e Lopes (2022) investigaram a experiência dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, implementados desde 2002. Os autores destacam o papel dos CEUs na formação de professores em temas étnico-raciais (2013-2016), reconhecendo-os como espaços de implementação de políticas afirmativas. Os autores afirmam que os CEUs representam "uma iniciativa que traduz uma concepção filosófica e social circunscrita numa pedagogia democrática que vai de Anísio Teixeira a Paulo Freire e se alinha a uma perspectiva de cidade educadora" (BRAGA, DE SOUZA NETO e LOPES, 2022, p. 6). Essa perspectiva se concretiza na oferta de atividades de formação que promovem o acesso a debates, vivências culturais e saberes sobre populações historicamente marginalizadas (BRAGA, DE SOUZA NETO e LOPES,

2022, p. 10-11). No entanto, nota-se a ausência, no estudo, da integração dos CEUs com outros serviços da cidade para que seu potencial como instrumento de educação integral seja plenamente realizado.

Costa da Silva, Nicoletti Mizukami e Ramos Andrade (2022) também estudaram os CEUs, focando na unidade Professora Elizabeth Gaspar Tunala, no Butantã, zona oeste de São Paulo (SP). O estudo buscou compreender como os professores, imersos no contexto da cidade educadora, poderiam utilizar a metodologia dos mapas narrativos para conhecer seus alunos e aperfeiçoar seu trabalho pedagógico. Os mapas narrativos combinam representações cartográficas com narrativas pessoais, permitindo aos professores observar como as pessoas se expressam e o significado que atribuem aos espaços que habitam (SILVA, MIZUKAMI e DE ANDRADE, 2022). Essa abordagem dialoga com a ideia de Harvey (1993 [1973]) de que uma cidade educadora deve escutar e incorporar as histórias de seus habitantes. As autoras reconhecem a importância de atentar para a forma como as pessoas se expressam e o significado que atribuem aos espaços, aspecto que, sob a ótica da Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), contribui para um trabalho pedagógico mais consistente e participativo. No entanto, o estudo também se limita a um elemento da cidade educadora, sem explorar a relação do CEU com outros equipamentos e serviços da cidade.

Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU), em Sapucaia do Sul:

Mol e Dos Santos (2020) analisaram a experiência do Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU) em Sapucaia do Sul (RS), implementado em 2014 pelo governo federal. As autoras investigaram a relação da Praça CEU com o conceito de cidade educadora, considerando a necessidade de pensar os processos educativos para além das escolas. Segundo Mol e Dos Santos (2020), a Praça CEU promove a interface entre educação formal e informal, incluindo a conscientização ambiental, e "assume-se como território, como campo de pesquisa, currículo e lugar de estudo" (MOL e DOS SANTOS, 2020, p. 9). As autoras destacam a importância dos conceitos de "aprender a cidade, com a cidade e na cidade", que proporcionam vivências em diferentes espaços públicos e estimulam a articulação de políticas públicas.

Políticas públicas para imigrantes em São Paulo: Bógus e Magalhães (2022) analisaram as políticas públicas para imigrantes e refugiados em São Paulo, argumentando que a essência do conceito de cidades educadoras está ligada à superação das disparidades sociais e do preconceito. Os autores destacam a criação

da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) em 2016, que aproximou os imigrantes do poder público e resultou na elaboração de projetos e iniciativas para o acolhimento e a melhoria de suas condições de vida (BÓGUS e MAGALHÃES, 2022, p. 9). Os autores também reconhecem o papel das organizações da sociedade civil na construção de uma "cidade educadora de e para imigrantes" (BÓGUS e MAGALHÃES, 2022, p. 13). No entanto, o estudo não aborda outros elementos essenciais do conceito de cidades educadoras, como a integração entre educação formal e não formal e a sustentabilidade.

4.1.1.1 Análise crítica e síntese das experiências brasileiras

A análise das experiências brasileiras como cidades educadoras revela pontos significativos de convergência e divergência tanto entre elas quanto em relação aos princípios defendidos pela AICE e às ideias de autores como Francesco Tonucci (2020 [1996]), Henri Lefebvre (2011 [2001]) e Jane Jacobs (2014 [1961]). Esses elementos contribuem para uma compreensão mais profunda dos avanços e desafios relacionados à aplicação do conceito no contexto nacional.

Um aspecto central identificado nas experiências é o alinhamento com os princípios das cidades educadoras, especialmente na articulação entre educação formal e não formal, e na valorização dos espaços urbanos como locais de aprendizado e convivência. Tanto em Uberlândia quanto em Sorocaba, os esforços de promover ações educativas nos espaços públicos, como bibliotecas em transporte coletivo e oficinas comunitárias, destacam a ideia de uma educação que transcende os muros da escola e alcança a coletividade. Essa abordagem é reforçada também pelos CEUs em São Paulo, que integram atividades culturais e pedagógicas voltadas para a democratização do acesso ao conhecimento e o fortalecimento de práticas inclusivas. Ao priorizar a infância e adolescência, principal público dos CEUs, as iniciativas alinham-se ao pensamento de Tonucci (2020 [1996]), quando reflete sobre a importância de ter meninos e meninas no centro das políticas públicas das cidades.

Além disso, há um compromisso com a participação cidadã e a inclusão social. Os estudos indicam que essas iniciativas buscam integrar grupos historicamente marginalizados, como imigrantes, populações étnico-raciais e crianças, promovendo espaços de acolhimento e empoderamento. Essa convergência sugere que o conceito de cidade educadora no Brasil é frequentemente utilizado como uma ferramenta para

combater desigualdades e promover a cidadania ativa, em consonância com o que defende Henri Lefebvre, com sua teoria do direito à cidade, em que o espaço urbano deve ser reapropriado pelos cidadãos como lugar de encontro, desejo e interação.

Apesar dessas similaridades, as experiências analisadas diferem em suas abordagens e abrangências, que dialogam, por exemplo, com o pensamento de Jane Jacobs (2014 [1961]). Enquanto algumas iniciativas, como as políticas públicas para imigrantes em São Paulo, têm um foco claro e estruturado em um público específico, outras, como os projetos em Uberlândia e Sorocaba, apresentam uma visão mais ampla e diversificada. Essa diferença de escopo reflete os desafios de implementação em contextos urbanos distintos e com demandas específicas. Também é consistente com as críticas de Jacobs (2014 [1961]) ao planejamento centralizado e homogêneo, que desconsidera a singularidade de cada território e das interações sociais que nele ocorrem. A necessidade de maior integração entre políticas públicas e ações educativas também reflete a importância de criar cidades vibrantes, onde os espaços públicos sejam utilizados de maneira dinâmica e multifuncional, conforme proposto por Jacobs (2014 [1961]).

Outra divergência significativa está na intensidade da articulação com políticas públicas. Experiências como os CEUs e as praças CEU apresentam uma integração relativamente forte entre os equipamentos e as políticas municipais, embora enfrentem limitações de recursos para maximizar seu potencial. Por outro lado, em Uberlândia, observou-se uma desconexão entre iniciativas educativas e as instituições locais, o que compromete a sustentabilidade das ações e sua inserção no cotidiano urbano. Adicionalmente, as limitações enfrentadas em termos de impacto são evidentes, como os desafios de financiamento e manutenção, a exemplo das escolas em Sorocaba, que à época do estudo vivenciam um processo de sucateamento. Esse cenário destaca a necessidade de maior planejamento e investimento de longo prazo para assegurar que os princípios das cidades educadoras sejam efetivamente traduzidos em práticas transformadoras e duradouras.

Essa síntese destaca a riqueza e complexidade das experiências brasileiras no contexto das cidades educadoras, apontando para a relevância de um olhar crítico sobre as condições para a implementação de seus princípios de forma consistente e abrangente.

4.1.2 Experiências europeias de cidades educadoras

Esta seção apresenta os resultados da revisão sistemática de literatura sobre cidades educadoras no contexto europeu, que revela uma diversidade de abordagens e experiências. Os estudos analisados abordam temas como a educação para o desenvolvimento sustentável, a participação cidadã, a inclusão de pessoas com deficiência, o papel dos museus e a importância da arquitetura e do planejamento participativo na construção de cidades educadoras. Observa-se uma preocupação com a inclusão de diferentes grupos sociais, como crianças, pessoas com deficiência e imigrantes, e com a promoção da sustentabilidade.

As experiências europeias oferecem conhecimentos valiosos para o desenvolvimento de cidades educadoras em outros contextos, demonstrando a importância da articulação entre diferentes setores da sociedade e da criação de espaços de aprendizagem que vão além dos muros da escola. Destacam-se os casos a seguir:

Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Espanholas:

Essomba et al. (2022) investigaram como as cidades espanholas de Barcelona, Changwon e Rosario, reconhecidas como cidades educadoras há mais de 15 anos, implementam a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), entendida como um princípio que visa garantir o equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade dos sistemas naturais. Os autores analisaram a distância entre as políticas públicas de EDS e a realidade social. Embora em níveis diferentes entre as cidades, as práticas de EDS nessas cidades refletem a intenção de promover uma educação que envolve a comunidade como um todo, alinhando-se à teoria do direito à cidade de Lefebvre (2011 [2001]). Nota-se também um esforço de manter a educação inter-relacionada com outros tópicos, como o uso de recursos e o controle de resíduos, a poluição, a mobilidade urbana e a distribuição justa de bens e cuidados.

O estudo constatou que as atividades de EDS se concentram em espaços de educação informal em Barcelona e Rosario, enquanto em Changwon estão mais associadas às escolas. A interdisciplinaridade e a participação cidadã são observadas nas três cidades, em consonância com os princípios da AICE (Essomba et al., 2022). Os autores identificaram iniciativas de longo prazo com foco no cidadão, demonstrando capacidade de adaptação às mudanças sociais, o que ressoa com as ideias de Jacobs (2014 [1961]) sobre a importância das interações comunitárias e dos

espaços públicos como locais de aprendizado. Além disso, os autores observaram elementos de inovação em parte das iniciativas das cidades, com aspectos que foram se renovando ao longo do tempo para se adaptar às mudanças climáticas, às tecnologias de informação e comunicação, entre outros. Por outro lado, poucas experiências estudadas apresentaram um investimento na redução de desigualdades entre públicos com diferentes necessidades.

Praças como Espaços de Cocriação em Santa Coloma de Gramenet: Saldaña et al. (2019) analisaram o conceito de praça como espaço de cocriação em Santa Coloma de Gramenet, Barcelona. A cidade, membro da AICE desde 1994, é descrita como um "livro aberto", com ações em espaços públicos pelos direitos das mulheres, crianças e pessoas LGBTQIA+. Em 2016, a cidade investiu na Praça d'en Baró, próxima a uma escola, mas subutilizada. Um diagnóstico participativo com crianças de 6 a 12 anos foi realizado por arquitetas, em consonância com o princípio de participação social das cidades educadoras. Os autores observam que o urbanismo de gênero e as "geografias da infância" ajudam a identificar a "invisibilização" da infância no planejamento urbano (Saldaña et al., 2019).

A escola e o diálogo intergeracional foram fundamentais no processo. Os autores destacam que a experiência permitiu que crianças e adultos analisassem o entorno e oferecessem sugestões para melhorar o espaço público, a partir de uma perspectiva de gênero. A partir do desenho colaborativo da praça, os estudantes aprenderam a utilizar e relacionar os conceitos de arquitetura e urbanismo para a compreensão e a representação espacial, desenvolvendo um olhar crítico e tornando-se mais aptos a propor melhorias com um ponto de vista mais inclusivo. A experiência demonstra a importância de considerar as necessidades da infância na construção de uma cidade educadora, alinhando-se à abordagem de Tonucci (2020), que defende a inclusão das crianças no planejamento urbano por meio de diagnósticos participativos e da construção colaborativa.

Segregação Escolar em Cidades Educadoras Espanholas: Aramendi Jauregui, Rekalde-Rodriguez e Cruz Iglesias (2022) investigaram a segregação escolar em 21 cidades educadoras espanholas, considerando que o problema afeta não apenas os estudantes, mas a eficiência do sistema educacional como um todo. Os autores identificaram diversas causas para a segregação, que passam pelo nível socioeconômico das famílias, o planejamento urbano das cidades e as políticas educacionais.

Os técnicos municipais entrevistados no estudo reconheceram a escassez de dados sobre o problema, o que dificulta o desenvolvimento de soluções (Aramendi Jauregui, Rekalde-Rodriguez e Cruz Iglesias, 2022). Os autores destacam a necessidade de uma abordagem diversificada, eficaz e sustentável para enfrentar a segregação escolar, baseada na estrutura dos ODS adotados pela AICE. Dessa maneira, seriam necessários o compromisso das autoridades políticas, o envolvimento do público em geral, a coordenação entre as esferas estatal, regional, local e entre diferentes instituições, bem como políticas educacionais que promovam uma abordagem ecológica, “levando em conta a natureza acolhedora das cidades educadoras” (Aramendi Jauregui, Rekalde-Rodriguez e Cruz Iglesias, 2022, p.232).

Aprendizagem em Serviço em Cidades Espanholas: Bar Kwast, Campo Cano e Rubio Serrano (2021) analisaram experiências de "aprendizagem em serviço" para avançar na construção de redes educativas com um horizonte de bem comum em Barcelona, Sant Cugat e Puig-Reig. Essa abordagem combina aprendizagem com serviços prestados à comunidade, permitindo que o aprendizado se baseie nas necessidades do território, em consonância com o conceito de cidades educadoras da AICE (2020). Os autores concluíram que essas experiências ampliam a colaboração entre organizações sociais e escolas, compartilhando objetivos de formação e transformação social. O sucesso dessas experiências, segundo os mesmos, depende da colaboração de diversos atores na criação de "grupos de impulso" de formatos variados, como comissões interdisciplinares, grupos de debate e trabalho. Estes modelos podem levar a aprendizagens em campo, contribuir para o trabalho em rede e o desenvolvimento das cidades educadoras, fortalecendo o sentido de pertencimento e a cidadania (Bar Kwast, Campo Cano e Rubio Serrano, 2021).

Museus como Agentes Dinamizadores em Sevilha: Álvarez Domínguez (2020) estudou o papel do Museu Pedagógico da Universidade de Sevilha como agente dinamizador no contexto de cidades educadoras. O autor defende que o museu deve ser um local de preservação da identidade, permitindo que os cidadãos compreendam o passado e projetem o futuro. A aproximação dos cidadãos com a cultura contribui para torná-los mais humanos, e os museus auxiliam a cidade no reconhecimento do valor da história e da memória educativa (Álvarez Domínguez, 2020). O autor reconhece os desafios para alcançar esse objetivo, como a necessidade de identificar e catalogar o patrimônio histórico educativo e promover sua visibilidade.

Ao mesmo tempo, defende que uma cidade educadora “transforma o pessimismo em possibilidade, o individualismo em colaboração e cooperativismo, os problemas em soluções” e que, portanto, há de trabalhar por reconhecer o valor da história e da memória educativa para o desenvolvimento do presente” (Álvarez Domínguez, 2020, p.33).

Cidades Educadoras e Pessoas com Deficiência em Portugal: Rasteiro (2019) analisou práticas de 31 cidades educadoras portuguesas com foco em pessoas com deficiência. O autor argumenta que a inclusão de pessoas com deficiência requer a criação de uma cidade inclusiva, participativa e proativa, na qual os direitos individuais estejam alinhados com o "desenvolvimento global da comunidade, valorizando mais o que temos em comum do que aquilo que nos torna diferentes" (Rasteiro, 2019, p. 138). O autor esclarece que, para serem inclusivas, as cidades educadoras precisam ser adaptáveis e dinâmicas, implementar mecanismos de compensação para pessoas com acesso limitado a espaços e políticas públicas, e proporcionar ambientes favoráveis à aprendizagem informal, interação social e convivência. Segundo ele, as cidades que demonstram maior potencial inclusivo tem como características a adaptabilidade, o dinamismo, o aumento de recursos educativos e práticas de compensação para pessoas que mais sofrem com as condições de desigualdade e um rico conjunto de oportunidades para as aprendizagens informais.

Arquitetura e Educação em Roma: Alonso-Sanz, Braschi e Sebastianelli (2023) analisaram a experiência do "Laboratorio di Città Corviale" em Roma, um projeto que integra arquitetura, artes e educação em um complexo residencial construído na década de 1970 e caracterizado como um símbolo dos subúrbios romanos. Iniciado em 2018, o laboratório envolve moradores e alunos da escola local em um processo pedagógico que promove a convivência, a caminhabilidade e a interação com o meio ambiente. A partir de um projeto arquitetônico participativo, o laboratório busca integrar a escola na comunidade, promovendo a cidadania e a educação a partir da interação com a arquitetura, influenciando a "maneira de viver, coabitar e criar patrimônio". Eles complementam que é preciso desenvolver estratégias para “educar as crianças sobre as maneiras pelas quais a arquitetura condiciona a forma como vivemos, a forma como convivemos e a forma como vivemos juntos” (Alonso-Sanz, Braschi e Sebastianelli, 2023, p. 1240).

Planejamento Participativo em Cidades Italianas: Montebelli (2023) estimulou a reflexão sobre o conceito de cidades educadoras a partir de duas experiências italianas de planejamento participativo. A autora aborda os benefícios do conhecimento do território para o exercício da cidadania, o papel da cidade na educação e as estratégias para educar a comunidade sobre seu território e incentivar a participação no desenvolvimento local. Montebelli (2023) destaca os desafios da participação cidadã, como a relutância dos habitantes em acreditar que suas opiniões serão ouvidas, as dificuldades em alcançar consensos e o ceticismo em relação às autoridades. A autora também aponta a limitação de pessoas "fisicamente incapazes de participar do processo de co-design, tais como os idosos, os deficientes e as crianças" (Montebelli, 2023, p. 43).

Participação Infantil em Cidades Educadoras: Lúcio (2019) estudou a participação infantil no bairro de Massarelos, no Porto, Portugal, com base em dados coletados de crianças e adolescentes. Para ela, os argumentos de Tonucci (2004) fazem todo o sentido, à medida em que ele acredita que "enquanto que, para os adultos, pode ser difícil olhar para o edificado noutra perspectiva que não a de algo acabado, para os mais jovens o mundo é pluripotencial" (Lúcio, 2019, p.105). A autora argumenta que as crianças aprendem na cidade, e que esta pode se tornar um circuito educativo com currículos implícitos e explícitos, complementando o currículo escolar. Utilizando desenhos como ferramenta de pesquisa, Lúcio (2019) conclui que é responsabilidade de escolas, associações, empresas e formadores de opinião reconhecer a cidade como um construto fundamental do passado, presente e futuro.

Novélla-Camara et al. (2021) analisaram a participação infantil por meio da mediação digital em 179 cidades espanholas. Os autores definem a participação infantil como o processo pelo qual as crianças expressam suas opiniões e tomam decisões sobre assuntos que as afetam. O estudo revela que as autoridades municipais que reconhecem a participação infantil como um direito tendem a utilizar ferramentas digitais em suas atividades com esse público. No entanto, os autores observam que os governos locais utilizam as ferramentas digitais para fins comunicativos, e não deliberativos, o que limita as oportunidades de debate e contraria os princípios das cidades educadoras (Novélla-Camara et al., 2021).

De outro lado, Cano-Hila, Pose Porto e Gil-Jaurena (2021) investigaram o impacto da participação infantil e adolescente em cidades espanholas que fazem parte da AICE e/ou da iniciativa Cidades Amigas das Crianças, do UNICEF. Os resultados

indicam que a participação impacta no desenvolvimento de conhecimentos, competências e valores das crianças e adolescentes, e que a oferta de oportunidades de participação contribui para a melhoria da cidade. No entanto, os autores observam que o impacto na consolidação da participação como um direito ainda é limitado (Cano-Hila, Pose Porto e Gil-Jaurena, 2021).

Ambientes Escolares e Percepção da Cidade em Granada: Abarca-Alvarez, Mora-Esteban e Campos-Sanchez (2018) examinaram os ambientes escolares em Granada, Espanha, utilizando questionários e técnicas de inteligência artificial para obter informações sobre a percepção das crianças sobre a cidade. Os autores concluem que a percepção é influenciada pelo contexto familiar e pelo modo de deslocamento, sendo mais positiva quando as crianças se deslocam a pé. Também defendem que as ciências da informação contribuem para a melhoria dos processos de participação e que a percepção das crianças sobre o entorno escolar pode influenciar comportamentos sociais e interações, afetando as capacidades educativas da cidade (Abarca-Alvarez, Mora-Esteban e Campos-Sanchez, 2018).

4.1.2.1 Análise crítica e síntese das experiências europeias

As experiências europeias analisadas na revisão sistemática de literatura revelam tanto convergências quanto divergências significativas na implementação do conceito de cidades educadoras, destacando a riqueza e a complexidade desse movimento no continente.

Primeiramente, nota-se que elas apresentam um forte alinhamento no que diz respeito à articulação entre setores sociais diversos e à construção de espaços educativos que vão além do âmbito escolar. Iniciativas como as praças de Santa Coloma de Gramenet, o planejamento participativo em cidades italianas e os laboratórios urbanos em Roma destacam a importância do esforço de engajamento coletivo, que conecta cidadãos aos processos de transformação de suas cidades. Esses exemplos refletem o compromisso com a inclusão de grupos diversos, como crianças, pessoas com deficiência, e minorias, promovendo um ambiente urbano mais justo e acessível.

Outro ponto de convergência está na valorização de práticas que unem educação formal e informal para enfrentar desafios contemporâneos, como a sustentabilidade e a segregação social. A Educação para o Desenvolvimento

Sustentável (EDS) em Barcelona e outras cidades espanholas exemplifica como a interdisciplinaridade e a cidadania ativa podem ser ferramentas poderosas para o equilíbrio entre desenvolvimento humano e preservação ambiental. Além disso, o papel dos museus e a promoção de aprendizagens baseadas no território reforçam o reconhecimento da cidade como um espaço de educação contínua, onde o aprendizado acontece em múltiplos contextos.

Por outro lado, embora as iniciativas compartilhem princípios gerais, elas diferem significativamente em termos de foco, abordagem e resultados alcançados. Enquanto algumas experiências, como o planejamento participativo em Roma e Santa Coloma de Gramenet, destacam a inclusão de crianças nos processos de decisão urbana, outras, como o engajamento infantil mediado digitalmente em cidades espanholas, enfrentam desafios para alcançar uma participação mais efetiva e deliberativa. Essa diferença de intensidade e impacto reflete o grau de compromisso e os recursos disponíveis em cada contexto.

Outro ponto de divergência diz respeito à integração entre políticas públicas e práticas locais. Por exemplo, iniciativas de aprendizagem em serviço em cidades espanholas demonstram um alto nível de colaboração entre escolas e organizações sociais, enquanto a inclusão de pessoas com deficiência em cidades portuguesas enfrenta limitações estruturais, como a necessidade de mecanismos de compensação e maior acessibilidade nos espaços urbanos. Além disso, os desafios de segregação escolar observados em algumas cidades espanholas indicam lacunas na capacidade de coordenação entre diferentes esferas de governança, impactando negativamente os esforços para criar cidades mais inclusivas.

Essas análises evidenciam que, embora a Europa tenha avançado na implementação do conceito de cidades educadoras, ainda existem barreiras a serem superadas, como a necessidade de maior articulação intersetorial, acesso equitativo aos espaços urbanos e políticas inclusivas que abranjam todos os grupos sociais. Essas experiências oferecem aprendizados valiosos não apenas para o continente, mas também para contextos internacionais interessados em adotar e adaptar os princípios das cidades educadoras.

4.2 ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DESTACADAS PELA AICE

Esta seção apresenta os resultados da análise de conteúdo de 48 experiências

de projetos de cidades educadoras destacadas pela AICE, buscando atender ao objetivo específico de analisar ações, princípios, desafios e resultados dessas iniciativas. A metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) foi empregada para examinar as “Experiências Destacadas” publicadas no site <https://www.edcities.org/pt/>.

4.2.1 Diversidade de atores e abrangência geográfica das experiências analisadas:

As 48 experiências analisadas, provenientes de 15 países, ilustram uma grande diversidade de atores e contextos geográficos, originárias de Espanha (9 casos), Argentina e Portugal (6 casos cada) e Brasil (5 casos). As demais experiências pertenceram à França (4), Coréia do Sul (3), Itália (3), Uruguai (2), México (2), Porto Rico (2), Finlândia (2), Cabo Verde (1), Colômbia (1), Senegal (1) e Bélgica (1). Um resumo de cada iniciativa encontra-se no subitem a seguir.

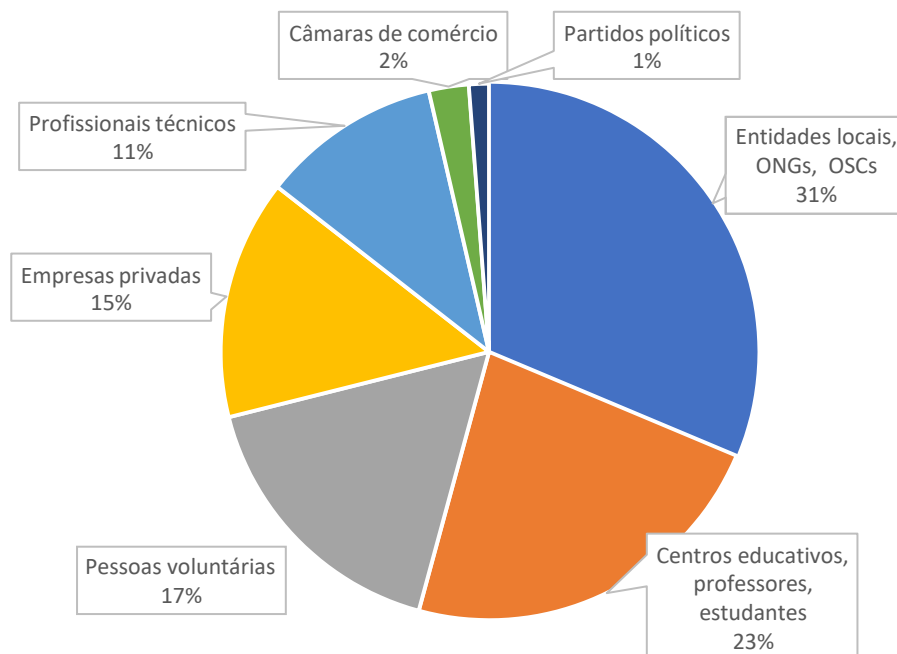
Os dados permitiram verificar que, apesar do predomínio da liderança estatal nas iniciativas de cidades educadoras destacadas, também houve a participação da sociedade civil, do setor privado (empresas e câmaras de comércio) e de atores locais, como professores, estudantes e voluntários. Essa pluralidade de agentes reforça o princípio da corresponsabilidade, um pilar das cidades educadoras segundo a AICE, ao mesmo tempo em que é condizente com a seguinte recomendação da organização:

A construção da cidade como espaço educador requer um impulso político inicial que conte com o apoio das diferentes sensibilidades políticas do município. Por essa razão o processo deve iniciar-se na base de um diálogo fértil e aberto entre o governo municipal e as restantes forças políticas, tendo em vista somar apoios para que a decisão de adoção dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e de adesão à AICE seja aprovada por um amplo consenso. Este consenso político servirá de garantia na manutenção de um projeto sustentado, que transcenda possíveis alterações de governo (AICE, 2021)

A implementação das iniciativas analisadas contou com a participação de diversos atores locais, em sintonia com os governos municipais. Essa integração de diversos atores sociais reflete o que Jane Jacobs (2014 [1961]) propôs como "tecido urbano", onde as interações cotidianas e o envolvimento comunitário sustentam uma vida urbana vibrante e inclusiva. A Figura 4 ilustra os parceiros e colaboradores

identificados na análise dos dados.

Figura 4: Tipo e percentual dos parceiros/colaboradores atuantes nas experiências



Nota. Elaborado pela autora, 2024.

O gráfico da Figura 4 destaca a predominância da participação de Organizações da Sociedade Civil (OSC), de ONGs e outras entidades locais no processo de implementação das iniciativas de cidades educadoras, correspondendo a 31% das experiências analisadas. Universidades, escolas, professores e estudantes também desempenham um papel importante, com participação em 23% das experiências destacadas pela AICE.

A implementação bem-sucedida das políticas públicas requer um compromisso coletivo com a ação, no qual todos os envolvidos compartilham responsabilidades e trabalham em conjunto para transformar visões em realidade e promover um impacto positivo e sustentável nas comunidades locais, elas refletem as decisões e preferências de autoridades centrais, conforme explica Arretche (2001):

Mesmo programas de muito reduzida complexidade e escala supõem um agente que tomou decisões e executores encarregados de implementar tais decisões. Alternativamente, programas cujo desenho final supõem um complexo processo decisório serão necessariamente implementados por agentes que não participaram do processo de formulação (Arretche, 2001, p. 2).

4.2.2 Resumo das experiências destacadas:

A seguir encontram-se os resumos das iniciativas destacadas pela AICE. Para garantir uma leitura mais objetiva e acessível, as 48 experiências destacadas pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) foram organizadas em torno de eixos temáticos que refletem suas principais contribuições e impactos. Essa abordagem permite uma compreensão ampla das iniciativas sem comprometer o fluxo da dissertação. No entanto, para os leitores que desejarem se aprofundar nos detalhes específicos de cada experiência, as descrições completas estão disponíveis no Anexo 1. Lá, as experiências são apresentadas de forma mais robusta, com informações detalhadas sobre seus contextos, planejamento e implementação, engajamento e participação, resultados, impactos e desafios. Essa organização busca equilibrar a riqueza das informações com a acessibilidade e a eficiência da leitura no corpo principal do texto.

A análise das 48 experiências promovidas pelas cidades educadoras demonstra práticas inovadoras que combinam educação, sustentabilidade, inclusão social, cultura e participação cidadã. Essas iniciativas refletem a diversidade cultural e geográfica das cidades, revelando soluções criativas para desafios locais e globais. A seguir, as experiências são apresentadas de forma integrada, em uma narrativa fluida e enriquecedora, organizadas por eixos temáticos.

- **Mobilidade Urbana e Revitalização de Espaços Públicos**

A mobilidade urbana e a revitalização de espaços públicos foram abordadas de forma exemplar em diversas cidades. Em Belo Horizonte, Brasil, o programa Caminhos na Cidade promoveu a mobilidade sustentável com a criação de ruas acessíveis e revitalização de praças, utilizando orçamentos participativos digitais para engajar a população. Já em Zapopan, México, o projeto Unidos pelo Espaço Público transformou áreas degradadas em espaços acolhedores, fortalecendo o senso de pertencimento e a convivência comunitária por meio de diagnósticos participativos e atividades culturais. Em Barcelona, Espanha, a iniciativa Supermaçã reorganizou o espaço urbano, reduzindo o tráfego motorizado e priorizando pedestres e ciclistas, o que resultou em um ambiente mais seguro e ativo para os moradores.

- **Educação, Cultura e Participação Comunitária**

A educação e a cultura desempenharam papéis centrais em projetos voltados à participação cidadã. Na França, o Centro Cultural Max Jacob, em Quimper, tornou-se um ponto de experimentação artística, conectando artistas e cidadãos em atividades colaborativas. Em Camargo, Espanha, o projeto Conexões de Cumplicidade promoveu uma cultura de sinergia ao integrar agentes educacionais e incentivar a conexão intergeracional, enquanto em Lyon, França, Infância, Arte e Linguagens incorporou residências artísticas ao currículo escolar, ampliando o acesso à cultura. Experiências como a Biblioteca Archimedes, na Itália, e os Espaços Mão na Massa, na Finlândia, modernizaram bibliotecas transformando-as em centros de inovação e inclusão, onde tecnologias emergentes como impressão 3D aproximaram gerações. Já em Granollers, Espanha, o projeto Microteatro combinou a valorização do patrimônio cultural com novas formas de expressão artística.

- **Inclusão Social e Saúde**

A inclusão social e a saúde também foram amplamente contempladas. Em Montevideu, Uruguai, o Programa Condutores de Inclusão utilizou jovens voluntários para promover a inclusão de pessoas com deficiência e transformar atitudes sociais. Em Gwangju, Coreia do Sul, o Bitgoeul – Centro de Saúde para Idosos ofereceu serviços integrados de saúde e lazer, fortalecendo laços comunitários. Em Caguas, Porto Rico, o inovador Salões de Beleza para Prevenir Violência Doméstica utilizou espaços não tradicionais para conscientizar e apoiar vítimas. Montevideu destacou-se novamente com o Parque da Amizade, um espaço inclusivo adaptado para convivência intergeracional. Já em São Paulo, Brasil, os Hospitais Veterinários Públicos democratizaram o acesso à saúde animal, promovendo bem-estar e saúde pública, enquanto em Buenos Aires, Argentina, o Saber Maior combateu a exclusão digital ao integrar idosos em oficinas temáticas.

- **Integração e Diversidade Cultural**

Promover a integração cultural foi o foco de diversas cidades. Em Castelfiorentino, Itália, o Projeto Castello Alto fomentou a convivência multicultural em um bairro historicamente tenso, por meio de jantares comunitários e oficinas. Em Cascais, Portugal, o Programa Cultura Social envolveu jovens em atividades de voluntariado

que reforçaram valores de cidadania, enquanto em Bruxelas, Bélgica, o projeto Promovendo o Entendimento incentivou a construção de comunidades inclusivas ao desafiar estereótipos culturais e promover a paz.

- **Sustentabilidade e Meio Ambiente**

A sustentabilidade ambiental emergiu como prioridade em projetos como o Projeto Rios, em Braga, Portugal, que mobilizou cidadãos para restaurar ecossistemas fluviais. Em Rennes, França, o Plano de Alimentação Sustentável incorporou práticas agroecológicas e reduziu drasticamente o desperdício alimentar nas escolas. Já em Barcelona, Espanha, o Horta na Laje criou hortas urbanas acessíveis, enquanto Curitiba, Brasil, destacou-se com a Escola Municipal de Sustentabilidade, que utilizou espaços naturais para promover educação ambiental.

- **Valorização Cultural e Patrimonial**

A valorização do patrimônio histórico esteve no centro de iniciativas como A Escola Adota um Monumento, em Turim, Itália, que transformou monumentos abandonados em espaços educativos. Em São Paulo, Brasil, o projeto Memória e Vida converteu cemitérios em museus a céu aberto. Já em Sant Just Desvern, Espanha, o Refúgio Antiaéreo Les Escoles combinou história, tecnologia e arte para preservar a memória coletiva.

- **Educação ao Longo da Vida e Empoderamento**

Projetos como a Escola de Empreendimentos Sociais, em Rosário, Argentina, capacitaram empreendedores vulneráveis, enquanto o Clube Codepillars, em Caguas, Porto Rico, empoderou meninas em STEM. Em Andong, Coreia do Sul, o Aulas na Rua levou educação contínua a espaços comerciais, enquanto Cascais, Portugal, promoveu responsabilidade comunitária com o Programa Guardião do Bairro.

- **Transformação Urbana e Governança Participativa**

A transformação urbana foi impulsionada por iniciativas como o Escritório da Tranquilidade, em Toulouse, França, que promoveu mediação urbana, e o Financiamento Coletivo, em Tampere, Finlândia, que cofinanciou projetos comunitários. Em Godoy Cruz, Argentina, o Voluntariado Legislativo permitiu que

cidadãos cocriassem políticas públicas.

- **Esporte e Juventude**

Em Praia, Cabo Verde, o projeto Esporte para Todos utilizou o esporte para inclusão social e prevenção da violência urbana. Em Toluca, México, o Programa de Verão Educativo envolveu jovens em atividades cívicas e educativas.

- **Cultura e Criatividade**

A cultura urbana foi promovida em Dakar, Senegal, com a Casa das Culturas Urbanas, que valorizou o hip-hop e o grafite. Em Passo Fundo, Brasil, o Prisma Espaço Geek integrou tecnologia e criatividade, impactando milhares de jovens.

- **Habitação e Direitos Humanos**

A habitação foi tratada de forma inovadora com o Moradia Primeiro, em Lisboa, Portugal, que priorizou a estabilidade habitacional para pessoas em situação de rua. Em Rivas Vaciamadrid, Espanha, o foco foi a coesão social com o Promoção Comunitária e Intervenção.

- **Bem-Estar Animal**

São Paulo, Brasil, destacou-se com o Bem-Estar Animal e Saúde Pública, um modelo inclusivo para atender populações vulneráveis.

- **Arte e Revitalização**

Loulé, Portugal, utilizou arte urbana com o White Spot para combater o vandalismo, enquanto Godoy Cruz, Argentina, transformou espaços degradados em um Museu ao Ar Livre.

- **Preservação de Valores e Identidade**

Por fim, Bilbao, Espanha, promoveu a construção coletiva de uma identidade comunitária com o projeto Bilbao, Cidade de Valores, envolvendo mais de 2.200 cidades.

4.2.3 Síntese das principais ações realizadas nas experiências analisadas

A análise das 48 experiências de cidades educadoras permite identificar padrões, tendências, similaridades e diferenças nas ações realizadas. As informações podem ser sintetizadas em três dimensões principais: padrões gerais, similaridades/diferenças e tendências observadas.

Em termos de padrões gerais, destaca-se a ênfase na participação ativa das comunidades, desde o planejamento até a implementação das iniciativas, a exemplo dos programas Guardião do Bairro, de Cascais (Portugal) e o Programa de Verão Educativo para Jovens, em Toluca, no México. Essa perspectiva ecoa a visão de Henri Lefebvre (2011 [2001]) sobre o direito à cidade, entendendo o espaço urbano como um lugar de participação ativa e construção coletiva.

Também observa-se que muitos dos programas priorizam populações específicas, como jovens em situação de vulnerabilidade, no caso da iniciativa Cultura Social, em Cascais, idosos, como o programa Saber Maior, de Buenos Aires (Argentina), ou pessoas com deficiência, a exemplo do Parque da Amizade, em Montevideu (Uruguai). Esses programas ilustram a defesa de David Harvey de que as cidades devem ser projetadas para todos, reconhecendo a diversidade humana como uma força transformadora e inclusiva.

Muitos projetos combinam elementos culturais e educativos para alcançar objetivos amplos. Exemplos notáveis são o Centro Cultural Max Jacob (Quimper, na França), que promove transversalidade cultural, e o Prisma Espaço *Geek* (Passo Fundo, no Brasil), que une narrativas digitais e cultura *geek*.

Outro aspecto relevante é a articulação intersetorial, elemento fundamental para a sustentabilidade das políticas públicas. Quase todas as experiências destacam a colaboração entre governos locais, ONGs, escolas, universidades e empresas privadas. Iniciativas como o Plano de Alimentação Sustentável, em Rennes (França), e Moradia Primeiro, em Lisboa (Portugal), exemplificam como essas parcerias fortalecem políticas públicas e promovem uma gestão compartilhada e participativa, reforçando a importância da cooperação interinstitucional preconizada pela AICE.

Por fim, vale destacar o enfoque em conscientização ambiental, observado em iniciativas como o Projeto Rios (Braga, Portugal) e Escola Municipal de Sustentabilidade" (Curitiba, Brasil). Ações voltadas à sustentabilidade são amplamente exploradas em projetos que envolvem hortas urbanas, redução de

desperdício e revitalização de espaços naturais.

No que diz respeito a similaridades, percebe-se que uma característica recorrente nas experiências analisadas é o engajamento intergeracional, promovendo trocas significativas entre crianças, jovens e idosos. Exemplos como o projeto *Convivendo com a Vida* (em Sant Boi de Llobregat, na Espanha) e *Saber Maior* (Buenos Aires, Argentina) destacam essa prática, alinhada ao princípio da AICE de fomentar uma educação integral e inclusiva ao longo da vida.

A aplicação de metodologias participativas é uma constante. Iniciativas como o *Voluntariado Legislativo* (Godoy Cruz, na Argentina) e *Conexões de Cumplicidade* (Camargo, na Espanha) ilustram o empoderamento comunitário e a co-criação de soluções. Essa prática ressoa com as ideias de Henri Lefebvre (2011 [2001]) sobre a produção social do espaço e o direito à cidade, ao mesmo tempo em que dialoga com Jane Jacobs (2014 [1961]), que defendia a participação ativa das comunidades como elemento central para a vitalidade urbana. Jacobs argumentava que cidades bem-sucedidas são aquelas nas quais os moradores se envolvem diretamente na construção e preservação de seus espaços.

A requalificação de espaços urbanos subutilizados ou degradados é outro elemento central em várias iniciativas. Projetos como *White Spot* (Loulé, Portugal) e *Supermanzana* Barcelona (Barcelona, Espanha) exemplificam como o redesenho urbano pode promover convivência, aprendizado e inovação. A noção de reocupação criativa desses espaços dialoga com a defesa de Jane Jacobs (2014 [1961]) de que ruas ativas e ocupadas são essenciais para a segurança e a vitalidade urbana. Para Jacobs, ruas e praças devem ser locais de encontro e interação constante, um princípio aplicado nessas iniciativas para transformar áreas abandonadas em polos de sociabilidade e aprendizado.

Por outro lado, também observam-se diferenças significativas entre as experiências analisadas. Grandes cidades, como São Paulo (Brasil) e Lisboa (Portugal), desenvolvem projetos com maior alcance e estruturação, condizentes com sua escala e capacidade administrativa. Em contraste, municípios menores, como as espanholas Sant Just Desvern e Viladecavalls, adaptam suas iniciativas às especificidades locais. Essa diferença demonstra como o conceito de cidade educadora é flexível e adaptável a diferentes contextos, conforme discutido por Braga, De Souza Neto e Lopes (2022).

Embora temas como educação, inclusão e sustentabilidade sejam mais

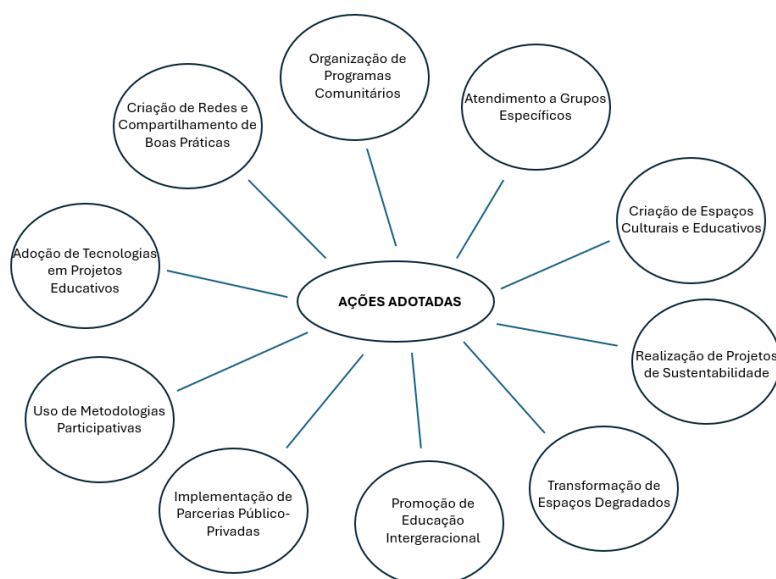
recorrentes, há projetos priorizam saúde mental (Convivendo com a Vida, Sant Boi de Llobregat, Espanha), memória histórica (Refúgio Antiaéreo Les Escoles, Sant Just Desvern, Espanha) ou inovação tecnológica (Espaços Mão na Massa, Espoo, Finlândia). Essa diversidade reflete a multiplicidade de necessidades locais e o potencial da cidade como espaço de aprendizagem multifacetado, uma visão que ecoa as ideias de Jane Jacobs sobre como diferentes bairros desenvolvem suas próprias funções e características dentro da cidade.

Vale destacar que também os modelos de financiamento variam significativamente, combinando financiamento coletivo e apoio municipal, enquanto outras iniciativas dependem exclusivamente de fundos públicos e parcerias tradicionais. Essa diversidade ilustra como diferentes estratégias financeiras podem sustentar políticas públicas educadoras, evidenciando a relevância das parcerias defendidas pela AICE.

Por fim, é preciso atentar para as tendências observadas. Projetos relacionados à sustentabilidade, por exemplo, refletem uma crescente preocupação com as mudanças climáticas, a exemplo das iniciativas Geração S (Esposende, Portugal) e Escola de Sustentabilidade de Curitiba (Brasil). Também condizente com os tempos atuais estão projetos como *Codepillars Club* (Caguas, em Porto Rico) e *Prisma Espaço Geek* (Passo Fundo, no Brasil), que destacam o uso da tecnologia para promover inclusão e inovação educacional. Essa tendência demonstra uma atualização constante das cidades educadoras para atender às novas demandas sociais, em conformidade com o princípio da AICE que valoriza a aprendizagem contínua e adaptativa.

Além disso, há iniciativas que integram redes globais ou nacionais para compartilhar boas práticas e expandir seus impactos, uma postura estimulada pela AICE. Um exemplo nessa direção é o projeto Cidade de Valores, de Bilbao, na Espanha, cuja Carta de Valores ganhou a adesão de mais de dois mil municípios.

Uma síntese das principais ações identificadas pode ser observada a partir da Figura 5.



Nota: Elaboração da autora, 2024.

A Figura 5 apresenta dez principais grupos de ações adotadas pelas experiências analisadas, destacando a diversidade de estratégias implementadas pelas cidades educadoras. Cada grupo de ações reflete diferentes abordagens para promover o desenvolvimento social, cultural, educacional e ambiental nos contextos urbanos. Entre as principais iniciativas, destacam-se a criação de redes e compartilhamento de boas práticas, que promovem a troca de conhecimentos e experiências entre cidades, e a adoção de tecnologias em projetos educativos, que impulsionam a inovação e ampliam o alcance das iniciativas.

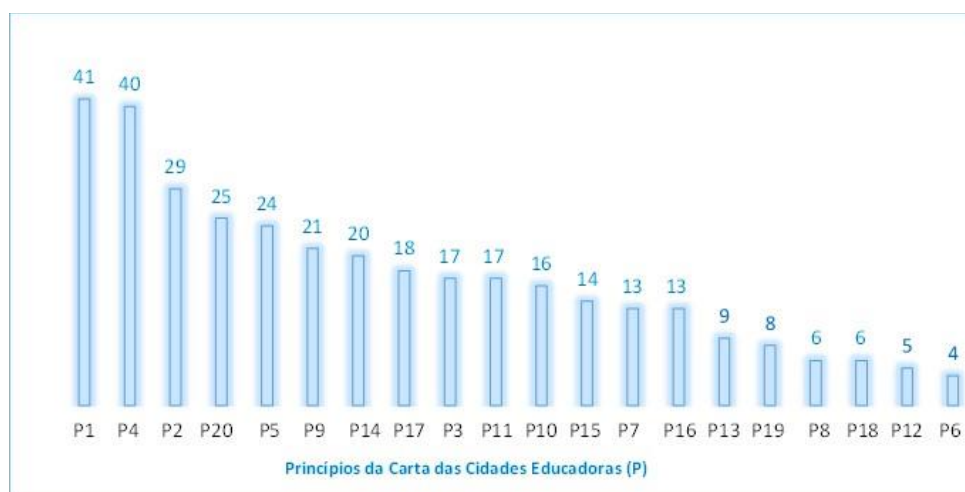
Além disso, ações como a promoção da educação intergeracional e o atendimento a grupos específicos evidenciam o foco na inclusão e na coesão social. A organização de programas comunitários e a transformação de espaços degradados mostram o potencial de mobilização e revitalização urbana. Por fim, a implementação de parcerias público-privadas, o uso de metodologias participativas, a criação de espaços culturais e educativos, e a realização de projetos de sustentabilidade reforçam o caráter multidimensional das intervenções, que articulam diferentes setores e recursos para responder aos desafios locais de forma colaborativa e eficiente.

4.2.4 Síntese dos principais princípios adotados pelas experiências em estudo

A Carta das Cidades Educadoras, elaborada pela AICE, apresenta princípios para orientar a ação educativa das cidades. O documento destaca a importância da educação para o desenvolvimento dos habitantes e para a transformação da cidade em um espaço de respeito e aprendizado. A educação deve ir além da escola, permeando toda a cidade e envolvendo diferentes gerações e grupos sociais. As cidades educadoras devem ser inclusivas, promover a participação cidadã, o acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Também devem ser sustentáveis, garantir o bem-estar de seus habitantes e formar cidadãos democráticos e globais (AICE, 2020).

Os 20 Princípios da Carta das Cidades Educadoras e respectivas descrições encontram-se no Anexo 2. Verificou-se que alguns desses princípios são mais priorizados que outros pelas 48 experiências destacadas pela AICE. A Figura 06 apresenta a frequência com que cada princípio foi contemplado nas experiências analisadas.

Figura 06. Distribuição da Frequência dos Princípios da Carta das Cidades Educadoras nas Experiências Analisadas



Nota. Elaborado pela autora, 2024.

A análise dos dados na Figura 5 evidencia que a educação inclusiva ao longo da vida (P1) e o acesso à cultura (P4) foram os princípios mais recorrentes, refletindo uma forte ênfase no desenvolvimento contínuo e inclusivo dos cidadãos, bem como na promoção de atividades culturais acessíveis para todos. Esse destaque reafirma a visão das cidades educadoras como ambientes que promovem a educação ao longo

da vida e o engajamento cultural, elementos fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos habitantes.

Além desses, outros princípios também receberam uma atenção considerável, como a política educativa ampla (P2), a promoção da cidadania democrática e global (P20), o diálogo intergeracional (P5), o acompanhamento e avaliação contínua (P9) e a promoção da saúde (P14). Esses aspectos sugerem que as iniciativas analisadas buscam não apenas atender às necessidades imediatas dos cidadãos, mas também fortalecer valores de cidadania, inclusão social e saúde pública. A ênfase em políticas educacionais abrangentes (P2) e na formação de cidadãos globais e democráticos (P20) indica um comprometimento em construir cidades que preparam seus habitantes para os desafios locais e globais, promovendo responsabilidade cívica e engajamento comunitário.

Por outro lado, certos princípios receberam menor atenção nas práticas analisadas, como o conhecimento do território (P6), a adequação dos serviços municipais (P12), a governança e participação dos cidadãos (P8), a corresponsabilidade contra desigualdades (P18), a sustentabilidade (P13) e a promoção do associativismo e voluntariado (P19). Esse fato destaca áreas que podem se beneficiar de maior foco e investimento. A menor ênfase na participação cidadã (P8) e na corresponsabilidade (P18), por exemplo, contrasta com os objetivos da AICE, que incentivam a construção colaborativa das cidades educadoras. A sustentabilidade (P13) e o associativismo (P19), pilares importantes para a construção de comunidades mais resilientes e coesas, também merecem maior integração nas práticas educadoras, para que as cidades avancem na direção de uma educação que integre responsabilidade ambiental e participação ativa.

Desse modo, os resultados revelam uma trajetória positiva nas áreas de educação inclusiva e cultura, mas também apontam para a necessidade de ampliar o alcance das políticas educacionais em direção a uma cidadania mais participativa, corresponsável e sustentável, alinhada aos objetivos amplos das cidades educadoras.

4.2.5 Síntese dos principais resultados e impactos das experiências analisadas

A análise das 48 experiências de cidades educadoras revela padrões, tendências e diferenças que evidenciam elementos comuns e particularidades entre

as iniciativas. Os resultados demonstram que muitas experiências têm como eixo central a promoção da inclusão social e da cidadania ativa, garantindo direitos de grupos vulneráveis como pessoas com deficiência, imigrantes e jovens em situação de risco. Iniciativas como Condutores da Inclusão (Montevideu, Uruguai), Projeto Castello Alto (Castelfiorentino, Itália) e Centro de Saúde para Idosos (Gwangju, Coreia do Sul) ilustram a capacidade das cidades educadoras de mobilizar comunidades por meio de práticas integrativas, em consonância com a ideia de Lefebvre (2011 [2001]) sobre a apropriação do espaço urbano como exercício de cidadania ativa.

Outro aspecto relevante é a valorização do patrimônio cultural e ambiental, que aparece em projetos como A Escola Adota um Monumento (Turim, Itália), Memória e Vida (São Paulo, Brasil) e Geração S (Esposende, Portugal), que tiveram como resultado uma melhoria de espaços públicos e conscientização das populações sobre a importância e sua preservação. Essas iniciativas reforçam a conexão entre educação e preservação cultural, reconhecendo a memória coletiva como um bem público, conforme destaca David Harvey (1993 [1973]) ao tratar da produção do espaço e da necessidade de preservação de seus significados históricos e culturais.

As práticas colaborativas e participativas também emergem como tendências centrais. A Feira de Transparência (Medellín, Colômbia), voltada para a governança aberta, e o Prisma: Espaço Geek (Passo Fundo, Brasil), que promoveu a interdisciplinaridade, são exemplos de como a colaboração entre diferentes setores fortalece projetos educativos. Essa abordagem se alinha ao entendimento de Jane Jacobs (2014 [1961]), que defende a diversidade de atores e funções nas cidades como fator essencial para sua vitalidade social e econômica.

A educação, concebida como uma ferramenta transformadora, está no cerne da maioria das iniciativas analisadas, o que é muito pertinente considerando-se o coração das propostas da AICE para cidades educadoras. Projetos como Burumi (Jecheon, Coreia do Sul) e Um Caminho Verde com QR Codes (Viladecavalls, Espanha) aplicam métodos inovadores e interativos que envolvem oficinas práticas e cursos itinerantes para alcançar resultados como a redução de emissões de dióxido de carbono e o alinhamento entre aprendizado e consciência ambiental, e integração do serviço comunitário com a educação.

Entre as similaridades observadas, destaca-se a inovação por meio da integração de áreas temáticas como tecnologia, cultura e sustentabilidade. Projetos como Espaços Mão na Massa (Espoo, Finlândia), que associa criatividade e inovação

tecnológica, e *White Spot* (Loulé, Portugal), que combina conservação urbana e arte, exemplificam essa abordagem multidimensional. Além disso, muitos projetos apresentam impactos intergeracionais e transversais. O Parque da Amizade (Montevideu, Uruguai) e o programa Saber Mayor (Buenos Aires, Argentina) conectaram gerações por meio de atividades educativas e sociais.

Outro padrão relevante é o uso estratégico de espaços públicos para fins educativos e comunitários. Iniciativas como Supermaçãs (Barcelona, Espanha), Museu ao Ar Livre (Godoy Cruz, Argentina) e Unidos pelo Espaço Público (Zapopan, México) exemplificam essa prática ao ressignificar o uso do espaço urbano como ferramenta pedagógica, promovendo interações sociais e cidadania ativa.

Por outro lado, algumas diferenças significativas também foram identificadas. O escopo e o foco temático variam entre projetos locais e específicos, como o Refúgio Antiaéreo (Sant Just Desvern, Espanha), e iniciativas com impacto mais amplo e sistêmico, como o Plano de Alimentação Sustentável (Rennes, França) e o programa Moradia Primeiro (Lisboa, Portugal). Essa diversidade reflete diferentes níveis de complexidade na implementação, variando desde ações mais simples e adaptáveis, como Caminhos na Cidade (Belo Horizonte, Brasil), até projetos que exigem maior coordenação intersetorial, como o Financiamento Coletivo Tampere (Tampere, Finlândia).

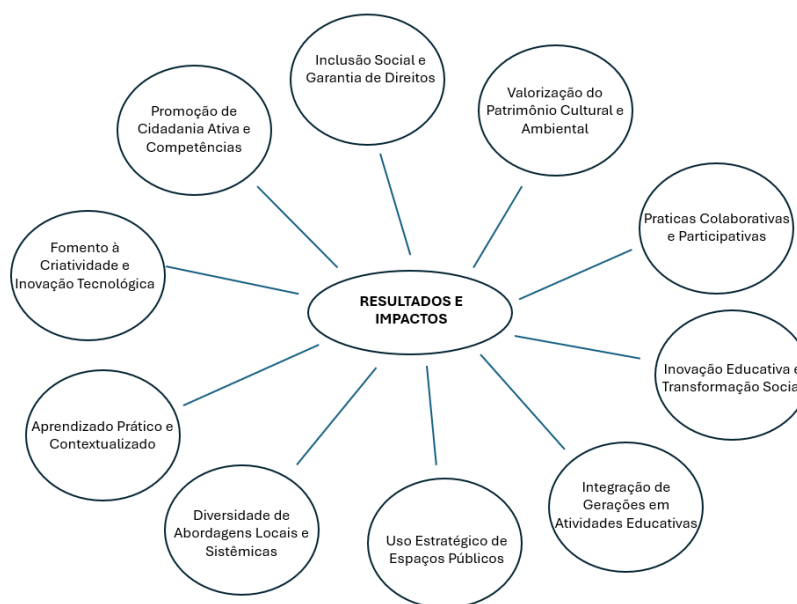
Por fim, a análise revela padrões consistentes de aprendizado e inovação. O aprendizado prático e contextualizado se destaca em projetos como Horta no Terraço (Barcelona, Espanha), onde participantes desenvolvem habilidades agrícolas em um ambiente urbano. Soluções adaptadas às necessidades locais são recorrentes, como o atendimento veterinário gratuito em São Paulo e o apoio ao empreendedorismo em Rosário, evidenciando a flexibilidade das políticas públicas educativas.

Iniciativas como Prisma: Espaço Geek (Passo Fundo, Brasil) e Espaços Mão na Massa (Espoo, Finlândia) mostram como a integração de tecnologias e métodos inovadores pode potencializar a criatividade e o aprendizado, reafirmando a cidade como espaço educativo e inclusivo. Esses projetos demonstram que a promoção de uma cidadania ativa, o desenvolvimento de competências e a ressignificação do espaço urbano são práticas viáveis quando há uma combinação eficaz de políticas públicas, engajamento social e inovação tecnológica. A análise dos resultados confirma que as cidades educadoras, quando orientadas por uma visão integrada,

podem se tornar verdadeiros laboratórios de transformação social e urbana.

Uma síntese dos principais resultados e impactos pode ser observada a partir da Figura 7.

Figura 7: Representação gráfica dos resultados e impactos alcançados



Nota: Elaborado pela autora, 2024.

A Figura 7 apresenta os principais resultados e impactos gerados pelas iniciativas analisadas, evidenciando a abrangência e a profundidade das transformações promovidas pelas cidades educadoras. Entre os resultados destacados, a inclusão social e a garantia de direitos emergem como pilares fundamentais, refletindo o compromisso das iniciativas com a equidade e o fortalecimento da cidadania. A valorização do patrimônio cultural e ambiental, por sua vez, ressalta a importância de preservar a identidade local e fomentar a sustentabilidade.

Outros impactos significativos incluem o fomento à criatividade e à inovação tecnológica, que ampliam horizontes educativos e econômicos, e a promoção da cidadania ativa e competências, fortalecendo o protagonismo comunitário. A integração de gerações em atividades educativas e o uso estratégico de espaços públicos reforçam a criação de ambientes de convivência e aprendizado.

Práticas colaborativas e participativas também foram fundamentais para

alcançar os objetivos das iniciativas, complementadas pela diversidade de abordagens locais e sistêmicas que respondem a desafios específicos de maneira contextualizada. Finalmente, a inovação educativa e a transformação social destacam o papel central das cidades educadoras como agentes de mudança, promovendo aprendizagens práticas e contextualizadas em prol do desenvolvimento humano e comunitário.

4.2.6 Síntese dos principais desafios e lições aprendidas das experiências em estudo

A análise das experiências de cidades educadoras destacadas pela AICE revela desafios significativos que refletem a complexidade inerente à transformação social e urbana, destacando lições aprendidas que podem ajudar a aperfeiçoar políticas públicas e práticas futuras. Entre os principais desafios enfrentados, a transformação cultural e a mudança de comportamento aparecem como obstáculos persistentes. Experiências como a priorização do transporte público em Belo Horizonte e Barcelona ou a inclusão de grupos marginalizados em Montevideu e Castelfiorentino evidenciam resistência inicial por parte das comunidades locais. Essa resistência reforça a necessidade de estratégias de engajamento adaptativas e contínuas, em consonância com a visão de Lefebvre (2011 [2001]) sobre o direito à cidade como um processo de disputa e negociação coletiva.

A sustentabilidade financeira também emergiu como um desafio crítico. A escassez de financiamento, infraestrutura e equipes limitou a continuidade de várias iniciativas, como as revitalizações de espaços públicos em Turim, Camargo e Dakar. A dependência de recursos externos destacou a relevância das parcerias público-privadas como mecanismo essencial para garantir a permanência e a expansão das ações. Essa dinâmica reflete a análise de Harvey (1993 [1973]), que destaca a necessidade de reorganização das estruturas econômicas para possibilitar o desenvolvimento urbano equitativo.

Os desafios educacionais e de capacitação também foram recorrentes, especialmente em projetos voltados para a inclusão digital e a formação de profissionais especializados. Cidades como Rosario e Buenos Aires enfrentaram dificuldades na superação da lacuna digital, enquanto Espoo destacou a necessidade de monitores qualificados para atividades tecnológicas e criativas. Esses aspectos reafirmam a importância de métodos pedagógicos inclusivos e adaptados às

realidades locais, alinhando-se às propostas de Tonucci (2020 [1996]) sobre a centralidade da educação prática e significativa como ferramenta de transformação.

A integração comunitária despontou como outro desafio relevante. Mobilizar e engajar comunidades foi um esforço constante, como ilustrado pela resistência a intervenções urbanas em Rivas Vaciamadrid e na revitalização de espaços degradados em Braga. Essas experiências apontam para a importância de metodologias participativas que promovam um forte senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, conforme defendido por Jane Jacobs (2014 [1961]) ao destacar a importância das redes sociais locais para a vitalidade urbana.

Questões ambientais e de sustentabilidade também se mostraram desafiadoras, especialmente na implementação de práticas como a agroecologia em Rennes e a revitalização de áreas naturais em Curitiba. Esses desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas que conciliem desenvolvimento urbano e preservação ambiental, promovendo uma conscientização coletiva que transcenda barreiras institucionais.

As lições aprendidas ao longo dessas experiências destacam algumas soluções efetivas. A participação comunitária emerge como um pilar central para o sucesso das iniciativas. Exemplos como o Unidos pelo Espaço Público (Zapopan, México) e o Projeto Rios (Braga, Portugal) demonstram que o envolvimento direto das comunidades no planejamento e execução das ações gera pertencimento e engajamento duradouro.

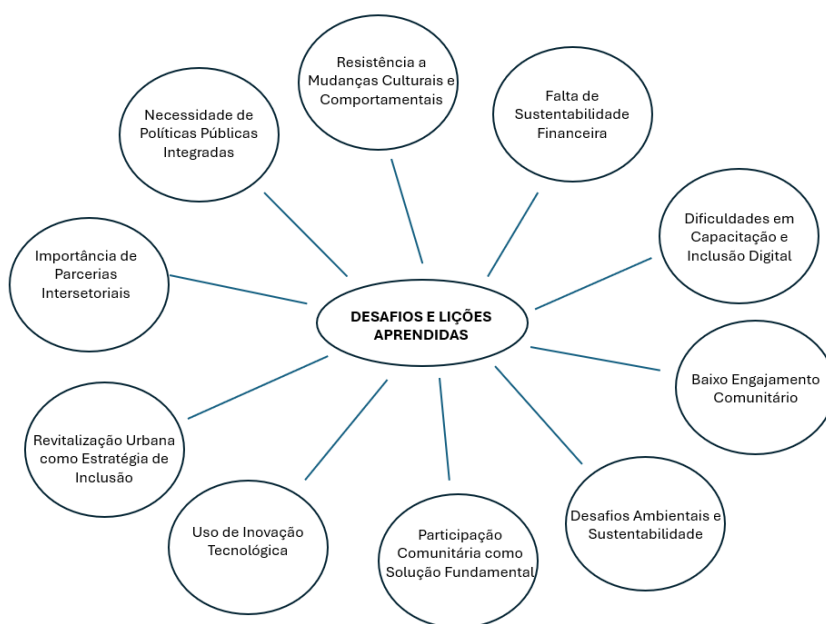
A inovação tecnológica também mostrou-se fundamental para ampliar o alcance e o impacto das ações. Iniciativas como as tecnologias digitais aplicadas em Viladecavalls e Espoo e o uso de ferramentas educacionais inovadoras em Sant Just Desvern reforçam a importância de integrar novas tecnologias ao planejamento urbano e às políticas educacionais. A revitalização urbana também se revelou uma estratégia eficaz para promover convivência, segurança e inclusão social. As intervenções em Barcelona e Loulé destacam o potencial dos espaços públicos como catalisadores de coesão social e desenvolvimento comunitário.

Por fim, abordagens intersetoriais e parcerias foram uma lição aprendida chave nas experiências bem-sucedidas. Projetos como a Casa das Culturas Urbanas, em Dakar e o Plano de Alimentação Sustentável, em Rennes, demonstram como a articulação entre diferentes setores — governo, sociedade civil e iniciativa privada — fortalece a sustentabilidade e a efetividade das ações implementadas. Essas

colaborações exemplificam a necessidade de uma governança urbana que seja ao mesmo tempo descentralizada e inclusiva, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável, conforme defendido pela AICE (2020).

Uma síntese dos principais desafios e lições aprendidas pode ser observada por meio da Figura 8.

Figura 8: Representação gráfica dos desafios e lições aprendidas



Nota: Elaborado pela autora, 2024.

A Figura 8 apresenta os principais desafios enfrentados e as lições aprendidas ao longo das iniciativas analisadas, destacando os aspectos críticos que exigiram soluções criativas e colaborativas por parte das cidades educadoras. Um dos desafios mais recorrentes foi a resistência a mudanças culturais e comportamentais, que muitas vezes dificultou a adoção de novas práticas e ideias, especialmente em comunidades com valores tradicionais profundamente enraizados. Além disso, a falta de sustentabilidade financeira foi um entrave comum, limitando a capacidade de ampliação e manutenção de projetos ao longo do tempo.

A necessidade de políticas públicas integradas e a importância de parcerias intersetoriais emergiram como lições fundamentais para a efetividade das ações. A articulação entre diferentes setores mostrou-se essencial para enfrentar a revitalização urbana como estratégia de inclusão e superar desafios ambientais e de

sustentabilidade, que requerem esforços coordenados e contínuos.

Outro ponto crítico foi o baixo engajamento comunitário, evidenciando a necessidade de intensificar a participação comunitária como solução fundamental. Dificuldades relacionadas à capacitação e inclusão digital também apareceram como barreiras em contextos que demandam maior acesso à tecnologia. Em contrapartida, o uso de inovação tecnológica destacou-se como um recurso valioso para superar limitações estruturais e promover a eficiência das iniciativas.

Por fim, a experiência demonstrou que, apesar dos desafios, a colaboração, a flexibilidade e a busca por estratégias integradas são elementos essenciais para o sucesso e a replicabilidade dos projetos. Essas lições aprendidas não apenas fortalecem as iniciativas locais, mas também servem como referências valiosas para outras cidades que buscam implementar ações similares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar ações, princípios, desafios e resultados de iniciativas de cidades educadoras, com o objetivo de identificar boas práticas e lacunas para o fortalecimento de futuras iniciativas. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem metodológica robusta, que incluiu revisão sistemática da literatura, análise de 48 experiências destacadas pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) e o uso de métodos de análise documental baseados em análise de conteúdo. Os resultados alcançados permitem refletir sobre a contribuição das cidades educadoras para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a transformação estrutural, apontando avanços significativos e desafios persistentes. O estudo se diferencia por oferecer uma análise sistemática e abrangente das iniciativas destacadas pela AICE, preenchendo lacunas na literatura sobre cidades educadoras.

Os achados obtidos por meio da revisão sistemática de literatura demonstram que, no contexto europeu, as cidades educadoras apresentam um alinhamento consistente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas áreas de educação para o desenvolvimento sustentável e inclusão de grupos marginalizados. Exemplos como o Projeto Rios (Braga, Portugal) e as intervenções urbanas em Barcelona refletem a integração de práticas educativas com a preservação ambiental e a equidade social.

No Brasil, as iniciativas têm se destacado pela adaptação criativa dos princípios das cidades educadoras aos desafios locais. Experiências como os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo e projetos voltados para a inclusão de imigrantes na mesma cidade demonstram como a educação integral e o uso estratégico de espaços públicos podem transformar realidades urbanas complexas.

Apesar das similaridades, as análises também apontaram diferenças significativas entre as experiências, influenciadas por fatores como escala urbana, disponibilidade de recursos e especificidades culturais. Grandes cidades, como São Paulo e Lisboa, desenvolvem projetos que alcançam um maior número de pessoas e tem possibilidade de escala, enquanto cidades menores, como as espanholas Sant Just Desvern e Viladecavalls, adaptam suas iniciativas às realidades locais.

Em relação às 48 experiências de cidades educadoras destacadas pela AICE, verificou-se que as ações analisadas revelam a ênfase em metodologias participativas e na articulação intersetorial como pilares centrais para a implementação de projetos

bem-sucedidos. Iniciativas como o Guardião do Bairro (Cascais, Portugal) e o Programa de Verão Educativo para Jovens (Toluca, México) exemplificam a importância da participação ativa da comunidade no planejamento e execução das ações. Essa perspectiva reflete a visão de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, no qual o espaço urbano é apropriado coletivamente por seus habitantes.

Outro ponto de destaque é o foco em populações específicas, como jovens em situação de vulnerabilidade, idosos e pessoas com deficiência. Projetos como o Parque da Amizade (Montevideu, Uruguai) e o Saber Maior (Buenos Aires, Argentina) ilustram como as cidades educadoras têm incorporado a diversidade humana em suas práticas, alinhando-se à defesa de David Harvey de que cidades devem ser inclusivas e projetadas para todos.

A valorização do patrimônio cultural e ambiental também aparece como uma característica marcante das iniciativas analisadas. Projetos como o Centro Cultural Max Jacob (Quimper, França) e a Escola Municipal de Sustentabilidade (Curitiba, Brasil) demonstram o potencial educativo dos espaços urbanos e sua capacidade de engajar cidadãos em questões de sustentabilidade e preservação cultural. Essa abordagem reforça a ideia de que o aprendizado pode transcender os limites das instituições formais de ensino, envolvendo a cidade como um todo.

Entre os avanços identificados nas 48 experiências analisadas, destaca-se o fortalecimento da intersetorialidade, que envolve a colaboração entre governos locais, ONGs, universidades e empresas privadas. Projetos como o Plano de Alimentação Sustentável (Rennes, França) e Moradia Primeiro (Lisboa, Portugal) ilustram como parcerias amplas podem promover a sustentabilidade das políticas públicas.

Além disso, a inovação tecnológica emerge como uma tendência relevante. Iniciativas como o Espaços Mão na Massa (Espoo, Finlândia) e o Prisma Espaço Geek (Passo Fundo, Brasil) mostram como a integração de tecnologias digitais pode ampliar o impacto das ações educativas, promovendo criatividade e inclusão.

O uso estratégico de espaços públicos também se destaca como uma prática central. Experiências como o Supermaçã Barcelona (Barcelona, Espanha) e Unidos pelo Espaço Público (Zapopan, México) mostram como a resignificação de áreas subutilizadas pode fortalecer a convivência, o aprendizado e a coesão social.

Entretanto, apesar dos avanços identificados, algumas lacunas ainda persistem, indicando a necessidade de ajustes e aprimoramentos de práticas futuras.

Certos princípios da Carta das Cidades Educadoras, como o conhecimento do território e a corresponsabilidade contra desigualdades, foram menos priorizados. Isso aponta para a necessidade de maior integração dessas dimensões nas práticas futuras. A sustentabilidade financeira também continua sendo um desafio recorrente, reforçando a importância de modelos de financiamento inovadores e diversificados.

As experiências analisadas mostram que as cidades educadoras, quando guiadas por uma visão integrada, têm o potencial de se tornarem laboratórios de transformação social e urbana. No entanto, para maximizar seu impacto, é essencial continuar investindo na participação comunitária, na articulação intersetorial e no fortalecimento das políticas públicas educadoras. Essas iniciativas não apenas ampliam as possibilidades de aprendizado, mas também transformam as cidades em espaços mais inclusivos, sustentáveis e resilientes. Desta forma, espera-se que este estudo seja útil para gestores públicos e pesquisadores comprometidos com a melhoria contínua e a expansão das iniciativas de cidades educadoras.

Para futuras pesquisas, há uma oportunidade de investigar em profundidade as experiências analisadas na presente dissertação, por meio de outros recursos metodológicos, à exemplo de entrevistas e análise de documentos mais robustos do que os obtidos a partir da AICE. Outras duas linhas de pesquisa podem ser adotadas: a investigação sobre como as mudanças de gestão política dos municípios influenciam a continuidade das iniciativas, e qual o ponto de vista dos cidadãos sobre as experiências de cidades educadoras. Tais abordagens permitiriam explorar aspectos não contemplados nos relatórios oficiais das cidades, como os desafios enfrentados durante a implementação, a percepção dos diferentes atores envolvidos e os impactos de longo prazo dessas iniciativas nas comunidades locais. Além disso, a coleta de dados primários poderia fornecer uma visão mais rica e contextualizada, ampliando a compreensão sobre as condições e dinâmicas que influenciam o sucesso das cidades educadoras.

REFERÊNCIAS

AICE — Associação Internacional de Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras**, 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

_____. **Da leitura da carta à consolidação de uma cidade educadora**. Guia metodológico, 2021. Disponível em: https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2020/05/PT_Consolidacio2021.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

_____. **Experiência destacada**, 2024. Disponível em <https://www.edcities.org/pt/publicaciones/focus-experience/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ABARCA-ALVAREZ, F. J.; MORA-ESTEBAN, R.; CAMPOS-SANCHEZ, F.. Transparent knowledge for decision support through artificial intelligence: Understanding the perception of children in Granada's school environments. **Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, v. 15, n. 1, p. 89-104, 2018.

ALONSO-SANZ, A.; BRASCHI, S.; SEBASTIANELLI, S. **Una caminata escolar por el Corviale de Roma como ciudad educadora**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37230/CyTET.2023.218.13>. Acesso em 20 fev. 2024.

ALVARENGA, A. C. J. R.; KUESTRA, R. QUARESMA, C. C. Cidades Educadoras: uma revisão sistemática de literatura. **Dialogia**, (45), e24668, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.24668>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ALVAREZ, D. P.; AURICCHIO, V.; MORTATI, M. Mapping design activities and methods of public sector innovation units through the policy cycle model. **Policy Sciences**, 55(1), 89–136, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11077-022-09448-4>. Acesso em 15 fev. 2024.

AMADEI, J. R. P.; FERRAZ, V. C. T. **Guia para elaboração de referências**: ABNT NBR 6023:2018. Bauru, 2019. 54 p.

ARAMENDI JAUREGUI, P. M.; REKALDE-RODRIGUEZ, I.; CRUZ IGLESIAS, E. Educating Cities Faced with School Segregation: Walking Towards Sustainable Development. **Teoría de la educación**, v. 34, n. 2, p. 209-235, 2022.

ARAMENDI JÁUREGUI, P. M.; REKALDE-RODRÍGUEZ, I.; CRUZ IGLESIAS, E. **Las ciudades educadoras ante la segregación escolar**: caminando hacia el desarrollo sostenible. *Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria*, 34(2), 209-235, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.14201/teri.27384>. Acesso em 20 fev. 2024.

BAR KWAST, Brenda; CAMPO CANO, Laura; RUBIO SERRANO, Laura. Lines of action and principles for the incorporation of service-learning at local level. Networking in the territory. **Teoría de la Educación**, v. 33, n. 1, p. 243-263, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada, Edições 70. São Paulo, 2016.

BÓGUS, Lucia Maria; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Educating Cities and Policies for Immigrants: The Case of the Sao Paulo - SP. **ECCOS**, n. 61, p. 1-18, 2022.

CANO-HILA, Ana Belen; POSE PORTO, Hector; GIL-JAURENA, Ines. Impacts of Municipal Experiences of Child and Adolescent Participation According to Local Technicians. **Pedagogia Social - Revista Universitária**, v. 38, p. 77-88, 2021.

CIDADE ESCOLA APRENDIZ. Educação e Território. **Cidade Educadora**. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/cidade-educadora-2/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CONTI, D. M. et al. **Collaborative governance towards cities sustainability transition**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20190046>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D.. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

DONTHU, Naveen *et al.* How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285-296, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>. Acesso em: 25 jan. 2024.

EDELMANN N.; ALBRECHT V. **The Policy Cycle: a framework for knowledge management of practitioners' expertise and role in participatory processes**. Front. Polit. Sci. 5:1223013, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.3389/fpos.2023.1223013>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ESSOMBA, M.À.; LLEONART, P.; ALFONSO, L.; BIN, H. **Education for sustainable development in educating cities: Towards a Transformative Approach from Informal and Non-Formal Education**. Sustainability, 2022, 14, 4005. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14074005>. Acesso em 15 abr. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas: por onde começar? Um guia prático da metodologia do marco lógico**. 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticPublicas_GuiaMarcoLogico_FJ_P.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

GIL, A.C.; VERGARA, S. C. **Tipo de pesquisa**. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, p. 31, 2015.

HADDAD, C. R.; NAKIĆ, V.; BERGEK, A.; HELLSMARK, H. Transformative

innovation policy: A systematic review. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, 43, 14–40, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eist.2022.03.002>. Acesso em: 13 fev. 2024.

HARVEY, H. Espaços de Esperança. Edições Loyola. São Paulo, 2004 [2000].

HARVEY, H. Social Justice and the City. Blackwell Publishers. Baltimore, 1993 [1973].

HARVEY, H. Rebel Cities, from the Right to the Cities to the Revolution. Editora Verso. Londres, 2012.

HOWLETT, M.; GIEST, S. Policy cycle. In Wright, J. D. (Ed.), **International encyclopedia of the social & behavioral sciences**. 2nd ed. 2015. p. 288–292. Elsevier.

HOWLETT, M.; GIEST, S. The policy-making process. In: Araral Jr., E., Fritzen, S., Howlett, M., Ramesh, M., Wu, X. (Eds.), **Routledge Handbook of Public Policy**. Routledge, New York. 2013.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Programa Cidades Sustentáveis. GPS – Gestão Pública Sustentável: **Guia de introdução à participação cidadã**. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/participacao-cidada/Guia-de-introducao-a-participacao-cidada_final.pdf. Acesso em: 30 mai. 2024.

JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. Martins Fontes. Sao Paulo, 2014 [1961].

KUESTRA, R. **Experiências Adquiridas Pela Prefeitura De Guarulhos/sp-brasil No Âmbito De Sua Cooperação Internacional Descentralizada: Contribuição Aos Estudos Da Paradiplomacia**, 2023. 142 p. Dissertação de mestrado — Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. Centauro Editora. São Paulo, 2011 [2001].

LUCIO, J.. The City as a Learning Experience: Illustrated Reflections on the Educational Curriculum of the City. **Kultur - Revista interdisciplinária sobre la cultura de la ciutat**, v. 6, n. 11, p. 87-106, 2019.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. **Expressão Popular**, 2015.

MOLL, J.; GERHARDT DE BARCELOS, R.; DUTRA, T. Cidades que educam e se educam: reconstruindo o olhar sobre a educação a partir dos territórios e das pessoas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 713–717, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1702>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MONTEBELLI, S. The Role of the Territory in an Educating City: Two Italian Laboratory Examples of Participatory Urban Planning. **European Journal of Geography**, 2023,14(4), 37-45. Disponível em: <https://doi.org/10.48088/ejg.s.mon.14.4.037.045>. Acesso em 20 fev. 2024.

NOVELLA CÁMARA, A. M.; ROMERO-PÉREZ, C.; BARBA-NÚÑEZ, M.; QUIRÓS GUINDAL, A. Enablers, barriers and proposals for child participation in Spanish municipalities. Bordón, **Rev. de Pedagogía**, 75(2), p. 105-121, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.13042/Bordon.2023.96430>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NOVELLA-CÁMARA, A.M. et al. Children's participation, local policy and the digital environment: Visions and uses among Spanish municipalities. **Comunicar**, v. 29, n. 69, p. 33-43, 1 out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3916/c69-2021-03>. Acesso em: 19 fev. 2024.

OLIVEIRA, M. C. N.; QUARESMA, C. C.. **Intervenções urbanas em áreas periféricas brasileiras**: uma revisão sistemática de literatura. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014>. Acesso em: 11 jan. 2024.

ONU HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **World Cities Report 2022**: Envisaging the Future of Cities. Nairobi, Kenya, 2022. p.17. Disponível em https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Ação**. Brasília, DF. Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Centros Educacionais Unificados (CEUs)**. Disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/sobre/>. Acesso em 22 mar. 2024.

RASTEIRO, D. The Educating City, a Strategy for the Inclusion of People With Disabilities. A Desirable Future and an Ongoing Process of Change. **Kultur - Revista interdisciplinària sobre la cultura de la ciutat**, v. 6, n. 11, p. 129-152, 2019.

SALDAÑA, D.; CORDONA, H.; GOULA, J. SALDAÑA, Dafne et al. Public Space Co-Creation as a Strategy for Educating Cities Fem dissabte a la Placa d'en Baro: Childhood, participation and equity. **Àgora**, v. 6, n. 11, p. 109-128, 2019.

SANTORO, S. “A cidade é hostil para quem não é homem, adulto e trabalhador: Entrevistado: Francesco Tonucci. **Portal do Instituto Humanitas Unisinos**. Abril, 2023. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627969-a-cidade-e-hostil-para-quem-nao-e-homem-adulto-e-trabalhador-entrevista-com-francesco-tonucci>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SOARES, T. A., DE ALMEIDA, S. d. C. D. Cidades educadoras. **Cadernos de Geografia**, (45), 43–52, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0871-1623_45_3. Acesso em: 2 fev. 2024.

TERÇARIOL, A. A. L.; VERCELLI, L. C. A. Cidade Educadora: princípios e oportunidades. Entrevistado: Cristiano Capellani Quaresma. **Rev. Dialogia**, São Paulo, SP, n. 45, p. 1-7, maio/ago, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/24678/10279>. Acesso em: 21 jan. 2024.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

TONUCCI, F. *City of Children*. Vernon Press. Delaware, 2020 [1996].

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Learning to be: the world of education today and tomorrow**, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223222>. Acesso em: 31 jan. 2024.

UNESP — Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Agrônômicas. **Tipos de Revisão de Literatura**. 9 p., 2015. Disponível em <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura#:~:text=Testam%20hip%C3%B3teses%20e%20t%C3%AAm%20como,pergunta%20de%20pesquisa%20claramente%20formulada>. Acesso em: 30 mai. 2024

UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Child Friendly Cities*. Disponível em: <https://www.childfriendlycities.org/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

_____ **Experiencias participativas de niños, niñas y adolescentes desde el ámbito local**: Pilares que facilitan la participación. Espanha, 2022. Disponível em: <https://ciudadesamigas.org/documentos/experiencias-participativas/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

_____ **Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil**. Brasília, DF, 2023. p. 4. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef_pobreza-multidimensional-na- . Acesso em: 11 jan. 2024.

_____ **Shaping urbanization for children A handbook on child-responsive urban planning**. New York, NY, 2018. Disponível em https://www.unicef.org/media/47616/file/unicef_shaping_urbanization_for_children_handbook_2018.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

UNINOVE — Universidade Nove de Julho. **Manual de orientação para apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT**. Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas Prof. José Storópoli. Atualizado em

Março/2020.

URBINI, B. M. et al. Percepções dos stakeholders urbanos e participação popular na implementação do Plano de Bairro: o caso do Jardim Lapenna, São Paulo, Brasil. **Rev. de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 12, n. 1, p. 22229, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v12i1.22229>. Acesso em: 22 jan. 2024.

VALÉRIO, C. P. F. “Uma Cidade das Crianças é uma Cidade Brincável”: entrevista com Francesco Tonucci. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud. Disponível em <http://revistalatinamericanaumanizales.cinde.org.co/docs/Entrevista%20a%20Tonucci%2027%201%2022.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

ANEXO 1

DESCRIÇÃO APROFUNDADA DAS 48 EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS DESTACADAS PELA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE)

Optou-se por descrevê-las predominantemente no tempo verbal presente, como estavam em seus relatos originais, embora não se tenha garantia de que os programas continuem sendo implementados, uma vez que os documentos não foram atualizados ao longo dos anos.

- **Experiência 1: Caminhos na Cidade – Belo Horizonte, Brasil:** A cidade, com uma população de 2,3 milhões de habitantes, enfrentou desde os anos 1970 os desafios do crescimento urbano e do uso excessivo de veículos motorizados. Em 2002, foi lançado o programa Caminhos da Cidade, como parte de uma estratégia para recuperar espaços públicos na região central e promover uma mobilidade sustentável.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem a criação de espaços urbanos acessíveis e a valorização do transporte não motorizado. O protagonismo cabe à Prefeitura e à empresa de transporte público BHTrans, com apoio da população por meio de orçamentos participativos digitais. A implementação seguiu duas fases principais, abrangendo intervenções como melhorias em calçadas, instalação de sinalização acessível e organização do tráfego. Em 2009, o plano estratégico incorporou diretrizes para promover segurança e conforto aos pedestres, com foco na humanização do centro urbano.

Engajamento e Participação: O programa inclui a participação ativa dos cidadãos, especialmente na priorização de projetos, como a reforma da Praça Raul Soares, transformada em um espaço de convivência democrática. Campanhas educativas buscam sensibilizar os cidadãos sobre a importância da mobilidade sustentável e do respeito aos pedestres.

Resultados e impactos: A experiência destaca-se por seus impactos na mobilidade urbana e na promoção de um ambiente mais humanizado. O programa foi iniciado com a recuperação de espaços públicos no centro urbano, promovendo a criação de ruas seguras e acessíveis para pedestres e

integradas ao sistema de transporte público. A transformação incluiu a revitalização de praças, melhorias nas calçadas, sinalização acessível e medidas para a redução da velocidade do tráfego. Esses esforços resultaram em espaços mais seguros e atrativos, contribuindo para o aumento da circulação de pedestres e para a conscientização sobre a importância de uma mobilidade sustentável.

Desafios: O projeto enfrentou como desafio principal a mudança de uma cultura urbana que historicamente priorizava o uso de automóveis em detrimento da segurança e conforto dos pedestres. A necessidade de reverter os impactos negativos dessa priorização, como poluição visual e sonora, foi intensificada pelo contexto de crescente motorização iniciado na década de 1970. As ações para promover uma cidade mais humana e sustentável também enfrentaram resistências culturais, sendo necessário um esforço contínuo para implementar mudanças comportamentais e no planejamento urbano. Uma lição aprendida foi a importância da participação cidadã, evidenciada no orçamento participativo digital, que permitiu aos cidadãos determinar prioridades em investimentos públicos, como a requalificação da Praça Raul Soares, convertendo-a em um espaço de convivência democrática e inclusiva.

- **Experiência 2: Centro Cultural Max Jacob - Quimper, França:** O centro, localizado em uma cidade de 67 mil habitantes na Bretanha, foi concebido em 2008 para criar um espaço inovador de experimentação artística e cultural, promovendo encontros entre artistas e cidadãos. Localizado em um bairro em transformação, integra práticas culturais diversificadas.

Planejamento e Implementação: A iniciativa é liderada pela Prefeitura de Quimper, com ampla consulta à população e aos agentes culturais locais. Um protocolo ético foi elaborado para garantir princípios compartilhados. O espaço conta com teatro, salas de ensaio e áreas para exposições e oficinas. O orçamento foi financiado por várias entidades, buscando promover transversalidade entre diferentes disciplinas artísticas.

Engajamento e Participação: A participação cidadã foi central desde o início, com workshops e consultas públicas. As atividades propostas incluem uso gratuito de softwares criativos e exposições de trabalhos infantis. A construção

do centro reflete o compromisso com a coesão social e cultural da comunidade. Resultados e impactos: O projeto fomentou a troca cultural e a participação cidadã. As ações, que incluíram a criação de espaços experimentais para práticas artísticas, estimularam o envolvimento de artistas e cidadãos em processos criativos e educativos. Embora o impacto social ainda estivesse em avaliação quando a iniciativa foi sistematizada, a diversidade de organizações envolvidas é um ponto positivo. A colaboração entre artistas, cidadãos e agentes culturais promoveu o aprendizado transversal e a inovação nos métodos de ensino artístico.

Desafios: O projeto apresentou desafios relacionados à visibilidade e ao engajamento populacional. A diversidade das organizações envolvidas, que incluiu cidadãos, agentes culturais e órgãos governamentais, foi identificada como uma potencial fonte de conflitos devido às diferentes perspectivas e interesses. Uma importante lição aprendida foi a relevância de se estabelecer um protocolo ético que orientasse os valores e princípios compartilhados no desenvolvimento do projeto, promovendo alinhamento entre os diversos stakeholders.

- **Experiência 3: Conexões de Cumplicidade - Camargo, Espanha:** Nessa cidade de 32 mil habitantes na Espanha, o projeto foi iniciado em 2006 para enfrentar a falta de coordenação entre iniciativas educacionais locais. A iniciativa reuniu agentes educacionais para analisar uma análise da situação e implementar um plano de ação.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem a promoção da colaboração entre agentes educacionais e a divulgação de iniciativas locais. Liderado pela Prefeitura, o projeto utiliza uma metodologia participativa, com criação de guias e organização de eventos como o “*Camargo Connects Meeting*”. O foco está na construção de redes educativas e na inclusão de agentes culturais e sociais.

Engajamento e Participação: A participação dos cidadãos foi fomentada em atividades como o “*Shared Book*”, no qual os moradores contribuíram para a criação coletiva de uma história. A iniciativa fortaleceu os laços entre a população e os agentes educacionais, promovendo um senso de comunidade

e inovação educacional.

Resultados e impactos: Camargo desenvolveu uma iniciativa focada na coordenação de agentes educacionais locais, promovendo maior integração entre projetos e uma percepção ampliada de seu valor educacional. O programa alcançou progresso significativo na articulação de ações conjuntas e no aumento da participação cidadã em eventos educacionais. Atividades inovadoras, como a criação do “Livro Compartilhado” e a construção coletiva de esculturas, incentivaram a criatividade intergeracional e a conexão entre diferentes agentes locais. O programa demonstrou potencial de transformação social e fortalecimento comunitário, apontando para uma rede mais estruturada no futuro.

Desafios: O programa teve como desafio principal superar um modelo educacional compartimentalizado, no qual agentes educacionais operavam de forma isolada, sem coordenação ou conhecimento mútuo. Além disso, a escassez de recursos humanos e materiais limitou o alcance de certas atividades. Uma lição aprendida foi que a criação de redes de cooperação entre agentes educacionais e a promoção de participação cidadã podem, gradativamente, gerar uma cultura de sinergia, contribuindo para um programa educacional mais coeso e eficaz.

- **Experiência 4: Infância, Arte e Linguagens - Lyon, França:** Iniciado em 2002 em Lyon, cidade com 465 mil habitantes, o projeto integra educação artística no currículo de escolas de educação infantil em áreas vulneráveis. A iniciativa promove residências artísticas de longo prazo para enriquecer o aprendizado das crianças.

Planejamento e Implementação: Com apoio da Prefeitura e dos Ministérios da Educação e da Cultura, o projeto busca estimular a criatividade e a curiosidade infantil. Artistas trabalham em estreita colaboração com educadores, desenvolvendo atividades integradas ao currículo escolar. As residências incluem oficinas, visitas a museus e formações para educadores.

Engajamento e Participação: A presença dos artistas nas escolas promoveu uma interação significativa entre crianças, educadores e profissionais culturais. O projeto foi avaliado por pesquisadores universitários, destacando os impactos

positivos na sensibilidade e no aprendizado das crianças.

Resultados e impactos: Residências artísticas em escolas permitiram que crianças experimentassem processos criativos e tivessem contato com diversas disciplinas artísticas. Essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento de competências como imaginação, criatividade e percepção sensível. A parceria com instituições culturais locais e o acompanhamento por equipes de pesquisa deram solidez ao projeto. O impacto social incluiu mudanças progressivas nas práticas pedagógicas e fortalecimento do vínculo cultural entre escolas e a comunidade. A continuidade do projeto e sua expansão para outros contextos europeus reforçam sua relevância.

Desafios: A descrição do projeto não menciona desafios explícitos, mas destaca aspectos positivos, como a boa dinâmica de trabalho nas escolas e o impacto positivo no aprendizado infantil por meio da imersão artística. Observa-se que a longa duração das residências artísticas e a colaboração com instituições culturais locais são elementos cruciais para o sucesso do projeto. Não há informações suficientes sobre lições aprendidas diretamente relacionadas às suas operações.

- **Experiência 5: Bitgoeul – Centro de Saúde para Idosos, Gwangju, Coreia do Sul:** Desenvolvida nesta cidade de 1,5 milhão de habitantes, sendo 9% idosos, a iniciativa foi desenvolvida para assegurar tratamento médico de qualidade, atividades recreativas, culturais e esportivas para esta população, tratando e ajudando a prevenir o adoecimento.

Planejamento e implementação: O Centro foi estruturado em três espaços complementares – social, esportivo e cultural – para oferecer atendimento a cerca de 4 mil pessoas por dia.

Engajamento e participação: Os serviços são oferecidos gratuitamente ou a custos módicos, por meio de parcerias com hospitais, universidades e indústrias, além do apoio de voluntários.

Resultados e impactos: Utilizado como um local importante para uma vasta gama de eventos, a iniciativa promove a unidade e a harmonia entre os membros da comunidade. Também é entendida como um espaço para a prevenção do Alzheimer e outras enfermidades.

Desafios: O relato da iniciativa previa o funcionamento do Centro de forma temporária, com finalização prevista para 2012, mas com a construção de outra unidade de saúde para os idosos.

- **Experiência 6: Programa Cultura Social – Cascais, Portugal:** Realizado pela Câmara Municipal de Cascais, o programa foi voltado para jovens entre 15 e 25 anos, promovendo atividades de voluntariado durante o verão. Cascais, com uma população de cerca de 205 mil habitantes, criou o programa em resposta à necessidade de ocupar o tempo livre dos jovens de maneira produtiva e benéfica para a comunidade.

Planejamento e Implementação: Os objetivos centrais incluem o desenvolvimento pessoal dos jovens, aproximando-os das realidades locais e incentivando valores como solidariedade e cooperação. A Câmara Municipal lidera a iniciativa, em parceria com entidades sem fins lucrativos, como ONGs, escolas e hospitais. O programa foi estruturado em três turnos de um mês cada, permitindo aos participantes escolherem projetos de sua preferência em áreas como meio ambiente, proteção civil e patrimônio cultural. A metodologia envolveu uma seleção criteriosa dos jovens e projetos, acompanhamento contínuo e avaliação final pelas entidades envolvidas.

Engajamento e Participação: Os jovens foram engajados para participar ativamente em atividades como organização de eventos recreativos para idosos, monitoramento de crianças em acampamentos e conservação de espaços públicos. Essa experiência não apenas promoveu engajamento comunitário, mas também incentivou os jovens a se tornarem cidadãos mais conscientes e colaborativos.

Resultados e impactos: Por meio de atividades diversas, como monitoria em colônias de férias, suporte a idosos e ações de preservação do patrimônio, os jovens desenvolveram valores de cidadania, solidariedade e engajamento comunitário. Os resultados incluíram maior conscientização sobre questões sociais e fortalecimento do espírito de comunidade, com impactos positivos observados tanto na avaliação das entidades parceiras quanto no aumento da participação ao longo dos anos. Além disso, o programa fomentou a inovação ao integrar diferentes áreas, como cultura, meio ambiente e proteção civil,

criando oportunidades significativas de aprendizado para os participantes.

Desafios: Entre os desafios enfrentados, destacou-se a necessidade de estruturar e diversificar as atividades para atender às expectativas dos jovens, além de garantir a adesão contínua de entidades locais e voluntários. A avaliação feita pelos participantes e pelas entidades envolvidas apontou como lições aprendidas a importância de se realizar sessões informativas para os voluntários, bem como a introdução de incentivos como prêmios e maior dinamismo nas atividades. Esses ajustes contribuíram para um aumento significativo na participação e no impacto do programa, que passou de 185 jovens em 2010 para 525 inscritos em 2011.

- **Experiência 7: Programa Condutores de Inclusão – Montevideú, Uruguai:**

Implementado pela Intendência Municipal de Montevideú, focou na inclusão social de pessoas com deficiência, envolvendo jovens voluntários em atividades de sensibilização e integração. Montevideú, com mais de 1,3 milhão de habitantes, criou a iniciativa em 2009 para enfrentar a invisibilidade histórica da questão das deficiências.

Planejamento e Implementação: O programa visou capacitar jovens em questões relacionadas à deficiência, promovendo a conscientização da sociedade e a inclusão nos espaços públicos. A Intendência liderou o projeto, envolvendo instituições públicas e privadas. A metodologia combinou dinâmicas de grupo e atividades de intervenção comunitária, como jogos adaptados e oficinas práticas. A expansão progressiva do programa incluiu mais voluntários e amplia o alcance das intervenções.

Engajamento e Participação: Montevideú preocupou-se em engajar os cidadãos no processo, partindo do pressuposto que, na área das deficiências, a consciencialização desempenha um papel importante no processo de mudança cultural. Assim, foi feito um processo de trabalho com jovens voluntários motivados, capazes de desempenhar um papel de liderança no processo de sensibilização da população, das autoridades e instituições públicas e privadas.

Resultados e impactos: Os impactos foram evidentes na transformação das atitudes dos participantes e no fortalecimento do conceito de cidadania ativa.

Além disso, o programa inovou ao introduzir uma abordagem colaborativa e centrada nos direitos, sendo pioneiro em criar grupos de jovens voltados à inclusão. Essa abordagem resultou em mudanças perceptíveis na forma como a sociedade vê a deficiência, promovendo um enfoque mais humanizado e menos estigmatizado. O impacto social estendeu-se à municipalidade, com políticas e práticas mais inclusivas sendo adotadas em diferentes departamentos.

Desafios: O programa teve como principal desafio quebrar o paradigma de que a inclusão de pessoas com deficiência é um tema restrito a especialistas. A resistência inicial por parte de algumas comunidades e instituições foi superada através de atividades práticas e participativas, como o uso de bengalas para cegos e jogos inclusivos, que ajudaram a promover a conscientização. Uma lição aprendida foi a eficácia do envolvimento de jovens voluntários como multiplicadores da mensagem de inclusão, transformando-os em agentes de mudança em diversos ambientes sociais.

- **Experiência 8: Unidos pelo Espaço Público – Zapopan, México:** O programa, criado pela Prefeitura de Zapopan em 2011, buscou revitalizar espaços públicos degradados, promovendo a convivência comunitária e enfrentando problemas como violência e falta de segurança. Zapopan, com mais de 1,2 milhões de habitantes, é uma das cidades mais desenvolvidas do estado de Jalisco.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluíram a criação de novas dinâmicas sociais em espaços públicos, o fortalecimento do senso de pertencimento e a resolução de problemas comunitários. A prefeitura liderou a iniciativa, trabalhando com 10 organizações da sociedade civil em atividades como oficinas de sensibilização, cinema ao ar livre, rotas de bicicleta e transformação de parques abandonados. A metodologia promoveu diagnósticos participativos e planejamento conjunto entre moradores e organizações.

Engajamento e Participação: As atividades envolveram moradores de todas as idades, fomentando o debate sobre melhorias nos bairros e gerando um aumento na confiança e colaboração comunitária, criando propostas sólidas

para transformar espaços públicos.

Resultados e impactos: Os resultados incluem maior engajamento cívico e criação de espaços mais seguros e acolhedores. A proposta destacou-se pelo aprendizado gerado nas comunidades, que adquiriram conhecimento sobre planejamento urbano e organização coletiva, além de fomentar laços de solidariedade. A inovação reside na abordagem colaborativa, que envolve tanto organizações da sociedade civil quanto moradores na cocriação dos espaços.

Desafios: O programa enfrentou o desafio de revitalizar espaços públicos degradados por problemas sociais como violência e tráfico de drogas. A resistência inicial de algumas comunidades em participar foi mitigada com a introdução de atividades culturais e recreativas que promoviam a interação entre os moradores, como cinema ao ar livre e oficinas de conscientização. Uma lição aprendida foi que o envolvimento direto dos residentes no planejamento e execução das intervenções fortalece o senso de pertencimento e a confiança comunitária, gerando propostas concretas, como a transformação de ruas em espaços de convivência, que foram adotadas pelos próprios moradores.

- **Experiência 9: Projeto Castello Alto – Castelfiorentino, Itália:** A iniciativa abordou a integração social em um bairro historicamente multicultural e de alta densidade populacional. Castelfiorentino, com quase 18 mil habitantes, implementou o projeto para melhorar a convivência entre imigrantes e moradores locais.

Planejamento e Implementação: O projeto visou a integração social por meio da criação de espaços de encontro e colaboração cultural. A Kappaerre Association liderou a iniciativa, coordenando atividades com grupos informais e associações locais. As ações incluíram esportes para crianças, oficinas de artesanato e jantares comunitários. A metodologia baseou-se no desenvolvimento de habilidades de vida e na participação ativa da comunidade.

Engajamento e Participação: Os moradores participam na gestão de espaços públicos e na organização de atividades, promovendo um sentimento de pertencimento e solidariedade. As intervenções resultaram em maior respeito às normas sociais e na transformação do bairro em um espaço de colaboração

entre diferentes culturas.¹

Resultados e impactos: O programa promoveu a integração de imigrantes e a convivência harmoniosa entre diferentes grupos. Os resultados incluíram o aumento da participação cidadã e a melhoria das relações entre crianças locais e imigrantes. Além disso, o projeto inovou ao utilizar a criatividade e a participação ativa como ferramentas para a inclusão social e para a educação cívica, destacando-se como um modelo potencialmente replicável em outros contextos.

Desafios: A iniciativa teve como principal desafio lidar com as tensões sociais causadas pela alta concentração de imigrantes em um bairro historicamente habitado por idosos locais. A resistência inicial dos moradores foi enfrentada com a criação de espaços de encontro, como oficinas de artesanato e jantares comunitários, que fomentaram o diálogo intercultural. Uma lição aprendida foi que o uso de iniciativas participativas e inclusivas, como a mediação cultural para mães árabes, promoveu o entendimento mútuo e reduziu os conflitos sociais. No entanto, a continuidade do projeto ficou limitada por recursos financeiros e de infraestrutura insuficientes, destacando a necessidade de parcerias mais amplas.

- **Experiência 10: Salões de Beleza para Prevenir a Violência Doméstica – Caguas, Porto Rico:** Nesta cidade de 142.769 habitantes, o projeto foi lançado em 2009 como parte do programa Serviços para o Desenvolvimento Integral das Mulheres (SIDWP). Ele utiliza salões de beleza como espaços não tradicionais para prevenir a violência doméstica e oferecer suporte a mulheres vítimas.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluíram a redução da violência doméstica, promovendo políticas de tolerância zero nos salões e encaminhando vítimas para serviços especializados. O projeto é liderado pelo SIDWP em parceria com salões de beleza locais. A metodologia combina visitas de orientação aos salões, workshops sobre violência doméstica e intervenções educacionais, como teatro e cine fórum, realizadas enquanto as clientes recebem cuidados de beleza.

Engajamento e Participação: Os salões participam ativamente como agentes

de mudança social, identificando vítimas e divulgando recursos comunitários. A interação direta com as clientes promove reflexões e diálogos sobre mudanças culturais necessárias para combater a violência.

Resultados e impactos: Os salões tornaram-se locais estratégicos para conscientização e encaminhamento das vítimas para serviços especializados. A iniciativa promoveu uma política de tolerância zero nos estabelecimentos participantes e gerou um impacto positivo ao aumentar a identificação de vítimas e a visibilidade dos serviços municipais. Além disso, promoveu a colaboração entre empresas, sociedade civil e governo, destacando-se pela capacidade de mobilizar diferentes setores para uma causa comum.

Desafios: O principal desafio foi engajar pequenos e médios negócios (salões de beleza) em uma iniciativa voltada para a prevenção da violência doméstica, tema sensível e muitas vezes evitado. Um obstáculo inicial foi a falta de conhecimento das proprietárias sobre como lidar com situações de violência doméstica. Uma lição aprendida foi a importância de fornecer treinamento e materiais de apoio para que os salões atuem como agentes comunitários de transformação. A abordagem inovadora, que combina estética com educação socioemocional, gerou maior visibilidade para o tema e encorajou outras empresas a participar, mostrando que parcerias entre governo e empresas podem ser eficazes no combate a problemas sociais complexos.

- **Experiência 11: Esporte para Todos – Praia, Cabo Verde:** Na cidade de Praia, com uma população de cerca de 140.000 habitantes, o programa democratizou o acesso ao esporte como ferramenta para combater a violência urbana e promover a inclusão social. A iniciativa começou com a construção e renovação de instalações esportivas.

Planejamento e Implementação: O programa visou oferecer alternativas recreativas e fomentar relações interbairros. Liderado pela Prefeitura de Praia, inclui a construção de centros esportivos, quadras de basquete e parques fitness. Jovens locais são contratados para construir e gerenciar essas instalações, que também atendem às escolas sem infraestrutura esportiva. A gestão é feita por comitês de bairro que organizam eventos esportivos e culturais.

Engajamento e Participação: A iniciativa promove a participação dos jovens e tem um olhar específico para as meninas e mulheres, nomeando representantes específicas nos comitês de gestão.

Resultados e Impactos: A iniciativa em Praia democratizou o acesso ao esporte como ferramenta de inclusão social e prevenção da violência urbana. A construção e renovação de instalações esportivas em bairros vulneráveis possibilitou o aumento da prática esportiva, especialmente entre jovens, meninas e mulheres. Com o envolvimento das comunidades na gestão dos espaços, o programa promoveu aprendizado cívico e empoderamento juvenil, resultando em maior coesão social e interação interbairros. A inovação reside na criação de escolas de iniciação esportiva, que alinham esporte e educação como pilares do desenvolvimento comunitário.

Desafios: O projeto enfrentou desafios relacionados à precariedade das instalações esportivas e à falta de opções recreativas para jovens, especialmente em áreas urbanas de alta vulnerabilidade social. Além disso, a desigualdade de gênero no acesso ao esporte foi um ponto crítico, com as mulheres participando em menor proporção. Entre as lições aprendidas está a relevância de envolver a comunidade na gestão das instalações esportivas, promovendo um sentimento de pertencimento e cuidado com os espaços. A criação de comitês locais para organizar atividades esportivas e culturais foi essencial para consolidar a integração entre bairros e reduzir a violência urbana.

- **Experiência 12: O Escritório da Tranquilidade – Toulouse, França:** Em Toulouse, uma cidade com mais de 437 mil habitantes, o "Bureau of Tranquillity" foi criado em 2009 para oferecer suporte contínuo à população em questões de convivência, como conflitos de vizinhança e vandalismo. O serviço foi organizado para funcionar 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluíram a mediação de conflitos e prevenção de situações que perturbem a ordem pública. A Prefeitura de Toulouse lidera a iniciativa, empregando operadores e mediadores que trabalham em colaboração com a polícia municipal e outros serviços locais. A metodologia envolve atendimentos telefônicos, ações de mediação em campo

e acompanhamento sistemático dos casos reportados.

Engajamento e Participação: A população utiliza ativamente o serviço para resolver problemas cotidianos. Mediadores promovem diálogo e acalmam situações de conflito, fortalecendo o relacionamento entre cidadãos e serviços municipais.

Resultados e Impactos: O Escritório da Tranquilidade oferece um serviço inovador de atendimento 24 horas para lidar com problemas que perturbam a convivência urbana, como barulho, vandalismo e conflitos entre vizinhos. A iniciativa não apenas proporcionou uma resposta imediata às demandas dos cidadãos, mas também promoveu mediação e prevenção de conflitos, gerando impactos positivos na percepção de segurança e na relação entre moradores. O aprendizado foi evidente no uso de metodologias colaborativas que conectaram mediadores, serviços municipais e a população. A experiência foi pioneira ao estabelecer um modelo de governança que prioriza a paz social e a resolução não coercitiva de problemas urbanos. O serviço ajudou a reduzir o sentimento de abandono entre os cidadãos e aumentou a confiança na capacidade da cidade em gerenciar conflitos cotidianos. Uma lição aprendida foi que a implementação de um serviço de mediação 24 horas por dia pode não apenas resolver conflitos de maneira eficaz, mas também prevenir problemas maiores.

Desafios: Os desafios incluíram a falta de um sistema integrado de monitoramento e a necessidade de estabelecer colaborações com diversos órgãos municipais e nacionais.

- **Experiência 13: *Burumi – Jecheon, Coreia do Sul:*** Na cidade de Jecheon, com 137.141 habitantes, o programa foi desenvolvido para oferecer aprendizado contínuo a todos os cidadãos, levando cursos a locais acessíveis, como bibliotecas e residências. O programa começou como resposta às necessidades de comunidades rurais e pessoas com dificuldades de locomoção.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem promover a igualdade de acesso à educação e reduzir emissões de dióxido de carbono. A gestão é liderada pelo Centro de Aprendizado Contínuo de Jecheon. Os cursos

abrangem temas como idiomas, artes, saúde e sustentabilidade, com professores viajando até os locais dos participantes. Grupos pequenos e sessões regulares garantem uma abordagem personalizada.

Engajamento e Participação: O programa atende principalmente idosos, mães grávidas e pessoas em áreas remotas, promovendo atividades familiares e interação comunitária. A flexibilidade na escolha de cursos e horários incentiva uma participação significativa.

Resultados e Impactos: A iniciativa inova ao levar aprendizado ao encontro dos cidadãos, eliminando barreiras de mobilidade e promovendo igualdade de acesso à educação. Os cursos itinerantes abordam temas variados, de artes e idiomas a saúde e sustentabilidade, beneficiando especialmente grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com mobilidade reduzida. A abordagem também contribuiu para a redução de emissões de dióxido de carbono, alinhando aprendizado e consciência ambiental. Com impacto significativo no fortalecimento da coesão social e na geração de empregos para professores, o programa exemplifica como iniciativas de educação continuada podem transformar comunidades de forma sustentável e inclusiva, integrando aprendizagem, sustentabilidade ambiental e fortalecimento comunitário .

Desafios: O principal desafio foi atender a uma demanda crescente por cursos de educação continuada em uma cidade com áreas urbanas e rurais extensas, o que dificultava o acesso físico de alguns grupos, como idosos e pessoas com dificuldades de mobilidade. A limitação orçamentária também restringiu a expansão do programa e a disponibilidade de professores.

- **Experiência 14 Um Caminho Verde com QR Codes – Viladecavalls, Espanha:** Viladecavalls, com cerca de 7.400 habitantes, lançou o projeto como parte da celebração do 25º aniversário da Escola Rosella. O objetivo foi criar um caminho natural que integrasse tecnologia, meio ambiente e aprendizado ativo para os alunos e a comunidade local.

Planejamento e Implementação: O projeto foi liderado pela Escola Rosella, com apoio da prefeitura e colaboração de empresas locais. Os alunos do 6º ano participaram de todo o processo, desde a pesquisa de campo até a criação de blogs e QR codes que fornecem informações sobre a flora e fauna locais. A

metodologia foi estruturada em fases, incluindo visitas ao local, design das placas e instalação do caminho.

Engajamento e Participação: A comunidade participou ativamente da inauguração, com eventos organizados pelos alunos, como passeios guiados. Empresas locais e famílias contribuíram para a execução, fortalecendo o senso de pertencimento e colaboração comunitária.

Resultados e Impactos: A iniciativa exemplifica como projetos educacionais podem promover a sustentabilidade e a integração da tecnologia no aprendizado. Estudantes de 11 a 12 anos criaram um caminho verde com sinalização interativa usando códigos QR, que direcionam a blogs desenvolvidos por eles com informações sobre a flora e a fauna locais. A experiência não apenas facilitou o aprendizado sobre meio ambiente e habilidades digitais, mas também proporcionou à comunidade um espaço para lazer em contato com a natureza. A inovação está na integração do serviço comunitário com a educação.

Desafios: A iniciativa teve como principal desafio a necessidade de criar um espaço verde em uma cidade com poucos ambientes naturais acessíveis. A resistência inicial do proprietário do terreno foi superada por meio de um diálogo transparente, que demonstrou o compromisso dos estudantes com a preservação ambiental. Uma lição aprendida foi a eficácia de envolver a comunidade escolar e parceiros locais na criação de um espaço que promove a sustentabilidade, a educação ambiental e o uso de tecnologias digitais. Essa experiência mostrou que iniciativas colaborativas podem transformar um problema local em um recurso de aprendizado e lazer para toda a comunidade.

- **Experiência 15: Feira de Transparência na Contratação – Medellín, Colômbia:** Com mais de 2,3 milhões de habitantes, a cidade organiza anualmente a feira para promover a transparência na gestão pública e aproximar os cidadãos dos processos de contratação e licitação municipais.
Planejamento e Implementação: O objetivo principal da iniciativa é demonstrar a aplicação da Lei de Transparência e fomentar boas práticas de governança. A Prefeitura lidera a organização do evento, que inclui palestras, consultorias empresariais, prêmios de transparência e espaços de diálogo. A metodologia

inclui a divulgação de planos de compras e a realização de mentorias para empresários e estudantes.

Engajamento e Participação: A feira é um espaço interativo para cidadãos, empresários e estudantes, promovendo a confiança e a transparência. A colaboração com entidades nacionais e internacionais fortalece a troca de experiências, incentivando práticas responsáveis na gestão pública.

Resultados e Impactos: A iniciativa é um marco na promoção da governança aberta e da luta contra a corrupção. O evento anual informa os cidadãos sobre planos de compras, orçamentos e processos de contratação pública, promovendo confiança e diálogo entre a administração e a comunidade. Com impacto significativo no fortalecimento da transparência e na educação cívica, a feira atrai milhares de participantes e fomenta relações internacionais. A inovação reside em transformar a transparência em um valor público e em estimular práticas empresariais éticas por meio do reconhecimento e premiação de empresas locais comprometidas com a integridade.

Desafios: A feira enfrentou como desafio a falta de confiança da população nos processos de licitação e execução contratual, além da necessidade de engajar diversos setores na promoção de práticas transparentes. Uma lição aprendida foi a importância de criar um espaço de diálogo aberto e acessível, onde cidadãos, empresas e instituições pudessem interagir diretamente e compreender melhor a gestão pública. A iniciativa destacou que a transparência, quando aliada a mecanismos de participação e prestação de contas, pode fortalecer a confiança na governança municipal.

- **Experiência 16: *White Spot* – Loulé, Portugal:** O município de Loulé, com 62 mil habitantes, lançou o projeto em 2010 para restaurar espaços públicos degradados, com ênfase na participação comunitária e na valorização do patrimônio urbano.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem melhorar a imagem da cidade, promover o turismo e criar espaços para expressão artística. A iniciativa foi liderada pelo Departamento de Ambiente da Prefeitura, com apoio de empresas privadas e associações locais. A metodologia envolveu campanhas de sensibilização, criação de espaços para *graffiti* e reorganização da sinalização urbana.

Engajamento e Participação: Os moradores participaram ativamente, colaborando na pintura de edifícios públicos e na limpeza de espaços degradados. Jovens artistas gerenciaram os espaços de *graffiti*, promovendo criatividade e combatendo o vandalismo. A participação voluntária foi essencial para o sucesso do projeto.

Resultados e Impactos: A iniciativa promoveu a remoção de publicidade ilegal, pintura de mobiliário urbano e criação de espaços para expressão artística, como murais de *graffiti*. A conscientização da população sobre a importância da conservação do patrimônio público foi um dos principais resultados alcançados, enquanto a disponibilização de espaços para jovens desenvolverem sua arte refletiu um impacto social relevante. A melhoria da imagem da cidade também gerou benefícios econômicos, especialmente em uma região dependente do turismo.

Desafios: O projeto teve como desafio inicial a degradação de espaços públicos e a necessidade de reorganizar a sinalização urbana para reduzir a poluição visual. Além disso, foi necessário engajar os jovens em práticas artísticas legais, como o *graffiti* em espaços designados, para reduzir atos de vandalismo. Uma lição aprendida foi que o envolvimento ativo da comunidade em ações de revitalização e conscientização pode transformar a relação das pessoas com o espaço público, promovendo um sentimento de pertencimento e cuidado com a cidade.

- **Experiência 17: *Cümelén Workshop* – Malargüe, Argentina:** Malargüe, com 27 mil habitantes, criou o projeto para integrar pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e oferecer um ambiente protegido para o desenvolvimento de habilidades e produção de bens.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluíram melhorar a qualidade de vida, promover a inclusão social e oferecer oportunidades de emprego. Localizado na Incubadora de Negócios da cidade, o projeto é gerido por uma equipe multidisciplinar que fornece suporte contínuo. A produção inclui misturas para panquecas, serigrafia e outros produtos. A metodologia foca na autonomia dos participantes, com supervisão inicial que diminui progressivamente.

Engajamento e Participação: A comunidade apoia a iniciativa, consumindo os

produtos e participando da distribuição. Os trabalhadores contribuem significativamente para suas famílias, promovendo dignidade e inclusão por meio do trabalho. O projeto inspirou a criação de oficinas similares na região.

Resultados e Impactos: O programa possibilitou a capacitação e integração das pessoas com deficiência ao tecido social e econômico, permitindo que os participantes desenvolvessem autonomia e autoestima. A iniciativa é inovadora por combinar capacitação, produção e inclusão social em um modelo replicável, já adotado em outras regiões da Argentina. Os impactos são amplos, abrangendo o fortalecimento da coesão social, a dignificação do trabalho e a valorização da diversidade, apesar de desafios relacionados à infraestrutura e financiamento.

Desafios: O projeto enfrentou como desafio inicial a integração socioeconômica de pessoas com deficiência, muitas vezes excluídas do mercado de trabalho. Outro obstáculo foi a falta de infraestrutura e recursos financeiros para sustentar a iniciativa. Entre as lições aprendidas está a relevância de criar um ambiente protegido para que os participantes desenvolvam autonomia e habilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que se sentem valorizados como membros produtivos da sociedade. A experiência demonstrou que o trabalho digno pode ser uma ferramenta poderosa de inclusão e valorização pessoal e social.

- **Experiência 18: A Escola Adota um Monumento – Turim, Itália:** A cidade de Turim, com 137.141 habitantes, implementou o projeto com o objetivo de sensibilizar as novas gerações para a proteção e valorização do patrimônio histórico. Criado em 1995 pela Napoli Novantanove Foundation, a iniciativa se expandiu para mais de 80 cidades na Itália e 15 em outros países europeus.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem a promoção da cidadania responsável e o fortalecimento do vínculo entre os jovens e o patrimônio histórico local. O projeto é liderado pelo Instituto de Educação Responsável de Turim (ITER) e envolve estudantes do ensino primário e secundário. Cada escola adota um monumento por três anos, estudando seus aspectos históricos, culturais e ambientais. As etapas incluem pesquisas, criação de materiais de divulgação e organização de eventos para apresentar o

monumento à comunidade.

Engajamento e Participação: Os alunos atuam como guias em eventos públicos, organizam visitas e propõem intervenções para a preservação dos monumentos. A iniciativa promoveu a restauração de diversos locais históricos, como o Mausoléu Bèla Rosin e a Igreja Barroca de Santíssimo Salvador, graças ao trabalho de conscientização realizado pelos estudantes.

Resultados e Impactos: Entre os resultados, destacam-se a restauração de monumentos abandonados e a revitalização de espaços públicos. O aprendizado envolve conhecimento histórico e desenvolvimento de competências cidadãs, enquanto a inovação está na abordagem educativa que une patrimônio cultural à participação ativa da comunidade escolar. O projeto mostrou que a colaboração entre escolas, administrações públicas e famílias pode ser uma ferramenta poderosa para revitalizar a identidade cultural local.

- Desafios: A iniciativa enfrentou como desafio inicial a falta de financiamento consistente para apoiar a criação de materiais publicitários e a execução das atividades de promoção dos monumentos. Apesar disso, o entusiasmo dos professores e alunos compensou essas limitações, permitindo um engajamento significativo da comunidade. Uma lição aprendida foi que iniciativas que integram a educação patrimonial à participação cívica podem não apenas aumentar a conscientização sobre o patrimônio, mas também gerar impacto real, como a restauração de monumentos e a transformação de espaços urbanos.
- **Experiência 19: Museu ao Ar Livre – Godoy Cruz, Argentina:** O município de Godoy Cruz, com 197.000 habitantes, lançou o projeto em 2009, transformando espaços degradados em locais de arte pública por meio de murais. A iniciativa combina renovação urbana com a promoção de direitos humanos e identidade cultural.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem a restauração de fachadas urbanas, disseminação de mensagens culturais e valorização do espaço público. Liderado pelos Departamentos de Direitos Humanos, Cultura e Turismo, o projeto organiza anualmente o Encontro Latino-Americano de Arte Pública e Pintura Mural. Os murais abordam temas como meio ambiente,

direitos indígenas e literatura latina. A seleção dos locais e temas é feita em colaboração com os moradores.

Engajamento e Participação: A comunidade participa sugerindo temas e cuidando dos murais, criando um sentimento de pertencimento. Guias temáticas foram desenvolvidas para promover o turismo e a apreciação da arte urbana. O projeto transformou o bairro Sarmiento, cujas fachadas foram completamente pintadas.

Resultados e Impactos: A iniciativa gerou impactos significativos na melhoria da qualidade urbana e no fortalecimento do senso de pertencimento comunitário. Além disso, a inovação se reflete na integração de arte e urbanismo como ferramentas de renovação social, transformando bairros marginalizados em espaços culturais vibrantes.

Desafios: O principal desafio foi a deterioração de fachadas e espaços públicos, frequentemente marcados por pichações ou uso irregular para propagandas políticas. A solução foi transformar esses espaços em locais de arte pública, por meio de murais que promovem direitos humanos e identidade cultural. Uma lição aprendida foi a importância de envolver os moradores na escolha dos temas e no cuidado com os murais, criando um sentimento de pertencimento. Além disso, o apoio de empresas locais mostrou que parcerias público-privadas podem ser fundamentais para a sustentabilidade de iniciativas culturais e urbanísticas.

- **Experiência 20: Promoção Comunitária e Intervenção em Los Ámbitos – Rivas Vaciamadrid, Espanha:** Rivas Vaciamadrid, com 80.000 habitantes, iniciou em 2003 o programa para prevenir a exclusão social em um bairro habitado majoritariamente por famílias em situação de vulnerabilidade.

Planejamento e Implementação: Os objetivos centrais são promover a inclusão social, melhorar as condições de vida e fomentar a convivência comunitária. Liderado pelos Serviços Sociais Municipais, o programa inclui ações educacionais, mediação de conflitos e criação de espaços comunitários. As intervenções são realizadas em parceria com outras instituições e organizações locais.

Engajamento e Participação: Os moradores são incentivados a participar de

atividades culturais e comunitárias, como festividades interculturais e comissões de vizinhos. A comunidade também gerencia projetos locais, como a Festa da Primavera, promovendo a integração entre diferentes etnias e nacionalidades.

Resultados e Impactos: Os impactos incluem a redução de conflitos, maior envolvimento comunitário e melhorias na infraestrutura local. A abordagem inovadora combina trabalho intersetorial com participação ativa dos moradores, criando um modelo eficaz de transformação social em áreas urbanas vulneráveis.

Desafios: A intervenção comunitária no bairro de Los Ámbitos enfrentou como desafio inicial a integração de uma população vulnerável em um conjunto habitacional entregue sem planejamento prévio. A concentração de famílias em situação de exclusão social resultou em conflitos e estigmatização da área. Uma lição aprendida foi que ações coordenadas entre serviços sociais, moradores e associações podem promover a coesão social e transformar áreas vulneráveis em comunidades participativas. A criação de espaços de convivência, oficinas de mediação e festividades locais desempenhou um papel crucial na redução de conflitos e na promoção do senso de pertencimento.

- **Experiência 21: Programa de Verão Educativo para Jovens – Toluca, México:** Em Toluca, com 819.561 habitantes, o programa foi criado para engajar jovens de 16 a 29 anos durante o período de férias escolares. Lançado em 2014, o programa oferece trabalho temporário remunerado em projetos de conscientização social.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem promover a participação cívica, oferecer experiência profissional e fortalecer o vínculo entre os jovens e a administração pública. A Prefeitura de Toluca, por meio do Departamento de Juventude, organiza o programa, que inclui atividades como limpeza de parques, campanhas de segurança no trânsito e reforestação. Os participantes recebem um treinamento inicial e são divididos em grupos para realizar as ações.

Engajamento e Participação: Os jovens trabalham diretamente com departamentos municipais, promovendo valores como cidadania e

responsabilidade social. Ao final, participam de uma cerimônia de encerramento onde são reconhecidos por suas contribuições, fortalecendo o impacto positivo do programa na cidade.

Resultados e Impactos: Os participantes ganham experiência profissional e uma visão prática sobre a administração pública, além de receberem um incentivo financeiro. O programa impacta positivamente tanto os jovens, que desenvolvem habilidades e valores cívicos, quanto a cidade, que se beneficia das melhorias realizadas. A inovação está em transformar o período de férias em um tempo produtivo e educativo para a juventude.

Desafios: O programa enfrentou como desafio a alta demanda de jovens interessados em participar, em contraste com os recursos disponíveis para oferecer vagas e um valor de bolsa adequado. Uma lição aprendida foi que o engajamento de jovens em atividades educacionais e comunitárias durante o período de férias pode não apenas ampliar seu conhecimento sobre a administração pública, mas também fortalecer sua integração no mercado de trabalho.

- **Experiência 22: Confie na força de Archimedes – Settimo Torinese, Itália**
Settimo Torinese, com cerca de 48.115 habitantes, desenvolveu a Biblioteca Archimedes como um centro de aprendizagem ao longo da vida e inclusão social. Inaugurada em 2010, a biblioteca converteu um edifício industrial em um espaço multifuncional de 6.000 m², promovendo inovação, tecnologia e socialização.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem a promoção da cultura, apoio à educação inclusiva e criação de um espaço para famílias e jovens. A biblioteca é liderada pela Prefeitura de Settimo Torinese, com a participação de parceiros como a Universidade de Turim, associações regionais e empresas. As ações envolvem projetos como o "*Knowledge Exchange 3.0*" e o "*Fab Lab*", que integram aprendizado colaborativo e tecnologia. A metodologia prioriza o envolvimento de voluntários e especialistas, oferecendo atividades regulares, como grupos de leitura e festivais científicos.

Engajamento e Participação: A biblioteca promove eventos como o Festival de Ciência e Inovação, atraindo 30.000 visitantes em 2014. As atividades variam

de palestras científicas a oficinas artísticas, incentivando a interação entre gerações e comunidades.

Resultados e Impactos: O projeto em Settimo Torinese, centrado na Biblioteca Arquimedes, estabeleceu-se como um espaço de aprendizado ao longo da vida, integração social e inovação cultural. A biblioteca oferece uma ampla gama de serviços, como espaços de *coworking*, laboratórios de fabricação digital e programas de leitura para crianças e idosos. Com cerca de 15 mil usuários anuais e 200 eventos organizados anualmente, os resultados incluem maior acesso à educação e fortalecimento da coesão social. A inovação está na integração de tecnologia, cultura e inclusão social em um só espaço, enquanto o aprendizado é promovido através de metodologias como a educação entre pares e workshops científicos.

Desafios: A iniciativa enfrentou como principal desafio a necessidade de adaptar um espaço tradicional a um conceito inovador que combina inclusão social, tecnologia e aprendizado ao longo da vida. Além disso, a crise econômica local impactou a capacidade do governo municipal em manter e expandir as atividades. Uma lição aprendida foi que a criação de sinergias com empresas, universidades e associações pode compensar a escassez de recursos públicos, garantindo a continuidade e o crescimento das atividades. A biblioteca demonstrou que a combinação de inovação tecnológica e programas culturais é uma ferramenta poderosa para a coesão social e o fortalecimento do tecido comunitário.

- **Experiência 23: Convivendo com a Vida – Sant Boi de Llobregat, Espanha:** Sant Boi de Llobregat, com 82.410 habitantes, é conhecida por sua atuação em saúde mental. O projeto conecta alunos do ensino fundamental com adultos diagnosticados com transtornos mentais, promovendo inclusão social e combate ao estigma.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem sensibilizar os alunos sobre saúde mental e empoderar pessoas com transtornos mentais. Liderado pela Prefeitura e pela Escola Pública Benviure, o projeto envolve sessões trimestrais com grupos de 12 alunos e 4 adultos, supervisionados por especialistas em saúde mental e professores. As atividades utilizam

metodologias criativas, como jogos, música e contação de histórias.

Engajamento e Participação: As sessões incentivam trocas entre os participantes, permitindo que os adultos compartilhem suas experiências e se tornem agentes de mudança. Alunos relatam maior compreensão e respeito por pessoas com transtornos mentais, promovendo relações interpessoais enriquecedoras.

Resultados e Impactos: A iniciativa em Sant Boi de Llobregat promoveu a interação entre alunos do ensino fundamental e pessoas com doenças mentais, desafiando estigmas sociais. Durante sessões colaborativas, os participantes envolveram-se em atividades criativas que enfatizavam o respeito mútuo e a troca de experiências. Os impactos foram duplos: os estudantes ampliaram sua compreensão sobre saúde mental, enquanto os pacientes ganharam autonomia e autoestima ao desempenhar papéis de educadores. Essa abordagem inovadora demonstrou ser eficaz na construção de uma comunidade mais inclusiva e consciente.

Desafios: O projeto enfrentou o desafio de superar os estigmas sociais relacionados à saúde mental, especialmente entre crianças e adolescentes. A resistência inicial dos participantes foi abordada com atividades criativas e cooperativas, que facilitaram a interação entre estudantes e pessoas com transtornos mentais. Uma lição aprendida foi que a participação ativa dos indivíduos com transtornos mentais em papéis educacionais promove não apenas sua autoestima, mas também a sensibilização e o respeito por parte dos estudantes, evidenciando o potencial transformador de projetos inclusivos no combate a preconceitos sociais.

- **Experiência 24: Memória e Vida – São Paulo, Brasil:** O projeto transformou cemitérios públicos de São Paulo em museus a céu aberto e parques de memória. Lançado em 2014, buscava valorizar o patrimônio histórico e natural da cidade, que possui mais de 11 milhões de habitantes.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem renovar os cemitérios, promover educação patrimonial e fortalecer o conhecimento histórico. O projeto foi liderado pelos Serviços Funerários Municipais em colaboração com escolas e universidades. As atividades abrangem visitas guiadas, oficinas e eventos

culturais. Em 2015, códigos QR foram instalados em túmulos históricos para oferecer informações multimídia aos visitantes.

Engajamento e Participação: A iniciativa integra escolas com "Salas de Aula Estendidas", abordando temas como luto e memória. Moradores participam de visitas guiadas e oficinas ambientais, transformando os cemitérios em espaços educativos e culturais.

Resultados e impactos: O projeto transformou os cemitérios públicos de São Paulo em museus a céu aberto e parques de memória. Com atividades como visitas guiadas, seminários e oficinas, busca-se promover o patrimônio histórico e cultural da cidade. Impactos significativos incluem a revalorização dos cemitérios como espaços educacionais e culturais, bem como o aumento do interesse da população em participar das atividades. A inovação está na mudança de percepção desses espaços, que passaram a ser vistos como locais de aprendizado e lazer, além de preservarem a história da cidade.

Desafios: O projeto enfrentou o desafio de transformar cemitérios públicos, tradicionalmente vistos como lugares de luto, em espaços de aprendizado e lazer. A aceitação inicial do público foi limitada, mas foi gradualmente superada com a introdução de atividades culturais e educativas, como visitas guiadas, códigos QR em túmulos históricos e oficinas. Uma lição aprendida foi que iniciativas interdisciplinares que combinam cultura, história e meio ambiente podem revitalizar espaços urbanos e ressignificar a percepção da comunidade, promovendo a preservação do patrimônio histórico e natural.

- **Experiência 25: Projeto Rios – Braga, Portugal:** Em Braga, uma cidade com 181.474 habitantes, a iniciativa promove a conservação e melhoria de rios com o envolvimento da comunidade. Lançado em 2015, o projeto adota trechos do Rio Este para intervenções ambientais.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem restaurar ecossistemas fluviais e educar a população sobre questões ambientais. Liderado pela Prefeitura de Braga, o projeto mobiliza escolas, ONGs e cidadãos. Cada grupo adota um trecho de 500 metros do rio, monitorando sua qualidade e realizando ações de limpeza e plantio. As atividades são coordenadas por especialistas municipais e ocorrem duas vezes ao ano.

Engajamento e Participação: A participação de voluntários cresceu rapidamente, envolvendo famílias e escolas em atividades como trilhas e exposições fotográficas. A adoção de novos cursos d'água expande o alcance do projeto, consolidando-o como referência ambiental em Portugal.

Resultados e impactos: O projeto mobilizou voluntários para adotar trechos do rio Este, promovendo a limpeza, restauração e educação ambiental, o que resultou em melhorias significativas na qualidade do rio e no aumento da conscientização ambiental. O aprendizado ocorreu por meio de ações práticas e reflexões comunitárias sobre a preservação dos ecossistemas fluviais. A inovação está na abordagem colaborativa, que combina ciência cidadã e educação para transformar a relação da comunidade com o meio ambiente.

Desafios: O Projeto Rios enfrentou o desafio de envolver a comunidade na recuperação e preservação dos rios locais, anteriormente degradados e poluídos. A dificuldade de mobilizar voluntários e garantir a continuidade das ações foi superada por meio de estratégias de engajamento, como a criação de grupos autônomos para monitorar e manter trechos adotados do rio Este. Uma lição aprendida foi que a combinação de educação ambiental com ações práticas pode transformar a relação da comunidade com o meio ambiente, incentivando a sustentabilidade e a cooperação social. O projeto mostrou que a adoção de trechos de rios por grupos diversificados fortalece a responsabilidade coletiva e promove resultados tangíveis na qualidade ambiental.

- **Experiência 26: Espaços Mão na Massa nas Bibliotecas Municipais – Espoo, Finlândia:** A cidade de Espoo, com uma população de 275.000 habitantes, iniciou o projeto em 2013 como parte de sua estratégia para integrar aprendizado colaborativo e inovação nas bibliotecas públicas. Com seis espaços de criação distribuídos pela cidade, o programa tem como foco a democratização do acesso a tecnologias e ferramentas criativas.

Planejamento e Implementação: Os objetivos do projeto incluem promover igualdade de oportunidades de aprendizado, fomentar a socialização e estimular a criatividade. A iniciativa é liderada pela Prefeitura de Espoo, que fornece infraestrutura e recursos financeiros. As atividades abrangem desde o

uso de ferramentas tradicionais, como serras e martelos, até tecnologias avançadas, como impressão 3D e programação de computadores. Os espaços são geridos por monitores treinados, mas incentivam a aprendizagem mútua entre os usuários. Essas áreas são equipadas com ferramentas modernas, como impressoras 3D e equipamentos para design gráfico, além de ferramentas tradicionais.

Engajamento e Participação: Os espaços recebem visitantes de todas as idades, incluindo estudantes, idosos e entusiastas de projetos criativos. Clubes temáticos e workshops são organizados com base no interesse da comunidade, promovendo a troca de ideias e a criação conjunta. A publicidade é feita por meio de redes sociais e canais locais.

Resultados e Impactos: O projeto incluiu seis bibliotecas, oferecendo serviços gratuitos para cidadãos de todas as idades. Os resultados incluem maior acesso à educação tecnológica, promoção da criatividade e fortalecimento da interação social. A inovação está na integração de tecnologias emergentes com o ambiente bibliotecário, transformando as bibliotecas em centros de criatividade e aprendizado.

Desafios: Os Espaços Mão na Massa das Bibliotecas Municipais enfrentaram como desafio inicial o envolvimento de um público diversificado em atividades tecnológicas e criativas, especialmente em uma cidade jovem e em rápida expansão. A barreira do conhecimento técnico inicial e a necessidade de monitores capacitados também representaram obstáculos para a implementação eficaz. Uma lição aprendida foi que a oferta de espaços gratuitos e bem-equipados, associados a treinamento contínuo e abertura para colaboração entre usuários, pode transformar bibliotecas em locais dinâmicos de aprendizagem prática, fomentando a criatividade e a inclusão digital. A diversidade de atividades, como impressão 3D e carpintaria, reforçou a relevância dos espaços para diferentes faixas etárias e interesses.

- **Experiência 27: Reintrodução do Zelador de Praças – Río Cuarto, Argentina:** Em Río Cuarto, uma cidade com 157.010 habitantes, a figura do Zelador de Praças foi reintroduzida em 2016 para melhorar a convivência nos espaços públicos. O projeto aborda problemas como vandalismo e abandono

de praças e parques.

Planejamento e Implementação: O objetivo principal é revitalizar espaços verdes e promover valores cívicos, como respeito e solidariedade. O programa é liderado pela Prefeitura de Río Cuarto, que contratou e treinou 40 zeladores em primeiros socorros, prevenção de drogas e resolução de conflitos. Além de cuidar da infraestrutura e do paisagismo, os zeladores atuam como agentes educativos, promovendo campanhas de saúde e cultura.

Engajamento e Participação: A comunidade é incentivada a participar por meio de iniciativas como o "Programa Adote uma Praça", no qual empresas e cidadãos colaboram na manutenção e melhoria dos espaços.

Resultados e Impactos: O projeto impactou positivamente na qualidade de vida urbana e na percepção de segurança nos espaços públicos. O aprendizado ocorre através de campanhas educativas promovidas pelos guardiões, enquanto a inovação está no modelo de gestão colaborativa, que inclui a participação ativa de cidadãos e empresas. Reporta-se um aumento na percepção de segurança e uso dos espaços públicos.

Desafios: O primeiro desafio foi a requalificação de espaços públicos negligenciados e vandalizados, resultado de uma cultura de descuido e indiferença comunitária. A resistência inicial dos moradores foi superada com a introdução dos zeladores como agentes educativos, responsáveis por promover valores cívicos e a apropriação positiva dos espaços. Uma lição aprendida foi que a combinação de treinamento especializado para os zeladores, parcerias com empresas e engajamento comunitário em ações como plantio de árvores e manutenção coletiva pode revitalizar praças e parques, transformando-os em espaços de convivência e inclusão social.

- **Experiência 28: Israel-Palestina: Promovendo o Entendimento – Bruxelas, Bélgica:** O projeto foi lançado em Bruxelas, uma cidade com 176.124 habitantes, para combater estereótipos e reduzir tensões geradas pelo conflito israelo-palestino. A iniciativa tem como público-alvo alunos do ensino secundário.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem desenvolver pensamento crítico e capacitar os jovens a se tornarem embaixadores da paz. Liderado pelo

Conselho Municipal de Bruxelas e organizações regionais, o projeto combina debates, encontros com representantes israelenses e palestinos, e viagens de estudo ao Oriente Médio. Os participantes documentam suas experiências para compartilhar com outros estudantes no segundo ano do programa.

Engajamento e Participação: Os jovens assumem o papel de agentes de conscientização em escolas locais, promovendo diálogos sobre paz e reconciliação. Atividades complementares, como exposições e visitas a locais religiosos, enriquecem o aprendizado intercultural.

Resultados e impactos: O projeto promoveu a redução de estereótipos e radicalismos, capacitando os participantes a atuarem como embaixadores de conscientização em suas escolas. Os impactos incluem maior compreensão crítica sobre conflitos internacionais e a disseminação de valores de paz e tolerância. A inovação reside na abordagem educativa que combina experiência direta e mediação cultural.

Desafios: O projeto enfrentou o desafio de abordar um tema complexo e polarizador em um contexto multicultural, reduzindo tensões entre comunidades jovens em Bruxelas. Outro desafio foi combater estereótipos e radicalismos relacionados ao conflito israelense-palestino. Uma lição aprendida foi que o contato direto entre jovens locais e representantes de ambos os lados do conflito, combinado com treinamento para atuação como "embaixadores de conscientização", pode fomentar o pensamento crítico e o respeito mútuo. O uso de atividades culturais e visitas de campo também se mostrou eficaz para promover um entendimento mais profundo da questão.

- **Experiência 29: Casa das Culturas Urbanas – Dakar, Senegal:** Em Dakar, com 1.001.468 habitantes, o projeto foi estabelecido em 2014 para apoiar jovens interessados em culturas urbanas, como hip-hop, grafite e dança. Localizada no centro cultural Ouakam, a Casa das Culturas Urbanas é pioneira em oferecer infraestrutura e treinamento em disciplinas artísticas urbanas.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem capacitar jovens artistas, fomentar o empreendedorismo cultural e valorizar as culturas urbanas. O projeto é gerido pela Prefeitura de Dakar e inclui atividades como oficinas de expressão artística e programas de incubação cultural. Um Fundo de Apoio às

Culturas Urbanas foi criado para financiar iniciativas locais.

Engajamento e Participação: Mais de 500 jovens participaram das formações, transformando suas paixões em carreiras profissionais. A comunidade é engajada por meio de eventos anuais, como o Ribidion Urban Show, que celebra a diversidade cultural da cidade.

Resultados e Impactos: Desde sua criação em 2014, o projeto impactou positivamente a juventude local, promovendo inclusão social e oportunidades de carreira em artes urbanas. A iniciativa destaca-se por integrar cultura e empreendedorismo, com a criação de um fundo de apoio a projetos urbanos e *workshops* educacionais em escolas. A inovação está na valorização das culturas urbanas como motor de desenvolvimento social e econômico.

Desafios: A Casa das Culturas Urbanas enfrentou como desafio inicial a falta de infraestrutura para apoiar jovens artistas interessados em atividades prioritárias, como hip-hop, grafite e dança. Além disso, a escassez de gestores culturais dificultava a coordenação das atividades. Uma lição aprendida foi que a criação de um espaço dedicado ao treinamento e expressão artística, combinado com um programa de incubação cultural, pode transformar hobbies em profissões viáveis, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico. O apoio financeiro a projetos juvenis e eventos como o "Ribidion Urban Show" destacaram-se como estratégias bem-sucedidas para consolidar a iniciativa.

- **Experiência 30: Programa Guardião do Bairro – Cascais, Portugal:** Cascais, com cerca de 205.113 habitantes, lançou o programa em 2009, com o objetivo de envolver os cidadãos na gestão e preservação de seus bairros. A iniciativa visa criar comunidades dinâmicas e participativas, promovendo o cuidado com espaços públicos e a qualidade de vida urbana.

Planejamento e Implementação: Os objetivos do programa incluem fortalecer a responsabilidade cidadã, melhorar a conservação dos espaços urbanos e aumentar a eficiência dos serviços municipais. Liderado pelo Departamento de Ambiente da Prefeitura de Cascais, envolve parcerias com comitês de bairro, empresas municipais e associações locais. A metodologia compreende a seleção de guardiões, treinamentos regulares e o uso de tecnologias, como um

aplicativo para reportar problemas. À época em que a iniciativa foi sistematizada, 210 guardiões cuidavam de 126 hectares de áreas verdes e mais de 1.140 km de ruas.

Engajamento e Participação: A participação é voluntária, com cidadãos atuando como interlocutores entre a comunidade e os serviços municipais. O programa também recompensa os guardiões com pontos que podem ser trocados por benefícios locais. A iniciativa promove encontros regulares e campanhas de sensibilização ambiental, integrando toda a comunidade em ações coletivas.

Resultados e Impactos: O programa impactou positivamente a eficiência dos serviços municipais, resolvendo 98% das solicitações recebidas. Os aprendizados incluem a valorização da responsabilidade comunitária e a criação de laços mais fortes entre cidadãos e o governo local. A inovação do programa está em seu caráter colaborativo e na integração de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de geolocalização, para otimizar a comunicação entre os guardiões e os serviços municipais.

Desafios: O programa enfrentou como principal desafio a mobilização da comunidade para assumir um papel ativo na manutenção e melhoria dos espaços públicos. A resistência inicial de alguns moradores em aderir ao projeto foi superada por meio de incentivos, como a aplicação do sistema "CityPoints", que recompensava boas práticas com descontos e benefícios. Uma lição aprendida foi que a combinação de treinamento contínuo e o uso de tecnologias, como aplicativos para registro de problemas, pode criar um elo eficaz entre a população e os serviços municipais, fortalecendo a coesão comunitária e a eficiência na resolução de problemas urbanos.

- **Experiência 31: Horta na Laje – Barcelona, Espanha:** Barcelona, com 1.615.000 habitantes, criou o projeto Horta na Laje em 2016, transformando espaços inutilizados nos telhados de prédios municipais em hortas urbanas. A iniciativa promove inclusão social e desenvolvimento sustentável, especialmente para pessoas com deficiência.

Planejamento e Implementação: O projeto é liderado pelo Instituto Municipal de Pessoas com Deficiência, em parceria com centros ocupacionais e institutos de pesquisa. As hortas utilizam tecnologia hidropônica e métodos sustentáveis,

como irrigação por gotejamento. Participantes recebem treinamento em horticultura, envolvendo-se em todo o processo produtivo, desde o plantio até a colheita. A produção excedente é destinada a bancos de alimentos e refeitórios comunitários.

Engajamento e Participação: Mais de 120 pessoas de 6 organizações sociais participam das hortas, promovendo autonomia, convivência e aprendizado. A iniciativa também fortalece os vínculos comunitários ao integrar crianças e idosos em atividades conjuntas, transformando as hortas em espaços de crescimento coletivo.

Resultados e Impactos: Os impactos incluem a melhora na autoestima e qualidade de vida dos participantes, além da ampliação de áreas verdes em uma cidade densamente urbanizada. O aprendizado abrange habilidades práticas de horticultura e competências emocionais, como trabalho em equipe e tolerância à frustração. A inovação está na utilização de sistemas hidropônicos de alta produtividade e no redesenho de estruturas para garantir acessibilidade universal.

Desafios: A iniciativa enfrentou como desafio inicial os elevados custos de implementação, que limitaram a expansão imediata para mais edifícios municipais. Adicionalmente, foi necessário adaptar as estruturas para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência. Uma lição aprendida foi que a criação de espaços verdes acessíveis em áreas urbanas densas pode não apenas melhorar a qualidade de vida dos participantes, mas também promover sua autonomia e senso de pertencimento. A integração de pessoas com deficiência no ciclo completo de cultivo e doação gerou um impacto positivo na autoestima e nas habilidades sociais dos envolvidos.

- **Experiência 32: Parque da Amizade – Montevideu, Uruguai:** Montevideu, com 1.319.108 habitantes, inaugurou o Parque da Amizade em 2015, sendo o primeiro parque inclusivo do país. O espaço é voltado para a recreação e aprendizado de pessoas com e sem deficiência, promovendo inclusão social e acessibilidade universal.

Planejamento e Implementação: O parque é gerido pela Secretaria de Acessibilidade para a Inclusão e conta com áreas temáticas adaptadas, como

jogos sensoriais, cooperativos e tecnológicos. A metodologia inclui visitas guiadas, oficinas pedagógicas e eventos culturais abertos ao público. A infraestrutura é projetada para eliminar barreiras, possibilitando a interação e o aprendizado de maneira igualitária.

Engajamento e Participação: Mais de 50.000 pessoas participaram das atividades do parque entre 2015 e 2017. A comunidade é envolvida por meio de conselhos de participação e ações de voluntariado, fortalecendo a ética da diversidade e o senso de pertencimento.

Resultados e Impactos: Com infraestrutura totalmente acessível, o parque promove inclusão social e aprendizado por meio de jogos sensoriais e motrizes. A iniciativa tem como impacto social a promoção de uma ética de diversidade e na conscientização sobre inclusão. A inovação reside na criação de um espaço público adaptado para todas as idades e habilidades, ampliando o conceito de acessibilidade universal em áreas urbanas.

Desafios: O parque enfrentou o desafio de sensibilizar a população sobre a importância de espaços públicos inclusivos e acessíveis. A construção de infraestrutura adaptada exigiu esforços significativos para equilibrar o custo e a qualidade das instalações. Uma lição aprendida foi que a promoção de atividades intergeracionais e inclusivas pode transformar um parque em um espaço de aprendizado e convivência, eliminando barreiras físicas e sociais. O uso de tecnologia e a capacitação sobre acessibilidade também se destacaram como estratégias eficazes para sensibilizar a comunidade.

- **Experiência 33: Aulas na Rua – Andong, Coreia do Sul:** A cidade de Andong, com 162.000 habitantes, lançou o programa em 2019, oferecendo educação contínua em comércios locais. A iniciativa atende à necessidade de formação em áreas próximas às residências dos cidadãos, promovendo aprendizado ao longo da vida.

Planejamento e Implementação: O projeto é coordenado pelo Departamento de Educação Permanente de Andong, que seleciona os comércios participantes e organiza as aulas. Os cursos abordam temas variados, como idiomas, artesanato e aromaterapia, e são gratuitos, com custo apenas para materiais. A infraestrutura inclui um ônibus adaptado como sala de aula móvel, ampliando

o alcance do projeto.

Engajamento e Participação: Desde seu lançamento, mais de 270 estudantes participaram de 40 cursos realizados em 13 comércios locais. A iniciativa promove vínculos comunitários e apoia a economia local, transformando os espaços comerciais em centros de convivência e aprendizado.

Resultados e Impactos: Além de promover a educação ao longo da vida, o projeto apoia o comércio local e fortalece vínculos comunitários. Os aprendizados incluem a flexibilidade na adaptação de cursos às necessidades locais e a construção de redes de suporte entre vizinhos. A inovação está na aliança entre instituições educacionais e comerciantes, criando um modelo sustentável e replicável de educação inclusiva.

Desafios: O projeto Aulas na Rua teve como desafio principal a gestão logística de um grande número de ações formativas distribuídas em diferentes locais da cidade. A falta de cobertura em áreas afastadas do centro urbano foi outra dificuldade observada. Uma lição aprendida foi que a utilização de comércios locais como espaços educativos pode gerar vínculos comunitários e oferecer oportunidades de aprendizado personalizadas e acessíveis. A flexibilidade da iniciativa e o protagonismo concedido aos participantes na escolha das temáticas foram elementos-chave para o sucesso do programa.

- **Experiência 34: Voluntariado Legislativo – Godoy Cruz, Argentina:** Godoy Cruz, uma cidade com 204.138 habitantes na província de Mendoza, implementou o programa em 2015. A iniciativa busca fomentar a participação cidadã na formulação de políticas públicas, promovendo a cocriação de propostas legislativas com base em demandas comunitárias e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem empoderar os cidadãos para atuar na formulação de políticas públicas, criar um canal de diálogo entre a comunidade e os poderes legislativo e executivo e fortalecer os princípios de governo aberto. Coordenado pela Presidência do Honorable Concejo Deliberante, o programa é estruturado em quatro etapas: diagnóstico, definição de problemas públicos, ideação e prototipagem de soluções. As sessões são realizadas em encontros teórico-práticos com suporte técnico legislativo e

envolvimento de especialistas convidados.

Engajamento e Participação: A participação é aberta a qualquer pessoa acima de 16 anos, sendo divulgada amplamente por redes sociais e meios locais. Desde sua criação, mais de 1.000 cidadãos participaram, gerando 43 propostas legislativas, das quais 37% foram aprovadas. O programa fortalece a transparência e engajamento político, promovendo o aprendizado e a inclusão de perspectivas comunitárias.

Resultados e Impactos: Os impactos incluem a ampliação da transparência e da participação cidadã no processo legislativo, além de aumentar a visibilidade de problemas locais negligenciados. O aprendizado proporcionado pela iniciativa inclui o desenvolvimento de habilidades de diagnóstico e criação de políticas públicas, promovendo maior integração entre governo e sociedade. A inovação está no modelo de governança participativa, que empodera cidadãos e conecta suas demandas diretamente com o processo legislativo.

Desafios: O programa enfrentou como desafio principal a falta de conhecimento da população sobre as funções legislativas e a participação cidadã nos processos de formulação de políticas públicas. Essa barreira inicial foi superada por meio de sessões de aprendizagem práticas e tutorias especializadas, que capacitaram os participantes a diagnosticar problemas, propor soluções legislativas e redigir projetos de lei. Uma lição aprendida foi que iniciativas participativas podem não apenas aumentar a transparência e a confiança no governo, mas também fortalecer a democracia local, trazendo a população para o centro das decisões públicas.

- **Experiência 35: Plano de Alimentação Sustentável – Rennes, França:** Rennes, com 221.272 habitantes, é pioneira na implementação de um sistema municipal de restauração coletiva baseado na agroecologia e sustentabilidade. Desde 2016, o Plano de Alimentação Sustentável busca integrar práticas alimentares que reduzam o desperdício e promovam produtos locais e orgânicos.

Planejamento e Implementação: O plano visa atingir metas ambiciosas, como incluir 20% de alimentos certificados BIO, reduzir em 50% o desperdício e desenvolver uma cadeia de abastecimento sustentável. Coordenado pela

prefeitura, envolve agricultores, distribuidores, escolas e cidadãos. A metodologia inclui oficinas de coconstrução, campanhas educativas e um Conselho de Alimentação Sustentável para monitoramento e planejamento.

Engajamento e Participação: Crianças e famílias participam de atividades como hortas escolares, jogos sobre desperdício alimentar e escolha consciente de porções. As pessoas são engajadas por meio de ações pedagógicas em escolas e campanhas públicas.

Resultados e Impactos: Desde 2016, o projeto alcançou resultados como a redução de 55% do desperdício alimentar e um aumento para 23% de alimentos orgânicos nos cardápios escolares. O aprendizado incluiu maior conscientização das crianças sobre alimentação sustentável e a promoção de autonomia nas escolhas alimentares. A inovação reside na criação de uma certificação local, “Terres de Sources,” que integra sustentabilidade ambiental e social, incentivando práticas agroecológicas entre produtores locais.

Desafios: O Plano de Alimentação Sustentável enfrentou desafios relacionados ao custo elevado da produção sustentável e ecológica, à dificuldade de adequar o fornecimento às necessidades municipais e à conscientização da comunidade sobre desperdício alimentar. Uma lição aprendida foi que a articulação de um plano abrangente, com foco na compra de alimentos locais e sustentáveis e na educação alimentar, pode gerar benefícios tangíveis, como a redução do desperdício e das emissões de carbono, enquanto melhora a qualidade das refeições escolares e incentiva hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes.

- **Experiência 36: “Supermaçã” Barcelona – Barcelona, Espanha:** Barcelona, com 1.609.000 habitantes, iniciou o projeto em 2006, reestruturando o espaço urbano para reduzir o tráfego motorizado e priorizar pedestres e ciclistas. A iniciativa é reconhecida globalmente como modelo de urbanismo sustentável.
Planejamento e Implementação: O objetivo é melhorar a qualidade de vida, ampliando espaços verdes e reduzindo a poluição atmosférica e sonora. O programa é liderado pela Prefeitura de Barcelona, que estabelece uma hierarquia viária dividida em vias básicas, locais e de bairro. As ruas internas das “supermaçãs” são projetadas para pedestres, com restrições ao tráfego e

criação de praças e áreas de convivência.

Engajamento e Participação: A implementação é conduzida de forma participativa, com grupos locais envolvidos em todas as fases, desde o diagnóstico até a execução. A transformação dos espaços aumentou o uso social das áreas públicas e promoveu estilos de vida mais ativos.

Resultados e Impactos: Desde sua implementação experimental em 2006, o modelo demonstrou melhorias na qualidade de vida, como a redução da poluição atmosférica e acústica, aumento de áreas verdes e maior utilização de espaços públicos para convivência. O aprendizado inclui mudanças nos hábitos de mobilidade da população e fortalecimento de associações comunitárias para uso dos espaços revitalizados. A inovação do projeto está na abordagem participativa e no redesenho urbano sustentável, que inspira outras cidades globalmente.

Desafios: O projeto enfrentou inicialmente resistência da população local devido à falta de consulta pública durante a implementação. No entanto, ajustes posteriores no processo de participação comunitária garantiram maior aceitação. Uma lição aprendida foi que reorganizar o espaço urbano para priorizar pedestres, ciclistas e transporte público, ao mesmo tempo em que reduz o tráfego de veículos privados, pode melhorar significativamente a qualidade de vida, promovendo sustentabilidade, socialização e estilos de vida ativos. A experiência demonstrou que o envolvimento da comunidade é essencial para o sucesso de projetos de transformação urbana.

- **Experiência 37: Escola de Empreendimentos Sociais – Rosario, Argentina:** Rosario, com 948.312 habitantes, criou a escola em 2016 para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade no desenvolvimento de negócios autônomos, promovendo a economia solidária e a inclusão social.

Planejamento e Implementação: O programa visa capacitar empreendedores em duas fases: uma inicial, com formação em gestão de negócios, e uma segunda etapa, com tutoria técnica e trabalho colaborativo. Liderado pela Subsecretaria de Economia Social, o programa atende setores como alimentação, artesanato e serviços, com enfoque na perspectiva de gênero e autossuficiência.

Engajamento e Participação: Mais de 6.000 pessoas participaram do programa, sendo a maioria mulheres responsáveis por sustentar suas famílias. A escola promove a intercooperação entre projetos e fortalece a visibilidade da economia solidária na comunidade.

Resultados e Impactos: Foram criados cerca de 600 empreendimentos e 12 mercados cooperativos, promovendo inclusão econômica e fortalecimento comunitário. O aprendizado é baseado em educação popular, com foco em gestão de negócios e economia solidária. A inovação do projeto está no uso de metodologias colaborativas, como mercados cooperativos e microcréditos rotativos, que fortalecem a autonomia econômica e ampliam o impacto social das iniciativas locais.

Desafios: A iniciativa enfrentou como desafios a alta demanda por apoio e a vulnerabilidade socioeconômica dos participantes, agravada pela pandemia de COVID-19 e pela lacuna digital em populações vulneráveis. Uma lição aprendida foi que capacitar e acompanhar empreendedores em um modelo de educação popular pode gerar impacto significativo na autonomia econômica e na profissionalização de atividades autônomas. O fortalecimento de vínculos comunitários e a intercooperação entre projetos demonstraram ser estratégias eficazes para superar adversidades e fomentar uma economia social e solidária sustentável.

- **Experiência 38: Financiamento coletivo Tampere – Tampere, Finlândia**

A cidade de Tampere, com 241.884 habitantes, implementou o programa em 2019, baseado em um modelo inovador de financiamento coletivo com apoio municipal. Inspirado em práticas internacionais, o programa tem como foco fomentar o ativismo urbano e projetos comunitários auto-organizados.

Planejamento e Implementação: Os objetivos incluem possibilitar a realização de projetos de impacto comunitário, promovendo a participação cidadã na melhoria do ambiente urbano. O programa é liderado pela Unidade de Estratégia e Desenvolvimento da Prefeitura de Tampere, que coordena eventos de divulgação e oferece suporte técnico aos proponentes. As iniciativas precisam atingir 60% do financiamento por doações privadas para receber os 40% restantes do município.

Engajamento e Participação: O programa mobilizou 433 doadores privados em suas duas primeiras edições, além de atrair voluntários para atividades de comunicação e execução dos projetos.

Resultados e Impactos: Desde 2019, a iniciativa possibilitou o financiamento de projetos variados, como a criação de um jardim urbano e a transformação de um estábulo em centro comunitário. Os impactos incluem o fortalecimento do ativismo local e a corresponsabilidade na gestão da cidade, enquanto o aprendizado ocorre por meio de oficinas de marketing e mobilização social. A inovação reside na integração do governo local como parceiro financeiro e no estímulo a novas formas de governança participativa.

Desafios: O principal desafio encontrado foi o desconhecimento do modelo de financiamento coletivo por parte da comunidade, razão pela qual foi preciso intensificar as campanhas de informação e comunicação sobre o projeto. A organização de eventos para difundir informações sobre o modelo e o apoio na fase de candidatura, com a oferta de pré-avaliação das propostas, foram medidas eficazes para aumentar a participação e o sucesso do projeto.

- **Experiência 39: Microteatro – Granollers, Espanha:** Em Granollers, com 63.000 habitantes, o projeto foi lançado em 2014 como uma iniciativa cultural para impulsionar jovens dramaturgos e intérpretes. As atividades ocorrem na antiga fábrica Roca Umbert, transformada em centro cultural.

Planejamento e Implementação: O projeto visa fomentar a criação teatral em pequenos formatos, com temáticas voltadas para jovens. Liderada pela Prefeitura de Granollers em parceria com a Escola de Teatro Arsènic, a metodologia inclui concursos para seleção de textos, direção por profissionais e apresentações públicas. Cada temporada dura quatro dias, com até 16 apresentações, que esgotam rapidamente.

Engajamento e Participação: Os jovens intérpretes participam ativamente do processo criativo, enquanto o público desfruta de uma experiência imersiva nos espaços da fábrica. A iniciativa promove aprendizado colaborativo, com retorno positivo tanto dos participantes quanto da comunidade cultural.

Resultados e Impactos: O projeto ajuda a fortalecer a cena cultural local. Os impactos incluem a valorização do patrimônio histórico-cultural e a inclusão de

jovens talentos no mercado teatral. O aprendizado é enriquecido pela colaboração com diretores experientes, enquanto a inovação está na integração de espaços históricos com novas formas de expressão artística.

Desafios: Não foram mencionados desafios específicos encontrados na implementação do projeto. Em relação a lições aprendidas, ele demonstrou a importância da colaboração entre diferentes setores da cidade, como a Escola de Teatro Arsènic e a Roca Umbert Fàbrica de les Arts, para o desenvolvimento de iniciativas culturais e educativas. A experiência também evidenciou o potencial do teatro como ferramenta de educação e desenvolvimento profissional para jovens artistas, além de promover a participação e o acesso à cultura na comunidade.

- **Experiência 40: Saber Maior – Buenos Aires, Argentina:** Buenos Aires, cidade com 3.075.646 habitantes, lançou o programa em 2018, permitindo que pessoas idosas compartilhem seus conhecimentos como docentes em oficinas voltadas para seus pares. Durante a pandemia, o programa foi adaptado para o formato virtual, alcançando maior público.

Planejamento e Implementação: O programa visa promover envelhecimento ativo e protagonismo entre idosos. Coordenado pela Secretaria de Integração Social para Pessoas Maiores, os participantes passam por processos de seleção e treinamento para ministrar oficinas sobre temas diversos. As temáticas variam de tecnologias digitais a terapias alternativas. Em 2021, o programa contava com 85 projetos formativos.

Engajamento e Participação: As oficinas são baseadas no modelo de educação entre pares, promovendo apoio e reconhecimento mútuo. O programa se destaca por desafiar estereótipos associados ao envelhecimento, fortalecendo vínculos comunitários e ampliando o alcance educativo.

Resultados e impactos: Os resultados incluem o fortalecimento da autoestima e da inclusão digital entre idosos, com ênfase na educação entre pares. A inovação reside em dar protagonismo à população idosa como agente de mudança e na criação de um espaço seguro para adquirir e compartilhar conhecimentos.

Desafios: Um dos desafios enfrentados foi a necessidade de adaptar o projeto

para o formato virtual durante a pandemia de Covid-19. A superação da exclusão digital entre as pessoas mais velhas também foi um desafio a ser enfrentado. A experiência demonstrou a importância da flexibilidade e da capacidade de adaptação em projetos sociais, especialmente em situações de crise. A oferta de capacitação e acompanhamento para o uso de ferramentas digitais foi fundamental para garantir a inclusão das pessoas maiores e o sucesso do projeto no formato virtual.

- **Experiência 41: Moradia Primeiro – Lisboa, Portugal:** Lisboa, com 547.733 habitantes, implementa o programa desde 2014, fornecendo moradias dignas e individuais para pessoas sem-teto em situação crônica. O modelo é pioneiro em Portugal e enfatiza a habitação como um direito humano básico.

Planejamento e Implementação: Liderado pela Câmara Municipal de Lisboa, o programa arrenda moradias no mercado privado, oferecendo apoio técnico 24 horas aos beneficiários. A metodologia é centrada na autonomia dos participantes, com foco em serviços personalizados e redução de danos.

Engajamento e Participação: O programa promove integração comunitária e melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, que relatam maior segurança e acesso a serviços de saúde.

Resultados e Impactos: Mais de 300 pessoas foram beneficiadas, com 90% delas mantendo estabilidade habitacional. Os impactos incluem melhorias significativas na qualidade de vida, saúde e reintegração comunitária. O aprendizado é centrado no respeito à autonomia dos beneficiários, enquanto a inovação está na abordagem baseada em direitos humanos, que inverte a lógica tradicional de assistência aos sem-teto. A experiência de Lisboa demonstrou que o modelo é uma abordagem eficaz para lidar com a questão dos sem-abrigo, proporcionando melhores resultados em comparação com os serviços convencionais de habitação.

Desafios: O principal desafio do projeto foi lidar com a complexidade das situações que afetam as pessoas em situação de rua, que podem envolver problemas de saúde física e mental, dependências e falta de laços sociais. Outro desafio foi garantir a sustentabilidade do modelo de intervenção, que requer períodos mais longos para a recuperação das pessoas. O projeto

evidenciou a importância do apoio individualizado e da inclusão social para a recuperação e autonomia das pessoas em situação de rua.

- **Experiência 42: Bilbao, Cidade de Valores – Bilbao, Espanha:** Nesta cidade de 354.918 habitantes, o projeto surgiu do desejo da prefeitura de realizar um trabalho de identificação e reflexão sobre os valores que devem orientar o presente e o futuro da cidade.

Planejamento e Implementação: Liderado pela prefeitura e baseado em processos de cocriação e participação cidadã, o projeto contou com três fases: o levantamento sobre os valores, a redação e aprovação da Carta de Valores de Bilbao, e a aprovação dos eixos e ações do Plano de Desenvolvimento, seguida de sua posterior implementação.

Engajamento e participação: A prefeitura organizou sete fóruns que contaram com a participação de cerca de 500 pessoas dos setores institucional, empresarial e associativo. Esses encontros resultaram na elaboração de um primeiro rascunho de um decálogo com os valores considerados relevantes. Também foram realizadas 1.200 entrevistas telefônicas. Em seguida, aconteceram sessões de trabalho com partidos políticos, conselhos locais e organizações sociais, para a elaboração da Carta de Valores.

Resultados e Impactos: A Carta teve a adesão de mais de 2.200 cidades e estão sendo realizadas sensibilizações para a adesão de outras em diversos países.

Desafios: A complexidade do processo gerou dificuldades para garantir o envolvimento de cidadãos não vinculados a coletivos ou associações. Para representar a heterogeneidade de determinados segmentos sociais, foi preciso coordenar esforços entre diferentes áreas municipais. Foi preciso ajustar alguns aspectos inicialmente planejados, como a ideia de realizar fóruns independentes para cada segmento da população, optando-se por reunir pessoas diversas em um mesmo fórum.

- **Experiência 43: Hospitais Veterinários Públicos – São Paulo, Brasil:** São Paulo, com mais de 12 milhões de habitantes, inaugurou em 2012 o primeiro hospital veterinário público do Brasil. A iniciativa foi criada para atender

gratuitamente cães e gatos de famílias de baixa renda, promovendo saúde pública e bem-estar animal.

Planejamento e Implementação: O programa tem como objetivos garantir cuidados veterinários inclusivos, prevenir abandono de animais e sensibilizar sobre posse responsável. A Prefeitura de São Paulo lidera a iniciativa, que conta com três hospitais localizados estrategicamente na cidade. As unidades oferecem consultas, cirurgias e exames em sete especialidades, com equipes compostas por veterinários e profissionais de apoio. Os serviços são implementados por meio de parceria com organizações sociais, monitoradas pela Coordenadoria de Saúde e Proteção dos Animais Domésticos.

Engajamento e Participação: A comunidade participa ativamente, especialmente por meio de programas que incentivam a adoção responsável. Adotantes de animais idosos recebem atendimento prioritário.

Resultados e Impactos: Foram implementados três hospitais públicos, atendendo cerca de 80 mil consultas anuais. A iniciativa promove impactos positivos na saúde pública, bem-estar animal e emocional dos tutores, ao reduzir abandonos e o risco de zoonoses. Além disso, contribui para a posse responsável por meio de campanhas educativas. O aprendizado gerado abrange o fortalecimento da relação humano-animal e a consolidação de políticas públicas inclusivas. A inovação reside na democratização do acesso à saúde veterinária, promovendo equidade e inspirando outras cidades brasileiras.

Desafios: A principal dificuldade encontrada no projeto foi a elevada demanda pelos serviços dos hospitais veterinários, o que frequentemente leva à saturação dos serviços. Em relação a lições aprendidas, o projeto demonstrou a importância de democratizar o acesso aos cuidados veterinários para assegurar o bem-estar dos animais domésticos e a saúde pública. A iniciativa pioneira de São Paulo inspirou a implementação de hospitais veterinários públicos em outras cidades do Brasil.

- **Experiência 44: Clube Codepillars – Caguas, Porto Rico:** Caguas, com 128.937 habitantes, lançou o projeto em 2017 para inspirar meninas de 9 a 16 anos a explorar carreiras em ciências, tecnologia, engenharia e matemática

(STEM). A iniciativa busca superar a baixa representação feminina nessas áreas.

Planejamento e Implementação: Liderado pelo Centro Criollo de Ciência e Tecnologia do Caribe (C3TEC), o projeto promove oficinas semanais gratuitas com duração de seis meses. As atividades incluem a criação de protótipos e soluções inovadoras para problemas reais, utilizando o método STEM. Profissionais mulheres atuam como mentoras, fortalecendo habilidades de liderança e autoconfiança das participantes.

Engajamento e Participação: Mais de 120 meninas participaram desde o início do projeto, criando soluções tecnológicas inovadoras, como aplicativos para apoio a idosos e sistemas de aproveitamento de energia sustentável. A iniciativa envolve escolas e famílias no processo educativo.

Resultados e Impactos: Os resultados incluem aumento do interesse em STEM e a continuidade de estudos acadêmicos em áreas tecnológicas. O aprendizado ocorre em um ambiente colaborativo, com aplicação prática do método científico. A inovação está na promoção da igualdade de gênero, ao empoderar meninas como futuras líderes e inovadoras no setor tecnológico.

Desafios: O principal desafio foi a necessidade de promover um ecossistema que favorecesse o interesse das meninas por STEAM. Foi necessário um trabalho intenso com a comunidade escolar, especialmente com as famílias e os educadores, para divulgar o projeto e motivar a participação das meninas. Em relação a lições aprendidas, a experiência demonstrou a importância da colaboração entre diferentes setores da comunidade, como o governo local, o Centro Criollo de Ciencia y Tecnología del Caribe (C3TEC) e as escolas, para o desenvolvimento de projetos que promovam a inclusão de meninas.

- **Experiência 45: Geração S – Esposende, Portugal:** Esposende, com 35.358 habitantes, implementou o programa "Geração S" para promover sustentabilidade alimentar e consumo consciente. Lançado em 2019, o projeto integra práticas pedagógicas e comunitárias para educar sobre alimentação e meio ambiente.

Planejamento e Implementação: O programa visa reduzir o desperdício alimentar, incentivar o consumo de produtos locais e criar hábitos alimentares

sustentáveis. As ações incluem estratégias como "Comedores Escolares Sustentáveis", hortas escolares ("AgroKids") e atividades de reutilização de alimentos ("EcoAlimenta"). Liderado pelo município, o projeto envolve escolas, agricultores e organizações ambientais.

Engajamento e Participação: Cerca de 1.700 crianças em 23 escolas participam anualmente das atividades. Pais e professores também são engajados em oficinas e eventos comunitários, promovendo uma abordagem holística para sustentabilidade alimentar e saúde coletiva.

Resultados e Impactos: Com ênfase em crianças de 3 a 10 anos, o programa promoveu mudanças significativas em hábitos alimentares e conscientização ambiental. Os impactos estendem-se ao fortalecimento da economia local e à redução de resíduos. O aprendizado se dá pela prática pedagógica baseada em economia circular e alimentação sustentável. A inovação está na conexão entre educação e sustentabilidade, preparando jovens para desafios ambientais globais.

Desafios: Não foram mencionados desafios específicos na implementação do projeto Geração S. Com relação a lições aprendidas, o projeto evidenciou a importância da educação para a sustentabilidade e a promoção de hábitos alimentares saudáveis e respeitosos ao meio ambiente. A iniciativa demonstrou o potencial das escolas como agentes de mudança para a criação de comunidades mais sustentáveis.

- **Experiência 46: Refúgio Antiaéreo Les Escoles – Sant Just Desvern, Espanha:** Sant Just Desvern, com 19.370 habitantes, restaurou em 2018 o Refúgio Antiaéreo Les Escoles, construído durante a Guerra Civil Espanhola. Transformado em espaço educativo e cultural, o refúgio oferece um olhar histórico sobre conflitos armados e seus impactos.

Planejamento e Implementação: O objetivo é promover consciência histórica e identidade comunitária. Liderado pelo município, o projeto inclui visitas guiadas, experiências de realidade virtual e oficinas pedagógicas. A "Maleta Pedagógica", com jogos sobre a vida durante a guerra, é distribuída para escolas locais.

Engajamento e Participação: O refúgio atrai 1.000 visitantes anuais, incluindo

estudantes e famílias. Atividades como debates e exposições artísticas conectam as memórias do passado com reflexões sobre paz e direitos humanos no presente.

Resultados e Impactos: Os impactos incluem a valorização da memória coletiva, o desenvolvimento de pensamento crítico e o fortalecimento da identidade comunitária. O aprendizado é facilitado por materiais pedagógicos e experiências imersivas, envolvendo escolas e a sociedade em geral. A inovação está na integração de história, tecnologia e arte para educar sobre conflitos e direitos humanos.

Desafios: O projeto enfrentou desafios relacionados às características do espaço do refúgio antiaéreo, que não permite a organização de visitas em massa devido ao risco de comprometer a sua conservação. A necessidade de um plano de avaliação e melhoria contínua, o custo e a gestão das visitas, e a dependência de financiamento externo também foram mencionados como desafios. Em relação a lições aprendidas, a experiência demonstrou a importância da recuperação do patrimônio histórico e cultural como forma de construir identidade e promover a educação para a paz e os direitos humanos. O uso de tecnologias como a realidade virtual e o desenvolvimento de materiais pedagógicos, como a maleta pedagógica, também foram destacados como lições aprendidas.

- **Experiência 47: Prisma Espaço Geek – Passo Fundo, Brasil:** Passo Fundo, cidade localizada no norte do Rio Grande do Sul com 206.103 habitantes, inaugurou em 2020 o projeto na histórica Estação Cultural da Gare. A iniciativa propõe um espaço de aprendizado criativo e interdisciplinar que une cultura *geek*, tecnologia e narrativas digitais, consolidando o município como um polo regional de inovação e educação.

Planejamento e Implementação: O projeto tem como objetivos fomentar o interesse por narrativas digitais e promover experiências educacionais interativas por meio de jogos, robótica e literatura. Coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, o Prisma trabalha com a metodologia das “4 Ps do Aprendizado Criativo”: projeto, paixão, pares e pensamento. A infraestrutura inclui espaços como a Arena (dedicada a jogos digitais), o Calabozo (jogos de

tabuleiro e RPG) e a Torre (literatura e leitura digital).

Engajamento e Participação: Desde a inauguração, o Prisma já recebeu mais de 10.000 participantes, promovendo 13 aventuras temáticas e eventos anuais. As atividades, abertas a crianças, jovens e adultos, incentivam o desenvolvimento de habilidades autorais e tecnológicas. Além disso, o projeto envolve escolas e universidades locais, fortalecendo redes educacionais e culturais na região.

Resultados e Impactos: O projeto impactou mais de 10 mil pessoas, estimulando habilidades como pensamento crítico, criatividade e trabalho em equipe. O aprendizado ocorre em experiências imersivas baseadas na teoria das “4 Ps do Aprendizado Criativo” (projeto, paixão, parceria e pensamento), desenvolvendo a autonomia dos participantes. A inovação está na combinação da cultura *geek* com a educação formal e informal, transformando o espaço em um polo regional de cultura digital.

Desafios: O principal desafio encontrado foi a inauguração do espaço durante a pandemia de COVID-19 em 2020. As restrições sanitárias e de mobilidade dificultaram o acesso da comunidade ao espaço. Em relação às lições aprendidas, a experiência demonstrou a importância da adaptação e da criatividade para oferecer atividades culturais e educativas mesmo em situações desafiadoras como a pandemia. A oferta de atividades presenciais e online, respeitando as medidas sanitárias, permitiu que o espaço continuasse a atender a comunidade e a promover o acesso à cultura e à tecnologia.

- **Experiência 48: Escola Municipal de Sustentabilidade – Curitiba, Brasil:** Curitiba, capital do estado do Paraná, com 1.773.733 habitantes, inaugurou em junho de 2022 a Escola Municipal de Sustentabilidade no Bosque Zaninelli. Localizado em uma área verde recuperada, o projeto promove educação ambiental e desenvolvimento sustentável, consolidando o papel da cidade como referência em planejamento urbano e qualidade de vida.

Planejamento e Implementação: A escola tem como objetivos conscientizar a população sobre sustentabilidade, oferecer formação ambiental e promover mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente. Liderado pelas Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente, o projeto oferece

itinerários educativos, oficinas e exposições. As atividades utilizam abordagens sensoriais e interativas, reforçando a conexão entre os participantes e a natureza.

Engajamento e Participação: Desde sua inauguração, a escola recebeu mais de 10 mil visitantes em atividades como exposições, trilhas guiadas e cursos de formação. Professores e estudantes têm um papel central nas atividades, que promovem reflexões sobre práticas de produção e consumo sustentável. A iniciativa também busca ampliar parcerias com universidades e empresas, fortalecendo o impacto do projeto.

Resultados e Impactos: Os impactos incluem a sensibilização sobre questões socioambientais e mudanças em hábitos de consumo, além do fortalecimento de uma cidadania comprometida com a sustentabilidade. O aprendizado é facilitado por experiências práticas em um ambiente natural, reforçando a conexão com o meio ambiente. A inovação reside na integração de ações educativas com estratégias municipais de sustentabilidade, consolidando Curitiba como referência em educação ambiental na América Latina.

Desafios: Não foram mencionados desafios específicos encontrados na implementação da Escola Municipal de Sustentabilidade. Em relação às lições aprendidas, destaca-se que a experiência demonstrou a importância da recuperação de áreas degradadas para a criação de espaços educativos e de lazer que promovam a sustentabilidade. O projeto evidenciou o potencial de espaços educativos em áreas naturais para a promoção da educação ambiental e a conscientização sobre a importância da conservação do meio ambiente.

ANEXO 2

20 PRINCÍPIOS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS DA AICE

1. Educação inclusiva ao longo da vida: O direito à cidade educadora é uma extensão do direito à educação, garantindo que todos os habitantes tenham acesso à formação, desenvolvimento pessoal e oportunidades de aprendizado ao longo de toda a vida, considerando as necessidades específicas de cada grupo.

2. Política educativa ampla: As cidades devem exercer suas competências na educação de forma abrangente e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal. As políticas municipais de educação devem estar inseridas em um contexto mais amplo, inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade e qualidade de vida.

3. Diversidade e não discriminação: A cidade deve promover a educação para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pela diversidade cultural, combatendo qualquer forma de discriminação.

4. Acesso à cultura: A cidade educadora deve promover o direito à cultura e a participação de todos na vida cultural, especialmente os grupos mais vulneráveis, como forma de inclusão e desenvolvimento pessoal, social, cultural e econômico.

5. Diálogo intergeracional: A cidade deve promover a cooperação entre gerações, combatendo o preconceito etário e buscando projetos comuns entre pessoas de diferentes idades.

6. Conhecimento do território: As decisões políticas devem ser baseadas no conhecimento da realidade local, com informações precisas sobre a situação e as condições de vida dos habitantes e do território.

7. Acesso à informação: O município deve garantir o acesso à informação de forma compreensível e incentivar a população a se manter informada. A cidade educadora deve disponibilizar recursos para o acesso à informação e garantir a conectividade em todas as áreas da cidade.

8. Governança e participação dos cidadãos: A cidade educadora deve ser construída com base na colaboração entre a administração pública e os cidadãos, promovendo a participação de todos na gestão municipal e na vida comunitária.

9. Acompanhamento e melhoria contínua: O município deve avaliar o impacto educativo, social e ecológico das políticas municipais para garantir a melhoria

contínua dos serviços e ações.

10. Identidade da cidade: A cidade deve preservar e valorizar sua identidade, patrimônio material e imaterial e memória histórica, buscando um diálogo com o meio ambiente e o mundo.

11. Espaço público habitável: O espaço público deve ser planejado considerando as necessidades de acessibilidade, saúde, convívio, segurança, lazer e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

12. Adequação dos equipamentos e serviços municipais: O governo municipal deve criar e manter espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento e bem-estar da população, com profissionais capacitados para atender às necessidades de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

13. Sustentabilidade: A cidade educadora deve se comprometer com a sustentabilidade, garantindo os direitos e as necessidades materiais da população e promovendo a corresponsabilidade na adoção de estilos de vida e consumo sustentáveis.

14. Promoção da saúde: A cidade deve garantir o crescimento integral e saudável da população, promovendo o acesso à saúde e apoiando ambientes e estilos de vida saudáveis.

15. Formação de agentes educativos: A cidade deve oferecer formação para as famílias, profissionais e demais agentes educativos, para que possam acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

16. Orientação e inserção laboral inclusiva: A cidade deve oferecer orientação profissional e promover a inserção laboral inclusiva, buscando uma relação entre os planos educativos, as necessidades do mercado de trabalho e a comunidade.

17. Inclusão e coesão social: As cidades devem desenvolver políticas para combater a exclusão social, com atenção especial aos migrantes, refugiados e grupos marginalizados, promovendo a coesão social e erradicando todas as formas de violência.

18. Corresponsabilidade contra as desigualdades: As ações para combater as desigualdades devem ser realizadas de forma corresponsável entre as administrações públicas, a sociedade civil e o setor privado.

19. Promoção do associativismo e do voluntariado: A cidade deve estimular

o associativismo e o voluntariado como formas de participação e corresponsabilidade, canalizando ações para o desenvolvimento da comunidade.

20. Educação para uma cidadania democrática e global: A cidade educadora deve oferecer formação em valores e práticas de cidadania democrática, promovendo o respeito, a tolerância, a participação e o interesse pelo bem comum. Também deve promover a formação de uma cidadania global, consciente dos desafios globais e capaz de participar e contribuir em escala local e internacional.